

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

LARISSA MARTINS NEIVA SANTOS

**POBREZA COMO PRIVAÇÃO DE LIBERDADE:
UM ESTUDO DE CASO NA FAVELA DO VIDIGAL NO RIO DE
JANEIRO**

ORIENTADORA: Prof. Dra. Celia Lessa Kerstenetzky

Niterói, abril de 2007.

SUMÁRIO

Lista de tabelas	5
Lista de quadros	7
Lista de gráficos.....	7
Dedicatória	8
Agradecimentos	9
Resumo	10
Abstract	11
Introdução	12
Capítulo I – Pobreza: insuficiência de quê?	14
1. Introdução	14
2. Espaço Avaliatório: rendas, utilidades ou capacitações?	15
3. Utilidade como proxy de bem-estar	16
4. Pobreza como insuficiência de renda	18
5. Medidas multidimensionais de pobreza	22
5.1.Pobreza como privação de necessidades básicas	22
5.2. Índice de Desenvolvimento Humano – IDH	23
5.3. Índice Municipal de Desenvolvimento Humano (IDH-M)	25
5.4. Índice de Condições de Vida – ICV	25
5.5.Limitações dos índices multidimensionais: IDH e ICV	26
6. Pobreza como insuficiência de capacitações	28
6.1.Apresentação	28
6.2. Funcionamentos e Capacitações	29
6.3.Humanidade Diversa	32
6.3.1. Fontes de variabilidade	33
6.3.2. Pobreza em país rico: ser relativamente pobre.....	36
6.4. Liberdades e suas privações	37
6.4.1.Dois papéis da liberdade: constitutivo e instrumental	37
6.4.2.Tipos de liberdades instrumentais	39
6.4.3.Condição de agente	40

6.4.4. Principais formas de privação de liberdade	41
6.5. Operacionalização da abordagem	42
6.5.1. Funcionamentos ou capacitações?	42
6.5.2. A associação com a métrica da renda	43
6.5.3. Fragilidades e críticas	44
7. Considerações finais	46
Capítulo II – Pobreza do favelado carioca: mito ou realidade?.....	49
1. Introdução	49
2. Uma introdução ao tema <i>favela</i>	50
2.1. Breve visão histórica	50
2.2. Conceituação	54
2.3. A favela no Rio de Janeiro	56
3. Privação de direitos: uma pseudo-cidadania	59
3.1. O local da moradia como fator de exclusão e estigma	62
3.2. Violência e tráfico de drogas	65
3.3. Capital social: o declínio de uma riqueza	70
3.4. Habitação e serviços públicos	73
3.5. Irregularidade fundiária e pobreza	80
3.6. Educação	84
3.7. Mercado de trabalho	88
3.7.1. Renda e poder de compra	89
3.7.2. Desemprego e informalidade	94
3.8. Exigências impostas ao favelado na metrópole: pobreza relativa	95
4. Quem quer morar na favela?.....	97
5. Conclusões	100
Capítulo III – Favela do Vidigal: um estudo de caso	102
1. Introdução	102
2. A favela	104
3. Metodologia	106

Escolha da amostra	106
3.2. Por que mulheres como informantes?.....	108
3.3. O questionário	108
3.4. Índice de Liberdade (IL)	111
4. Resultados	113
4.1. Índices de Liberdade por funcionamentos.....	114
4.2. Cálculo do IL geral.....	136
4.3. Desigualdade no Vidigal	139
4.4. Comparação do IL com o índice de insuficiência de renda	143
4.5. Comparação do IL com a medida de pobreza pelo capital social	146
4.6. Resultados das perguntas objetivas e subjetivas	149
5. Considerações finais	154
Conclusão	157
Anexos	162
Referências bibliográficas	180

LISTA DE TABELAS:

TABELA 1: População favelada e população total do Rio de Janeiro (1950/2000).....	56
TABELA 2: Número e área de favelas identificadas por área de planejamento – Rio de Janeiro	57
TABELA 3: População das maiores favelas do Rio de Janeiro: 1991-2000.....	57
TABELA 4: Domicílios particulares permanentes, por tipo de abastecimento de água, segundo as áreas selecionadas - 2000 (Filtrado por setores de favelas).....	76
TABELA 5: Domicílios particulares permanentes, por tipo de destino do lixo domiciliar, segundo as áreas selecionadas - 2000. (Filtrado por setores de favelas).....	77
TABELA 6: Domicílios particulares permanentes, por tipo de esgotamento sanitário, segundo as áreas selecionadas - 2000. (Filtrado por setores de favelas)	78
TABELA 7: Domicílios particulares permanentes, por número de banheiros, segundo as áreas selecionadas - 2000. (Filtrado por setores de favelas).....	79
TABELA 8: Pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes, por anos de estudo, segundo as áreas selecionadas - 2000. (Filtrado por setores de favelas).....	84
TABELA 9: Pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes, por anos de estudo, segundo as áreas selecionadas - 2000.....	85
TABELA 10: Pessoas residentes, alfabetizadas e não alfabetizadas segundo as áreas selecionadas - 2000. (Filtrado por setores de favelas).....	85
TABELA 11: Pessoas residentes, alfabetizadas e não alfabetizadas segundo as áreas selecionadas - 2000.....	86

TABELA 12: Pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes, por valor do rendimento nominal mensal em salários mínimos, segundo as áreas selecionadas - 2000. (Filtrado por setores de favelas)	89
TABELA 13: Pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes, por valor do rendimento nominal mensal em salários mínimos, segundo as áreas selecionadas - 2000.....	90
TABELA 14: Renda Familiar Média da população favelada: 1969 e 2001.....	91
TABELA 15: Funcionamento “morar bem”	113
TABELA 16: Funcionamento “ser saudável”	115
TABELA 17: Funcionamento “realizar um trabalho gratificante”	116
TABELA 18: Profissões exercidas pelas moradoras do Vidigal	118
TABELA 19: Profissões almejadas pelas moradoras do Vidigal.....	119
TABELA 20: Funcionamento “ter boa escolaridade”	120
TABELA 21: Grau de escolaridade das moradoras do Vidigal.....	120
TABELA 22: Funcionamento “ter os filhos protegidos”	121
TABELA 23: Funcionamento “ter acesso a serviços básicos”	122
TABELA 24: Funcionamento “não sofrer preconceito”	123
TABELA 25: Funcionamento “comer adequadamente”	125
TABELA 26: Funcionamento “vestir-se adequadamente”	125
TABELA 27: Funcionamento “participar da vida da comunidade”	126
TABELA 28: Funcionamento “participar da vida associativa da cidade”	127
TABELA 29: Funcionamento “viver sem medo”	128
TABELA 30: Funcionamento “ser feliz e ter orgulho próprio”	132
TABELA 31: Síntese dos ILs por funcionamentos	135
TABELA 32: Resultados dos ILs por famílias	136

TABELA 33: Decis da distribuição de liberdade entre as famílias do Vidigal.....	141
---	-----

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: Onde eles estão hoje?.....	98
QUADRO 2: Quadro sinótico comparativo de indicadores socioeconômicos selecionados das favelas e dos bairros da cidade.....	100
QUADRO 3: Temores com relação aos filhos.....	129
QUADRO 4 : Pobreza de liberdade <i>versus</i> pobreza de renda	144
QUADRO 5: Correlação entre renda e liberdade.....	147
QUADRO 6: Pobreza de liberdade <i>versus</i> pobreza de capital social	147
QUADRO 7: Motivações para se morar no Vidigal	150
QUADRO 8: Participação em culto religioso	151
QUADRO 9: Motivações para o envolvimento de jovens com o tráfico	151
QUADRO 10: Melhores características da moradia no Vidigal	152
QUADRO 11: Piores características da moradia no Vidigal	153

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: Poder de compra das famílias faveladas em 1969.....	91
GRÁFICO 2: Poder de compra das famílias faveladas em 2002.....	92
GRÁFICO 3: Desigualdade no Vidigal – análise por setores.....	140
GRÁFICO 4: Parada de Pen – IL por decis da distribuição.....	141
GRÁFICO 5: Parada de Pen – distribuição do IL pelas famílias.....	142
GRÁFICO 6: Correlação entre renda e liberdade.....	146

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha querida tia Sandra.

AGRADECIMENTOS

Agradeço especialmente à minha orientadora, professora Celia Kerstenetzky, por ter fortalecido em mim o interesse pelo estudo da desigualdade e pobreza, e por ter me dedicado parte valiosa do seu tempo, contribuindo sempre com sábios conselhos e comentários, e me encorajando nos momentos mais difíceis. Muito obrigada pela inestimável orientação!

Agradeço aos meus pais, pela educação que me proporcionaram e por sempre acreditarem em mim.

Ao professor Maurício Vasconcelos, pela valiosa ajuda com o instrumental estatístico necessário à realização do estudo de campo. Muito obrigada!

Ao professor Antônio Carlos Alkmim, que muito gentilmente colaborou com a revisão do questionário, bem como para análise das respostas obtidas.

Aos professores do Programa de Pós Graduação em Economia da UFF, pela contribuição à minha formação acadêmica, em especial à professora Rosane, à professora Carmem e ao professor Guanziroli, que acompanharam mais de perto a realização deste trabalho.

Ao professor Victor Hugo Gouveia, pela ajuda providencial em Estatística nos momentos finais deste trabalho.

Ao IBGE, por ter me concedido a licença para cursar o Mestrado, e pelos mapas do Vidigal que me foram disponibilizados, e à Petrobras, que me permitiu conciliar o trabalho com a elaboração desta dissertação.

À Drica, que me apresentou o Grupo Nós do Morro e me apoiou em todas as fases deste estudo.

À Candice, pela sensibilidade e profissionalismo com que soube conduzir as entrevistas na favela, ao simpático e popular Pacheco, morador do Vidigal que nos acompanhou em todas as visitas à comunidade, e a todas as minhas entrevistadas, pela receptividade e carinho com que nos acolheram em suas casas. Sem vocês este trabalho jamais teria sido concluído, muito obrigada!

Enfim, a todos os meus amigos e familiares, que ainda consideram minha amizade apesar de tê-los privado do meu convívio nos últimos dois anos. Obrigada por sempre torcerem por mim!

RESUMO

Este trabalho analisa a pobreza na favela do Vidigal, no Rio de Janeiro, com base em um conceito de pobreza diferente dos tradicionais. Utilizando como marco teórico a abordagem de Amartya Sen, consideraremos como pobres não os indivíduos com renda baixa, mas aqueles que estão, em algum sentido, privados de liberdade. O presente estudo propõe-se a questionar a afirmação de que os moradores de favelas, por receberem um rendimento médio que os situa acima da linha de pobreza de meio salário mínimo, não devam ser considerados pobres. Argumenta-se que ao ampliarmos o conceito de pobreza para além da esfera da renda, incluindo dimensões não-econômicas da vida humana, estes indivíduos podem, sim, ser considerados pobres. A comprovação desta hipótese partiu, inicialmente, de uma análise da literatura recente sobre favelas, onde foram identificadas diferentes formas de privações a que são submetidos seus moradores. Em seguida, verificou-se empiricamente a hipótese por meio de um estudo de caso no Vidigal, onde foi utilizada uma metodologia de pesquisa inovadora. Investigou-se o êxito das famílias em realizar 13 *funcionamentos* pré-selecionados (ações e estados valiosos) através de uma entrevista em profundidade, incluindo perguntas objetivas e subjetivas. Obteve-se para esta comunidade um índice de bem-estar – o Índice de Liberdade – cujo resultado de 0,52 classificou os moradores do Vidigal como pobres. Tanto a revisão bibliográfica quanto o estudo de caso demonstraram que a favela é, em si mesma, um fator de empobrecimento da vida humana, de maneira que o favelado carioca, embora não seja pobre em renda, é pobre em liberdade.

PALAVRAS-CHAVE: pobreza, favela, Vidigal, Amartya Sen, funcionamentos, Índice de Liberdade.

Código JEL: D6

ABSTRACT

This thesis analyses poverty in Vidigal slum, in Rio de Janeiro, based on a concept of poverty different from the traditional ones. Using Amartya Sen's approach as a theoretical foundation, we will consider as poor not the individual with low income, but those who are, in any way, private from freedom. This study is intended to question the statement that slum inhabitants, by receiving an average income above the poverty line of half a minimum wage, should not be considered poor. It's argued that when the concept of poverty is wide far from the scope of income, also including non-economic spheres of human life, these individuals could, actually, be considered poor. This hypothesis was testified, initially, from an analysis of the recent literature on slums, where we identified different ways of privation that affect slum inhabitants. Then, the hypothesis was empirically verified by a case study in Vidigal slum, where a pioneer methodology was applied. The success of families in accomplishing 13 pre-selected *functionings* (valuable 'doings' and 'beings') was investigated through a deep research, including objective and subjective questions. A welfare index was obtained for this community – the Freedom Index – whose result of 0,52 has characterized Vidigal inhabitants as poor. Both the bibliographical review and the case study have demonstrated that the slum is itself a means of impoverishment of human life, so that although the “*favelado*” is not poor in income, he's poor in freedom.

KEY-WORDS: poverty, slum, Vidigal, Amartya Sen, functionings, Freedom Index.

JEL code: D6

INTRODUÇÃO

A motivação para este trabalho surgiu da percepção de que hoje, no Rio de Janeiro, os moradores de favelas não são considerados pobres segundo a análise de estatísticas sobre rendimentos, muito embora exista um consenso na sociedade de que o favelado represente o protótipo do pobre urbano. Como justificar tamanho paradoxo? Por coincidência, no mesmo período em que me defrontei com esta questão, fui apresentada à obra de Amartya Sen, o economista laureado com o Prêmio Nobel em 1998 pela sua contribuição à temática da pobreza.

Conforme Sen, a pobreza deve ser entendida não apenas como uma condição de insuficiência de renda, mas como um estado de *privação de liberdade* (ou liberdade de escolha¹), podendo refletir-se em morte precoce, baixos índices educacionais, desemprego, morbidez, exclusão social, dentre outras deficiências. Trata-se, portanto, de uma ausência de liberdade para realizar coisas que são valiosas para o viver humano, os chamados *funcionamentos*. Sen me apontou o caminho para explicar o paradoxo da pobreza do favelado carioca: eles não são pobres de renda, mas são pobres em liberdade! Esta seria minha hipótese para construção deste trabalho.

Este estudo será, portanto, uma tentativa de comprovação da hipótese acima descrita. No primeiro capítulo, apresentarei a abordagem de pobreza de Sen contrastando-a com as perspectivas tradicionais sobre pobreza. Pretende-se mostrar que a concepção de pobreza como privação de liberdade afigura-se uma forma de avaliação muito mais realista, abrangente, e refinada da qualidade de vida das pessoas, relativamente às outras alternativas comumente utilizadas, como as rendas e utilidades.

O capítulo II constitui-se em uma resenha teórica da literatura recente sobre favelas, especialmente as cariocas, e uma síntese dos principais indicadores socioeconômicos destes territórios. Argumentarei que o tipo de pobreza que se destaca

¹Sen define pobreza ora como privação de liberdade de escolha, ora simplesmente como privação de liberdade. Entende-se que ausência de liberdade resulte em ausência de liberdade de escolha, e vice-versa, daí a utilização de ambos os termos. Por exemplo, uma pessoa que se encontra na prisão está privada de liberdade, logo não pode escolher ir à praia em uma tarde de sol. Por outro lado, um indivíduo que não tem a opção de escolher entre ser médico ou ator, obviamente não é livre.

aos olhos da sociedade ao ver um favelado não é a pobreza de renda, manifestada nos números, e sim a pobreza de qualidade de vida, refletida nas inúmeras privações de direitos e liberdades experimentadas pelos moradores de favelas, que vão desde as precárias condições de moradia até o convívio diário com a possibilidade de morte em um tiroteio. Minha proposta é sustentar que o favelado carioca, por ser privado de uma série de direitos usufruídos pelos demais habitantes da cidade, enfrenta significativas privações em sua liberdade de escolha, devendo, por esta razão, ser considerado pobre.

O capítulo III representa uma tentativa de confirmação empírica da hipótese inicial através da aplicação de um questionário e de entrevistas em profundidade para se aferir os funcionamentos efetivamente realizados pelas famílias de uma favela. Para tanto, foi realizado um estudo de campo na favela do Vidigal, onde cerca de 70 moradoras foram entrevistadas sobre os mais diferentes aspectos de suas vidas, incluindo desde condições de saúde, moradia e educação até a percepção que possuem de si mesmas e da favela. As respostas do questionário serão sintetizadas em um índice de bem-estar, o qual denominarei *Índice de Liberdade*. Este resultado irá revelar se a minha hipótese é válida ou não para o caso do Vidigal.

CAPÍTULO I

POBREZA: INSUFICIÊNCIA DE QUÊ?

“O fato ‘pobreza’, qualquer que seja seu grau de definição, é sempre assimilado ao ‘problema’ da pobreza, seja no plano ideológico e moral, seja no plano político e econômico”. (Destermeau e Salama, 2002, p. 108, *apud* Lavinias, 2002)

1) INTRODUÇÃO

Antes de medir pobreza é necessário, sobretudo, definir o que é pobreza. A obtenção de bons resultados operacionais depende, em grande medida, do bom senso inicial ao se conceituar o que é ser pobre. Por tratar-se de um fenômeno complexo, apresentando uma dimensão tanto econômica quanto sociológica e moral, a pobreza tem sido conceituada de maneiras distintas pela literatura. Não obstante, existe uma tendência em se enfatizar o seu caráter econômico, de modo que se tem definido pobreza predominantemente como uma condição de *insuficiência de renda*. (Atkinson, 1989).

Para Amartya Sen (2001), no entanto, a avaliação das necessidades humanas tem de ajustar-se à existência de uma diversidade humana generalizada: seres humanos distintos ensejam necessidades e prioridades distintas. Além disso, aquilo que é valioso para qualidade de vida de uma pessoa é constitutivamente plural, incluindo dimensões econômicas e não-econômicas. Conseqüentemente, limitar a visão da pobreza à esfera da renda e riqueza seria um erro grave do ponto de vista ético e moral. Partindo desta crítica, Sen foi inspirado a desenvolver uma nova abordagem para o entendimento da pobreza, identificando-a com *insuficiência de liberdade*. A proposta de Sen é uma avaliação da pobreza com base na liberdade para realizar coisas que se tem razão para valorizar.

Neste capítulo, analisaremos as diferentes perspectivas sob as quais a posição de um indivíduo pode ser julgada em um ordenamento social. Enquanto as duas primeiras abordagens – o utilitarismo e a insuficiência de renda – concentram-se em uma única dimensão para avaliar o bem-estar de uma pessoa, as utilidades e as rendas, respectivamente; a concepção de Sen considera não apenas a dimensão econômica

como também a dimensão social e política da pobreza. Procurarei argumentar que a proposta de Sen afigura-se uma abordagem mais abrangente e realista, comparativamente às outras, uma vez que focaliza não apenas os recursos materiais (rendas, riquezas, etc.) mas, sobretudo, as realizações e a liberdade para realizar, isto é, as oportunidades que foram abertas aos indivíduos para que eles pudessem escolher entre uma ou outra forma de vida.

2) ESPAÇO AVALIATÓRIO: RENDAS, UTILIDADES, OU CAPACITAÇÕES?

A conceituação de pobreza parte da identificação das variáveis relevantes para o bem-estar de uma pessoa, as quais Sen denominou “objetos-valor” – coisas portadoras de valor intrínseco. Estas variáveis constituem o “espaço avaliatório” ou “base informacional”, e o que distingue uma abordagem de outra é, essencialmente, o espaço avaliatório considerado. Conforme o autor:

“As vantagens e desvantagens relativas que as pessoas têm, comparadas umas às outras, podem ser vistas em muitas perspectivas diferentes, envolvendo diferentes focalizações, p.ex., liberdades, direitos, rendas, riquezas, recursos, bens primários, utilidades, capacitações, e assim por diante [...]” (Sen, 2001, p. 147).

Logo, a avaliação da pobreza depende da seleção do espaço em que esta será apreciada. Iniciaremos nossa análise com uma parábola apresentada por Sen em sua obra *Desenvolvimento como Liberdade* (2000).

Annapurna está à procura de alguém para cuidar do jardim da sua casa. Três trabalhadores se oferecem ao emprego; todos se encontram igualmente habilitados para tarefa, porém ela terá que escolher apenas um dentre eles. As informações de que Annapurna dispõe são as seguintes: embora todos sejam pobres, Dinu é o mais pobre dos três (pobre em renda e riqueza). Bishanno empobreceu há pouco tempo e encontra-se deprimido em razão de seu infortúnio. Rogini, por sua vez, tem uma longa experiência de pobreza e já se resignou a ela, porém, sofre de uma doença crônica e poderia usar o dinheiro para tratar-se. A pergunta é: a quem dos três candidatos Annapurna deverá dar o emprego?

A resposta a esta pergunta requer a determinação do espaço avaliatório no qual se pretende apreciar a posição dos candidatos em um ordenamento social. A decisão dependerá de qual informação receberá maior peso: a pobreza de renda, a felicidade ou a saúde? Se nos concentrarmos na ótica da renda, certamente daríamos o emprego para Dinu, o mais pobre. Pela ótica utilitarista, o emprego seria de Bishanno, o mais infeliz. O que Sen nos propõe é uma argumentação em favor do terceiro candidato, aquele que, em razão de sua enfermidade, dispõe de menor “capacitação” (ou liberdade) para ter um modo de vida ou outro por ele valorizado.

Temos aqui três bases informacionais diferentes: rendas, utilidades e capacitações. Qual delas será a mais justa, no que concerne à ética e à moral, para determinação de quem é mais merecedor do emprego? Para responder a esta pergunta, faremos uma breve explanação da concepção utilitarista e das abordagens centradas na renda buscando-se, em seguida, contrastá-las à perspectiva das capacitações de Sen.

3) UTILIDADE COMO PROXY DE BEM-ESTAR

Segundo o princípio utilitarista, a única base apropriada para a avaliação dos estados sociais são as informações sobre o somatório das utilidades. Na forma clássica do utilitarismo, desenvolvida por Jeremy Bentham, define-se utilidade como prazer, felicidade ou satisfação de desejos, portanto, a apreciação do bem-estar repousa exclusivamente em realizações mentais. (Sen, 2000). O emprego moderno de “utilidade”, contudo, tem abandonado essas medidas mentais em favor de considerar a utilidade apenas como a representação numérica da escolha de uma pessoa.

Os requisitos da avaliação utilitarista são compostos de três elementos distintos: i) o consequencialismo, ii) o “welfarismo”, e iii) o “ranking pela soma”. O consequencialismo determina que todas as escolhas devam ser julgadas por suas consequências, i.e., pelos resultados que produzem. De acordo com o “welfarismo”, os juízos sobre os estados de coisas devem limitar-se às respectivas utilidades. O terceiro componente estabelece que a utilidade agregada em uma sociedade é obtida pela simples soma das utilidades individuais, sem atentar para distribuição desse total entre os indivíduos. Uma sociedade injusta, nessa perspectiva, seria aquela na qual as pessoas são menos felizes, conjuntamente, em comparação ao que poderiam ser. (Sen, 2000).

Na visão de Amartya Sen, este modo de avaliar a vantagem individual, seja no sentido de prazer, satisfação ou escolha, é especialmente limitador quando privações continuadas estão presentes. As medidas mentais são dotadas de grande maleabilidade e, por esta razão, não constituem um guia confiável da privação de uma pessoa uma vez que tendam a silenciá-la. Conforme Sen:

“em situações de adversidade e privação persistentes, as vítimas acabam por perder a coragem em desejar coisas que outros, mais favoravelmente tratados pela sociedade, desejam confiantemente. A ausência do desejo por coisas além dos meios de que uma pessoa dispõe pode refletir não uma valoração deficiente por parte dela, mas apenas uma ausência de esperança, e o medo da inevitável frustração”. (Sen, 1990, pp.10-11)

Os fracassados e oprimidos enfrentariam as desigualdades sociais ajustando seus desejos às suas possibilidades reais, construindo “preferências adaptativas”. Seria, portanto, um erro grave do ponto de vista ético atribuir um valor reduzido à perda de bem-estar dessas pessoas em razão de sua estratégia de sobrevivência, estaríamos, senão, corroborando a injustiça de que são vítimas. A música de Luiz Grande, interpretada por Zeca Pagodinho, expressa com sabedoria o conformismo dos destituídos:

“Você sabe o que é caviar?
Nunca vi, nem comi
Eu só ouço falar
Caviar é comida de rico
Curioso fico, só sei que se come
Na mesa de poucos, fartura adoidado
Mas se olhar pro lado depara com a fome
Sou mais ovo frito, farofa e torresmo
Pois na minha casa é o que mais se consome
Por isso, se alguém vier me perguntar
O que é caviar? Só conheço de nome.[...]”

O bem-estar envolve um problema de valoração mais complexo do que o previsto pelo utilitarismo: a felicidade ou satisfação de desejos dependem das contingências da vida de cada pessoa ou grupo social e não conseguem refletir adequadamente o valor do bem-estar. Embora estar feliz possa representar uma realização importante, este estado não é suficiente para avaliar o bem-estar de uma

pessoa. Este, afirma Sen, encontraria maior expressão nos direitos, liberdades e outras considerações desvinculadas da utilidade, o que será argumentado mais adiante.

Ademais, o cálculo utilitarista pelo somatório das utilidades negligencia as desigualdades na distribuição da felicidade. Todas estas limitações tornam a base informacional utilitarista demasiado restrita. Não seria mais adequado, como sugere Sen (1999), medir o êxito de uma pessoa em função do que ela *realiza* e da sua *liberdade para realizar* ao invés do nível de utilidade por ela alcançado?

4) POBREZA COMO INSUFICIÊNCIA DE RENDA

No âmbito da economia tradicional, o bem-estar de um indivíduo é avaliado pelo seu domínio sobre bens e serviços. Tal pressuposto leva inevitavelmente à focalização na variável renda, já que esta determina a dimensão do poder individual de compra. À luz desta suposição, a pobreza deve ser entendida como *insuficiência de renda*, sendo a renda o principal determinante da qualidade de vida de um indivíduo. Há essencialmente dois fatores que justificariam a motivação para esta abordagem.

Em primeiro lugar, as medidas de pobreza baseadas na insuficiência de renda são representadas por um escalar e, em geral, os pesquisadores parecem estar de acordo sobre a utilidade de uma medida escalar, dado que apenas estas permitem a ordenação de situações sociais alternativas. Adicionalmente, existe uma estreita correlação entre o nível de renda e os indicadores de bem-estar físico, uma vez que o acesso a bens e serviços se dá no mercado através de recursos monetários, portanto, a insuficiência de renda acaba sendo um forte candidato escalar para medir a pobreza. (Paes e Barros, 2006).

Entre as medidas de pobreza largamente utilizadas que partem da perspectiva exclusiva da renda, destacam-se a proporção de pobres (*head-count ratio*) e o índice de Sen. O cálculo da proporção de pobres deve partir da definição de uma linha de pobreza². Uma vez que as economias modernas são amplamente monetizadas, definir

²A linha de pobreza foi definida pioneiramente por Rowntree (1901) como o “mínimo meramente necessário à manutenção da eficiência física”.

uma linha de pobreza é estabelecer um valor monetário associado ao custo do atendimento das necessidades médias de uma pessoa de uma determinada população. (Rocha, 2003).

Tratando-se especificamente das necessidades nutricionais, medidas em calorias, este valor é denominado linha de indigência. Ao incluirmos outras necessidades como habitação, vestuário, transporte, etc., teremos a chamada linha de pobreza. Assim, pobres são as pessoas situadas abaixo da linha de pobreza e indigentes são aquelas localizadas abaixo da linha de indigência.

Rocha (2003) destaca que embora seja comum no Brasil a utilização de múltiplos do salário mínimo³ como linha de pobreza, existe o consenso de que a estrutura de consumo das famílias constitui uma fonte mais adequada para a definição de linhas de pobreza, sobretudo havendo ampla disponibilidade destas informações, como no caso do Brasil, através da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) do IBGE. A vantagem deste segundo método é que dispomos de uma base teórica – as necessidades nutricionais – a partir de onde é possível derivar uma cesta alimentar mínima. A determinação de uma cesta alimentar, porém, não é uma tarefa fácil, dado que juízos de valor são inevitáveis. Sobre este aspecto, Atkinson destaca:

“Necessidades nutricionais dependem de onde as pessoas habitam e do que elas fazem. Elas variam de pessoa para pessoa, de forma que qualquer resultado será apenas probabilístico: para um certo nível de consumo há uma certa probabilidade de que a pessoa esteja inadequadamente alimentada”. (Atkinson, 1989, p.208, tradução minha).⁴

Se juízos de valor tornam problemática a definição de uma cesta alimentar, no caso do consumo não-alimentar a subjetividade é ainda maior. Por isso, explica Atkinson (1989), é comum estabelecer o valor do consumo não-alimentar de forma arbitrária, considerando-o um múltiplo do consumo alimentar.

Dadas estas limitações, e tendo em vista as profundas desigualdades inter-regionais no Brasil, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) estabelece

³Em geral, utiliza-se o valor de ½ salário mínimo como linha de pobreza.

⁴*Nutritional needs depend on where people live and on what they are doing. They vary from person to person, so that any statement can only be probabilistic: at a certain level of consumption there is a certain probability that the person is inadequately fed.*

linhas de pobreza extrema, ou indigência, diferentes para cada região brasileira, com base nas diferentes despesas de cada região para se atender à ingestão energética recomendada. A partir daí, a linha de pobreza é definida como sendo duas vezes a linha de indigência. Segundo o IPEA, a maior linha de pobreza é a da região metropolitana de Porto Alegre – R\$ 145,10 em valores de 2001; e a mais baixa, a da área rural de Minas Gerais – R\$ 78,07.

Uma vez definida a linha de pobreza, o próximo passo consiste em calcular a proporção de pobres (H):

$$H = P / n \quad (1)$$

Onde P é o total de pessoas abaixo da linha de pobreza de determinada área geográfica e n o número de pessoas desta região.

Sen (2001) sustenta que H é completamente insensível à intensidade da pobreza uma vez que não considera o quão distante as pessoas estão abaixo da linha de pobreza; ademais, não presta atenção alguma à distribuição de renda entre os pobres.

Com o propósito de superar esta lacuna no uso de H , Sen sugere a inclusão de dois outros parâmetros estatísticos para medição da pobreza, considerando ainda o enfoque na renda. O parâmetro I – hiato de renda – mediria a “renda adicional que seria necessária para elevar todos os pobres até o nível da linha de pobreza”. Já o parâmetro D seria uma medida da desigualdade na distribuição de renda entre os pobres.

Surge então a chamada Medida de Sen (S), a qual corresponde a:

$$S = H [I + (1 - H) G] \quad (2)$$

Onde G é o índice de Gini de distribuição de renda entre os pobres.

Sen (2001) reconhece que, apesar de seu índice fazer um uso comparativamente melhor dos dados sobre a renda, ele guarda limitações óbvias por estar alicerçado no exíguo espaço das rendas.

O economista indiano defende que a maior limitação de qualquer abordagem sobre pobreza centrada na renda reside na desconsideração da diversidade humana:

“Diferenças de idade, sexo, talentos especiais, incapacidade, propensão a doenças etc. podem fazer com que duas pessoas tenham oportunidades de qualidade de vida muito divergentes mesmo quando ambas compartilham exatamente o mesmo pacote de mercadorias. A diversidade

humana figura entre as dificuldades que limitam a serventia das comparações de renda real para julgar as vantagens respectivas de pessoas diferentes.” (Sen, 2000, p. 90).

As variações interpessoais na habilidade em converter renda em bem-estar fariam da renda um indicador muito insatisfatório da qualidade de vida das pessoas. Sen (2000) alerta para o fato de pagar-se um preço altíssimo ao se confundir renda com bem-estar. O que justificaria, então, a ampla utilização do critério da renda na avaliação da pobreza? Sen acredita que “a concentração no espaço das rendas é freqüentemente difícil de ser evitada dada a disponibilidade comparativamente maior de estatísticas de renda em relação a outros tipos de dados”. (Sen, 2001, p.168). Porém, advoga o Prêmio Nobel, esta praticidade não justifica, sozinha, a ocultação de outras informações na apreciação das vantagens individuais. A crítica do autor ao enfoque na renda será apresentada mais detalhadamente na seção seguinte.

É importante ressaltar também que a noção tradicional de linha de pobreza está associada ao conceito de pobreza absoluta, a qual corresponde ao não-atendimento das necessidades mínimas vitais relativas à sobrevivência física. Este conceito de pobreza é mais apropriado para aferição da privação em países pobres, visto que nestes locais as questões de sobrevivência física têm maior relevância. O conceito de pobreza relativa, utilizado mais amplamente em países ricos, define necessidades a serem satisfeitas em função do modo de vida predominante em determinada sociedade, o que resulta incorporar a redução das desigualdades sociais como objetivo de políticas públicas. Trata-se, portanto, de identificar os “relativamente pobres” em sociedades onde o mínimo vital já é garantido a todos. (Rocha, 2003).

Embora a pobreza ainda seja avaliada predominantemente pelo critério da renda e a linha de pobreza estabelecida em termos de pobreza absoluta, existe uma forte corrente na literatura em defesa da necessidade de se incluir dimensões não-econômicas na análise das condições de vida das pessoas, bem como o reconhecimento cada vez mais amplo da importância de se avaliar também a pobreza relativa. Evidências empíricas têm demonstrado que nem sempre o aumento da renda é acompanhado de melhoria do bem-estar humano – países com elevada renda per capita podem apresentar baixos indicadores de desenvolvimento para certos grupos sociais e vice-versa. Isto resulta do fato de que a renda, por si só, não se converte necessariamente em outras realizações ou na expansão da liberdade de escolha dos indivíduos, visto que os recursos monetários não compram todos os elementos necessários a uma vida com

qualidade. A partir desta percepção, foram concebidos os índices multidimensionais de pobreza e a abordagem das capacitações, como veremos a seguir.

5) MEDIDAS MULTIDIMENSIONAIS DE POBREZA

O objetivo do desenvolvimento é alargar as possibilidades de escolha das pessoas através da ampliação de suas capacidades e do âmbito das suas atividades. (Sen, 2000). O progresso humano e as condições de vida das pessoas não podem, assim, ser reduzidos meramente à *performance* econômica das famílias. Por isso, existe uma busca constante por medidas sócio-econômicas mais abrangentes, que incluam também outras dimensões fundamentais da vida e da condição humana.

Embora seja amplamente difundido no meio científico o reconhecimento de que a pobreza é um fenômeno multidimensional, há uma divergência entre os pesquisadores sobre quais as dimensões mais relevantes, quais os indicadores utilizados para representar cada uma das dimensões e seus respectivos pesos, e como agregar a pobreza de todas as pessoas para se obter uma medida escalar. A seguir, apresentarei alguns exemplos de medidas multidimensionais de pobreza, buscando destacar as vantagens e desvantagens de cada uma.

5.1) Pobreza como privação de necessidades básicas

A abordagem das necessidades básicas (*basic needs*) determina que uma pessoa é pobre se ela não consegue ter acesso a uma gama de “bens primários” que atendem às necessidades humanas elementares. Isto significa ir além das necessidades alimentares e incorporar um conjunto mais amplo de necessidades, tais como educação, saneamento, habitação, vestuário, etc. (Rocha, 2003)

Esta concepção de pobreza permite, por um lado, definir de forma mais precisa quais são as necessidades básicas de cada sociedade considerando suas especificidades, já que estas variam de uma localidade para outra:

“Aprender a ler e a escrever se constitui, por exemplo, numa necessidade básica, mas em sociedades onde a alfabetização é generalizada esse critério de necessidade básica não será útil para

distinguir os pobres. Seria necessário, então, considerar necessidade básica de educação um nível de escolarização mais elevado [...]” (Rocha, 2003, p. 19).

Assim como no caso da educação, também seria possível se estabelecer critérios distintos de saneamento, habitação ou vestuário, dependendo do grau em que estes são atendidos para cada população. Portanto, fica claro que a abordagem das necessidades básicas insatisfeitas nos permite levar em conta a noção de pobreza relativa, o que certamente representa um avanço em relação ao critério da linha de pobreza absoluta. Logo, a perspectiva das *basic needs* se diferencia da abordagem da renda por reconhecer o caráter multidimensional da pobreza, abandonando a linha de pobreza tradicional, expressa em valores monetários, em favor da adoção de parâmetros que reflitam “resultados efetivos em termos de qualidade de vida” (Rocha, 2003, p.20).

5.2) Índice de Desenvolvimento Humano - IDH

O IDH foi criado no início da década de 90 para o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) pelo conselheiro especial Mahbub ul Haq, com a participação de Amartya Sen. Este índice, que se baseia na abordagem das *basic needs*, mede o desenvolvimento humano de uma unidade geográfica com base em três componentes básicos:

- (1) a longevidade, que também reflete as condições de saúde e salubridade da população – medida pela esperança de vida ao nascer;
- (2) a educação – medida por uma combinação da taxa de alfabetização de adultos (peso 2) e a taxa combinada de matrícula nos níveis de ensino fundamental, médio e superior (*Gross Enrollment Index*);
- (3) a renda – medida pelo poder de compra da população, baseado no PIB per capita ajustado ao custo de vida local para torná-lo comparável entre países e regiões, através da metodologia conhecida como paridade do poder de compra (PPC).

A metodologia de cálculo do IDH envolve a transformação destas três dimensões em índices que variam entre 0 (pior) e 1 (melhor), e a combinação destes índices em um indicador síntese.

Para se transformar cada uma das dimensões em um valor entre 0 e 1 utiliza-se a seguinte equação:

$$\text{Índice } x = \frac{x - \min(x)}{\max(x) - \min(x)} \quad (3)$$

Onde $\min(x)$ e $\max(x)$ são os valores máximo e mínimo que x pode assumir respectivamente.

A partir da equação (3) se calculam os três índices que compõem o IDH:

- Expectativa de vida = $\frac{EV - 25}{85 - 25}$ (4)

- Educação = $\frac{2(ITAA) + GEI}{3}$ (5)

Onde:

- ITAA = $\frac{TAA - 0}{100 - 0}$ (6)

- GEI = $\frac{CGER - 0}{100 - 0}$ (7)

- Produto Interno Bruto = $\frac{\log(PNBpc) - \log(100)}{\log(40000) - \log(100)}$ (8)

Nas equações, entenda-se:

- EV - Expectativa de Vida;
- ITAA - Índice da Taxa de Alfabetização dos Adultos;
- TAA - Taxa de Alfabetização dos Adultos;
- GEI - Índice *Gross Enrollment*;
- CGER - quociente de *Combined gross enrolment*;
- PNBpc - Produto Nacional Bruto *per capita*

O IDH é calculado a partir de uma média simples dos índices de longevidade, educação e renda, obtendo-se um indicador síntese que pode variar entre zero (nenhum

desenvolvimento humano) e um (total desenvolvimento humano), sendo os países⁵ ou grandes regiões classificados do seguinte modo:

- IDH entre 0 e 0,499 – baixo desenvolvimento humano.
- IDH entre 0,5 e 0,799 – médio desenvolvimento humano.
- IDH entre 0,8 e 1 – alto desenvolvimento humano.

5.3) Índice Municipal de Desenvolvimento Humano (IDH-M)

O IDH-M é, assim como o IDH, um índice que mede o desenvolvimento humano de uma unidade geográfica. Como o IDH foi concebido para ser aplicado no âmbito de países e grandes regiões, sua aplicação no nível municipal tornou necessárias algumas adaptações metodológicas e conceituais.

O PIB per capita e a taxa combinada de matrícula foram substituídos, respectivamente, pela renda familiar per capita média do município e pelo número médio de anos de estudo da população adulta (25 anos ou mais). Além de representar melhor as condições de renda e de educação efetivamente vigentes no nível municipal, estes dados podem ser obtidos diretamente dos Censos Demográficos.

Essa metodologia foi desenvolvida por um grupo de pesquisadores da Fundação João Pinheiro e do IPEA, para um estudo pioneiro sobre o desenvolvimento humano nos municípios mineiros, realizado em 1996. Em virtude dessas adaptações, o índice de desenvolvimento humano criado para os municípios, embora conceitualmente próximo, é diferente do IDH proposto pelo PNUD.

5.4) Índice de Condições de Vida - ICV

O ICV é uma extensão do Índice Municipal de Desenvolvimento Humano (IDH-M), que incorpora, além das dimensões longevidade, educação e renda, outros

⁵ O Brasil está na 65ª colocação no ranking do IDH (em 177 países no total) com um índice de 0,792 em 2005.

indicadores destinados a avaliar a infância e a habitação. Além de incorporar essas duas novas dimensões, ele acrescenta vários outros indicadores, destinados a captar outros aspectos das dimensões longevidade, educação e renda, já presentes no IDH-M. Enquanto no IDH são avaliados quatro indicadores agregados em três dimensões, o ICV contempla dezoito indicadores distribuídos em cinco dimensões.

O ICV, assim como o IDH-M, foi concebido por pesquisadores da Fundação João Pinheiro e do IPEA, em 1996, com o apoio da FAPEMIG - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais. Similarmente ao IDH-M, e pelas mesmas razões de cobertura e uniformidade dos dados, o ICV utiliza exclusivamente variáveis obtidas, direta ou indiretamente, dos Censos Demográficos do IBGE.

A metodologia de cálculo do ICV é similar à do IDH. Envolve a transformação das cinco dimensões por ele contempladas – longevidade, educação, renda, infância e habitação – em índices que variam entre zero e um, e a combinação destes índices em um indicador síntese. Assim como o IDH, quanto mais próximo de um o valor deste indicador, maior será o nível de desenvolvimento humano do município ou região:

- ICV entre 0 e 0,499 – baixo desenvolvimento humano.
- ICV entre 0,5 e 0,799 – médio desenvolvimento humano.
- ICV entre 0,8 e 1 – alto desenvolvimento humano.

5.5) Limitações dos índices multidimensionais: IDH e ICV

Os índices multidimensionais de pobreza IDH e ICV procuram ir além da renda, considerando outras características sociais como determinantes da qualidade de vida dos indivíduos. Embora estes indicadores representem uma evolução na avaliação da pobreza, na medida em que não se restringem à sua dimensão econômica, suas limitações são amplamente reconhecidas.

A primeira limitação consiste na dificuldade de se obter informações a respeito do desenvolvimento humano no âmbito de um determinado grupo de indivíduos. O IDH, assim como o ICV, devido à forma como agrupam os dados, têm como unidade

básica de análise uma região geográfica. Deste modo, é possível calcular o IDH de um país, um estado ou uma cidade, porém torna-se um tanto dificultosa a tarefa de se calcular o IDH de uma família, dos negros ou das mulheres de uma dada comunidade. (Paes de Barros, 2006).

Outra fragilidade dos índices multidimensionais diz respeito à seleção dos seus indicadores e dos pesos utilizados. Apesar da melhoria comparativamente aos índices centrados na renda, as bases informacionais do IDH e do ICV ainda permanecem um tanto restritas. São considerados apenas um pequeno número de indicadores dentre os disponíveis e considerados relevantes pela sociedade, de modo que não há garantia de que os indicadores selecionados, bem como seus pesos, representem de fato as preferências e necessidades da região analisada. (Paes de Barros, 2006).

A escolha por um número reduzido de indicadores é obviamente uma solução de ordem prática, e está relacionada à disponibilidade e confiabilidade dos indicadores, contudo, faz-se necessário esclarecer que o conceito de desenvolvimento humano é mais amplo do que a medida por indicadores multidimensionais de pobreza o representa. Para se obter um quadro mais compreensivo, é preciso suplementá-los com outras informações. Aspectos como direitos humanos, liberdades, participação na comunidade, não-discriminação, acesso a serviços públicos, etc. também devem ser considerados no cômputo do desenvolvimento humano. (Sen, 2000).

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), através da publicação *Desenvolvimento Humano e IDH* (2004), determinou que o IDH não deve ser interpretado como uma medida de “felicidade” ou um indicador do “melhor lugar do mundo para se viver”, o que demonstra o reconhecimento de que o IDH não abrange todos os aspectos do desenvolvimento. Sen (2001) destaca que apesar de o IDH ser “inevitavelmente um índice imperfeito”, o mesmo deve ser visto como um “movimento introdutório” na busca de métodos avaliatórios mais completos da qualidade de vida dos indivíduos.

6) POBREZA COMO INSUFICIÊNCIA DE CAPACITAÇÕES

6.1) Apresentação

Amartya Sen ganhou notoriedade por sua vasta contribuição à temática da pobreza. O que é pobreza? Qual sua origem? Como superá-la? Por que a pobreza e a fome não são necessariamente eliminadas pelos *booms* econômicos e conseqüentes aumentos da renda? Estas são as questões que inspiraram o autor a criar uma nova abordagem para o entendimento da pobreza, distanciando-se do enfoque tradicional na renda e na riqueza.

Para Sen, a pobreza deve ser vista como “privação de capacitações básicas”, em vez de meramente insuficiência de renda. O autor reconhece que renda baixa é uma das principais causas da pobreza; não obstante, advoga a existência de uma série de fatores de ordem não-econômica na determinação do grau de pobreza de uma pessoa. O economista defende que o enfoque na renda não dá conta de um grande número de realizações humanas, tornando a teoria muito distante da realidade. Há de se considerar outras dimensões da pobreza, o que somente será viável permitindo-se o intercâmbio da economia com as demais esferas de pensamento como o direito, a filosofia, a sociologia, a política e até mesmo a biologia. Só assim, assegura ele, será possível introduzir novas considerações éticas na avaliação do que realmente importa para o bem-estar de um indivíduo. (Sen, 1999).

Ao considerarmos a pobreza não mais uma noção econômica e individual, mas um conceito social, redirecionamos seu entendimento do espaço da posse de mercadorias para a esfera dos estados e das ações humanas. Em oposição à unicidade de valor presente no utilitarismo e na perspectiva da renda, Sen propõe a pluralidade de objetos de valor, assegurando que o ser humano encontra valor em múltiplas formas de “ser” e “fazer”, não se atendo ao universo do “ter”. (Kerstenetzky, 2000). Esses objetos de valor, como veremos, são vistos como “funcionamentos” (*functionings*): quanto maior o número de funcionamentos realizados por uma pessoa, maior será a sua capacidade para levar uma vida que ela tem razão para valorizar. Contudo, afirma Sen (2001), não basta avaliarmos os funcionamentos realizados por um indivíduo para aferirmos o seu nível de bem-estar. Cabe, sobretudo, investigarmos se estes resultados obtidos (funcionamentos) foram fruto de uma livre escolha do indivíduo entre opções significativas ou não. O economista assevera que as vantagens que um indivíduo possui

podem ser muito melhor representadas pela liberdade que esta pessoa usufrui e por aquilo que ela realiza com base nesta liberdade. (Sen, 2000).

O enfoque na qualidade de vida e nas liberdades substantivas, e não apenas na renda e na riqueza, significa um afastamento das teorias tradicionais em economia. Porém, na realidade, a abordagem de Sen tem suas raízes nas principais linhas de análise que nortearam a economia profissional desde o princípio. A origem da economia foi inequivocamente motivada pela necessidade de se estudar as oportunidades que as pessoas têm para levar uma vida boa e as influências causais sobre estas oportunidades. Assim, a obra de Sen encontra precursores em Aristóteles, William Petty, Lagrange, François Quesnay, Adam Smith e outros importantes nomes da economia política moderna. (Sen, 2000).

6.2) Funcionamentos e Capacitações

O estudo da concepção de pobreza como “privação de capacitações” requer o entendimento de dois conceitos centrais nos trabalhos de Sen: funcionamentos (*functionings*) e capacitações (*capabilities*). Funcionamentos referem-se a atividades ou estados de existência que são importantes para que um indivíduo possa levar o tipo de vida que ele tem razão para valorizar. (Sen, 2001). De forma simplificada, funcionamentos podem ser entendidos como um conjunto de ações e estados valiosos para o viver humano, os quais podem variar de questões elementares, como estar adequadamente nutrido e livre de doenças evitáveis, a coisas mais complexas como ter respeito próprio e participar da vida comunitária. (Sen, 2000).

Cabe salientar que a valoração de um estado ou ação varia substancialmente entre pessoas e entre sociedades, culturas e ambientes diferentes, portanto, a noção de funcionamento é essencialmente plural: aquilo que é considerado funcionamento por A pode nada representar para B ou C, e vice-versa. Por exemplo, o uso da burca pode ser considerado um funcionamento de grande relevância em países de religião muçulmana, embora não represente valor algum em países de religião católica. Tomar chá à tarde constitui um funcionamento para os ingleses (o chá está presente na cesta básica inglesa), já brasileiros não atribuem tal relevância a este ritual. Daí conclui-se que funcionamentos não podem ser perfeitamente comparados para se avaliar a vantagem individual, pois não existe um único rol de funcionamentos importantes – para cada indivíduo e para cada sociedade haverá um conjunto diferente de funcionamentos a ser

considerado. Sen (2001) advoga, porém, a existência de um grupo de funcionamentos que são universalmente mais importantes do que quaisquer outros, no sentido em que “qualquer vida digna só se realiza se eles se realizam.” Exemplos seriam: estar bem alimentado, escapar da morte prematura e estar livre de doenças que podem ser evitadas.

Ao considerar a noção de funcionamentos, Sen desloca o foco da esfera do *ter* – ter renda e riqueza –, para o espaço do *ser e fazer* – ser e fazer coisas valiosas para o bem-estar individual. Enquanto a teoria tradicional se atém ao universo da posse de bens e mercadorias, atribuindo valor apenas a estes itens, a abordagem dos funcionamentos e das capacitações reconhece uma pluralidade de objetos de valor, afirmando que aquilo que tem valor para as pessoas é constitutivamente plural. (Kerstenetzky, 2000). O Prêmio Nobel explica esta diferenciação:

“A questão central é a qualidade de vida que podemos levar. A necessidade de possuir mercadorias para que se alcance um determinado patamar de condições de vida varia grandemente segundo características fisiológicas, sociais e culturais, além de outras igualmente contingentes [...] O valor do padrão de vida repousa na vida, e não na posse de mercadorias, a qual tem relevância derivada e variável.” (Sen, 1990, p.25)

A utilização da idéia de funcionamento produz, assim, uma abordagem mais abrangente e realista, comparativamente ao enfoque na renda ou nas utilidades, uma vez que leva em conta as inúmeras diversidades humanas, fisiológicas, sócio-culturais e ambientais na determinação do que realmente importa para a qualidade de vida de uma pessoa – tema a ser abordado mais detalhadamente na seção seguinte.

Se, por um lado, os funcionamentos são os elementos constitutivos do bem-estar individual, as capacitações, por sua vez, representam as oportunidades de escolha por diferentes conjuntos de funcionamentos que estariam à disposição dos indivíduos. A capacitação significa, portanto, a *liberdade* de uma pessoa para levar um tipo de vida ou outro ou, mais formalmente, a liberdade substantiva de realizar combinações alternativas de funcionamentos. O conjunto de oportunidades de escolha à disposição de uma pessoa constitui o “conjunto capacitário”. Quanto maior o número de pacotes alternativos de funcionamentos abertos aos indivíduos, maior será sua liberdade para escolher. Conforme Sen:

“Tal como o assim chamado “conjunto orçamentário” no espaço de mercadorias representa a liberdade de uma pessoa para comprar pacotes de mercadorias, o “conjunto capacitário” [*capability set*] reflete, no espaço de funcionamentos, a liberdade da pessoa para escolher dentre vidas possíveis.” (Sen, 2001, p.80)

O autor introduz o exercício da liberdade de escolha como um dos principais fundamentos na análise da pobreza – uma vida sem oportunidade de escolha e sem escolhas genuínas será, inevitavelmente, uma vida pobre. Sen reconhece que mais renda resulta em mais oportunidades de escolha, no entanto, a renda não é o único condicionante da liberdade para escolher – há uma série de fatores de ordem não econômica que influenciam a liberdade de escolha dos indivíduos como, por exemplo, os serviços de educação e saúde, os direitos políticos e civis, a assistência social, a participação na comunidade, o respeito próprio, o capital social, o acesso ao crédito e à terra, o tipo de emprego (formal ou informal), etc. As capacitações estariam determinadas, crucialmente, pelas disposições econômicas, sociais e políticas vigentes em uma sociedade, de onde conclui-se que o Estado e a sociedade são os maiores responsáveis pelo fortalecimento e proteção das capacitações humanas. (Sen, 2000).

Vejamos alguns exemplos para melhor elucidação dos conceitos de funcionamentos e capacitações. Considere que duas pessoas, Maria e João, estejam passando fome. Maria passa fome porque está jejuando, e jejuar é uma opção sua. Por outro lado, João passa fome porque não dispõe de recursos para alimentar-se, logo, João não optou por passar fome. Se investigarmos apenas os funcionamentos realizados, Maria e João estariam em situações semelhantes – ambos passando fome – não importa o motivo que os tenha levado a estes resultados. Ao analisarmos as capacitações, contudo, percebemos que as duas pessoas estão em situações absolutamente distintas: ambos estão sendo privados de um funcionamento importante, que é estar bem alimentado, muito embora as condições que levaram a tal situação sejam completamente diversas nos dois casos – um teve a oportunidade de escolha e o outro não. Isso faz com que Maria esteja em situação significativamente mais favorável do que João, uma vez que seu conjunto capacitário era maior.

No exemplo acima, João teve seu conjunto capacitário reduzido pela falta de renda (que lhe impossibilitou adquirir alimentos) – a ausência de renda limitou suas oportunidades de escolha, o que resultou em passar fome. Mas nem sempre o que determina a redução do conjunto capacitário é a insuficiência de renda. Vejamos um

outro exemplo: dois rapazes, um negro e um branco, com mesma escolaridade, entraram para o serviço militar. O branco fez esta opção porque sempre sonhara com a carreira militar. Poderia ter continuado seus estudos, e recebera várias ofertas de emprego, ainda assim optou pelo serviço militar. O rapaz negro, por seu turno, jamais desejara servir ao exército, porém, vinha enfrentando sérias dificuldades para conseguir um emprego. Ao que tudo indicava, não conseguia ser empregado porque era negro. Diante deste fato, acabou “optando” por servir ao exército onde, aparentemente, não seria discriminado. Fica claro também, neste caso, que embora os dois rapazes exerçam a mesma atividade, há uma grande diferença de grau de capacitação entre eles – um deles pôde optar dentre diversas possibilidades de funcionamentos (estudar, trabalhar ou servir ao exército) enquanto o outro foi conduzido a este resultado pelas contingências da vida. O preconceito foi, aqui, responsável pela privação de liberdade do rapaz negro, contribuindo para redução do seu bem-estar. De acordo com a concepção da renda, contudo, ambos os rapazes ocupariam a mesma posição em um ordenamento social, uma vez que estariam desempenhando o mesmo trabalho e auferindo a mesma renda.

Enquanto a medida dos funcionamentos se limita à análise de um resultado, a perspectiva das capacitações procura saber também de que forma estas realizações foram alcançadas – se resultaram de uma efetiva liberdade de escolha dos indivíduos ou se foram obtidos por falta de opção melhor, pelas circunstâncias que foram impostas. (Sen, 2000). Em uma escala de grau de abrangência, poderíamos afirmar que o enfoque nas capacitações é mais abrangente que o enfoque nos funcionamentos, que por sua vez é mais abrangente que o enfoque na renda. Uma vez entendidos os conceitos de funcionamentos e capacitações, podemos nos debruçar sobre a concepção de pobreza de Sen: pobreza como privação de capacitações.

6.3) Humanidade Diversa

Sen (2001) explica que uma das principais razões para se considerar a pobreza como privação de capacitações, e não meramente insuficiência de renda, consiste na existência de uma diversidade humana generalizada. Indivíduos diferem não apenas em características físicas, intelectuais, culturais, etc., como também na sua habilidade em converter renda em coisas valiosas para o seu bem-estar:

“Existem *circunstâncias individuais* (tais como idade, talentos e deficiências, propensão à doença, sexo) e *sociais* (tais como a estrutura da família, disponibilidade de uma rede de segurança previdenciária, condições epidemiológicas, extensão da poluição, incidência de crimes) cujas variações afetam substancialmente a conversão de características de bens e serviços em atividades e estados pessoais e em oportunidades que uma pessoa dispõe para realizar coisas que considera valiosas”. (Sen, 2001, p.15).

Martha Nussbaum (2000), colaboradora de Sen na elaboração da perspectiva da capacitação, assegura que a perspectiva das capacitações considera as pessoas uma a uma. A pesquisadora enfatiza que o uso primário da noção de capacitação em Sen é a indicação de um espaço dentro do qual comparações de qualidade de vida (ou padrão de vida) são feitas mais frutiferamente.

Sen (2000) argumenta que “a relação instrumental entre baixa renda e baixa capacitação é *variável* entre comunidades e até mesmo entre famílias e indivíduos”. Nesta seção, discutiremos a respeito das circunstâncias contingentes que determinam a variabilidade na transformação de renda em vantagens individuais. Abordaremos também a relevância do conceito de pobreza relativa neste contexto de diversidades humanas.

6.3.1) Fontes de variabilidade

Em sua obra “Desenvolvimento como Liberdade”, Sen (2000) identifica cinco fontes de variação na conversão de renda em bem-estar e liberdade. Seriam elas: i) *heterogeneidades pessoais*; ii) *diversidades ambientais*; iii) *variações no clima social*; iv) *diferenças de perspectivas relativas*; e v) *distribuição na família*

Heterogeneidades pessoais dizem respeito a diferenças nas características físicas, tais como deficiência, doença, idade ou sexo, as quais ensejam necessidades distintas. Uma pessoa doente pode precisar de uma renda maior para tratar-se, ainda assim, ela pode ter sua qualidade de vida reduzida em relação a uma pessoa saudável. Uma pessoa deficiente pode necessitar de equipamentos para locomover-se. Já um idoso, requer maiores dispêndios com medicamentos, enquanto crianças e mulheres grávidas precisam de uma alimentação mais rica em nutrientes. Exemplos não faltam de situações em que um atributo físico imponha a necessidade de transferir renda para correção de uma determinada desvantagem pessoal. Ainda assim, algumas delas não são

totalmente corrigíveis. Nos casos em que a desvantagem é corrigida, os indivíduos enfrentam uma restrição ao converter renda em bem-estar – dado que sua renda ficou reduzida, o nível de bem-estar alcançado será menor. Nos casos em que a desvantagem não é corrigida, a dificuldade é ainda maior, pois além de terem a renda diminuída, essas pessoas não conseguem convertê-la integralmente em bem-estar.

Diversidades ambientais são variações nas condições ambientais, tais como clima, localização geográfica, incidência de doenças infecciosas, níveis de poluição, etc. Em um clima frio, por exemplo, são necessários maiores gastos com vestuário, o que reduz a disponibilidade de renda para aquisição de outros bens. Com uma mesma renda, um habitante de uma região fria consegue atingir um nível de bem-estar menor do que um morador de um local com temperaturas mais amenas (considerando-se todas as outras influências iguais). A presença de doenças infecciosas e poluição pode alterar substancialmente a qualidade de vida de uma pessoa. Neste caso a renda é mantida, porém, convertê-la em bem-estar torna-se mais difícil. O local da residência também constitui um fator “empobrecedor” da qualidade de vida. Aqueles que moram longe do local de trabalho, além de incorrerem em maiores gastos com transporte, vivenciam o estresse diário do deslocamento. Ou ainda, há quem sofra o preconceito por morar longe, em determinado bairro pobre, ou em uma favela, caso em que a variação ambiental assume um caráter social – tema a ser abordado nos próximos capítulos.

Variações no clima social estão associadas às condições sociais, incluindo os serviços públicos e a educação. Os valores prevalecentes e os costumes sociais determinam o grau de desenvolvimento do capital social⁶, a dimensão da violência, o nível de universalização do ensino, a qualidade do sistema de saúde pública, de segurança e de infra-estrutura básica, a magnitude da corrupção e a confiança nas relações econômicas. Conforme Sen, a abordagem das capacitações está atenta para este fato:

⁶Entende-se capital social como sendo propriedade de uma comunidade cujos principais ativos são: engajamento civil, promoção da cidadania, participação de seus membros em associações de classe e um alto grau de confiabilidade, lealdade e reciprocidade entre os atores sociais. (Muls, 2004).

“Essa abordagem nos permite ainda reconhecer o papel dos valores sociais e costumes prevalentes, que podem influenciar as liberdades que as pessoas desfrutam e que elas estão certas ao prezar. Normas comuns podem influenciar características sociais como a igualdade entre os sexos, a natureza dos cuidados dispensados aos filhos, o tamanho da família e os padrões de fecundidade, o tratamento do meio-ambiente e muitas outras. [...] O exercício da liberdade é mediado por valores que, porém, por sua vez, são influenciados por discussões públicas e interações sociais, que são, elas próprias, influenciadas pelas liberdades de participação.” (Sen, 2000, p.24)

O ambiente social em que uma pessoa vive constitui, portanto, um importante espaço para aferição do seu grau de liberdade de escolha. Indivíduos submetidos a diferentes formas de exclusão social como, por exemplo, desemprego, preconceito e opressão social, terão inevitavelmente seu conjunto capacitário reduzido, o que resultará em menos oportunidades de escolha e, conseqüentemente, maior grau de pobreza.

Diferenças de perspectivas relativas referem-se a hábitos, costumes ou padrões de comportamento estabelecidos, os quais podem variar entre indivíduos ou entre comunidades. Em um país rico, certos hábitos de consumo são exigidos para que uma pessoa participe da vida comunitária. Tais exigências impedem que indivíduos relativamente pobres realizem outros funcionamentos que seriam importantes para o seu bem-estar. Um exemplo seria o de uma pessoa que, para poder ter um automóvel, opta por renunciar ao lazer nos fins de semana, ou economizar com a alimentação. Como já havia observado há mais de dois séculos Adam Smith, destaca Sen (2000), “aparecer em público sem se envergonhar em uma sociedade mais rica pode requerer padrões mais elevados de vestuário e outros aspectos visíveis de consumo do que em uma sociedade mais pobre”. (Sen, 2000, p. 94).

Distribuição na família diz respeito à forma como a renda auferida pela família é distribuída entre os seus membros. Sen (2000) ressalta que “o bem-estar ou a liberdade dos indivíduos de uma família dependerá do modo como a renda familiar é usada na promoção dos interesses e objetivos dos diferentes membros da família.” Cada família possui regras próprias para distribuição da renda familiar. Em alguns países é comum privilegiar a educação dos meninos, neste caso as meninas sofrem privação de bem-estar. Outras famílias têm por norma cuidar preferencialmente da saúde dos idosos, por exemplo.

A existência de tamanhas variações sociais e interpessoais parece deixar uma interrogação sobre o que realmente importa para o bem-estar de uma pessoa. Sen (2001)

advoga no sentido de que tais variações não eliminam os diversos consensos sobre o que irá contar como privação grave. Por exemplo, é provável que haja mais acordo sobre a importância de evitar a fome aguda ou a subnutrição do que um acordo sobre os itens que devem constar na alimentação de um indivíduo.

A análise das diferentes fontes de variação na relação entre renda e bem-estar demonstra que renda elevada, por si só, não garante bem-estar ou liberdade individual. Esta seria, conforme Sen, uma grande fragilidade da métrica da renda:

“[...] o efeito de ignorar-se as variações interpessoais pode ser, na verdade, profundamente não igualitário, ao esconder o fato de que a igual consideração de todos pode demandar um tratamento bastante desigual em favor dos que estão em desvantagem.” (Sen, 2001, pp.29-30)

Rendas iguais podem deixar bastante desiguais os níveis de qualidade de vida de duas pessoas distintas. As características individuais e sociais diferem substancialmente, o que resulta em variações interpessoais expressivas na conversão de recursos em realizações, ou bem-estar. A abordagem dos funcionamentos e capacitações tem o mérito de levar em conta estas variações, por esta razão, comparações interpessoais de bem-estar são feitas mais proficuamente com base nesta perspectiva.

6.3.2) Pobreza em país rico: ser relativamente pobre

A pobreza em países ricos, um aparente paradoxo, pode ser muito melhor compreendida se tomarmos como pano de fundo a concepção das capacitações. Ser relativamente pobre em um país rico significa estar privado de capacitação, mesmo quando a renda absoluta da pessoa é elevada para os padrões mundiais (Sen, 2000).

A pobreza relativa, contudo, ganha especial relevância em Sen: em um ambiente social, por exemplo, em que a maioria das pessoas é pobre, um indivíduo tenderá a não envergonhar-se ou ter baixa estima em função da sua condição de pobreza já que, relativamente aos outros, ele não se encontra em situação tão desfavorável. Aqui, o economista indiano invoca Adam Smith, que teria sido pioneiro em constatar o fato de que um país opulento, em comparação a um outro menos abastado, requer mais renda para comprar mercadorias suficientes para realizar o mesmo funcionamento social (Sen, 2000). Enquanto em um país rico uma pessoa pode precisar, por exemplo, de roupas de linho e sapatos de couro para poder aparecer em público sem se envergonhar, em um país pobre seriam necessárias apenas roupas de algodão e sandálias de borracha. Em um

país rico, a participação na vida da comunidade pode requerer a demanda por equipamentos modernos como televisão, automóvel e telefone, imposições severas para uma pessoa relativamente pobre. Por certo, ressalta Sen, “o fenômeno paradoxal da fome em países ricos – mesmo nos Estados Unidos – tem certa relação com as exigências concorrentes destes dispêndios”. (Sen, 2000, p.112).

Nos Estados Unidos, por exemplo, os afro-americanos são relativamente pobres em comparação aos americanos brancos, não obstante, são muito mais ricos quando comparados a habitantes de países em desenvolvimento. Apesar disso, os afro-americanos têm uma expectativa de vida significativamente menor do que as pessoas que vivem na China, Sri Lanka ou partes da Índia. Já na Europa, a presença de níveis elevados de desemprego – cerca de 10% a 12% – em muitos dos seus principais países representa uma grave privação que não é captada pela métrica da renda. Sen (2000) destaca que a presença de contrastes inter-grupais em países mais ricos reflete um aspecto importante da concepção de desenvolvimento e subdesenvolvimento, e a abordagem dos funcionamentos e capacitações estaria apta a aferir tais contrastes.

6.4) Liberdades e suas privações

Se a pobreza é definida como privação de capacitações e estas refletem a liberdade que as pessoas usufruem para realizar aquilo que elas têm razão para valorizar, cabe então analisarmos os efetivos papéis da liberdade e a classificarmos de acordo com as diferentes funções por ela desempenhadas. Como veremos, a liberdade é importante por três razões distintas (Sen, 2001):

- (1) Por si só, gera bem-estar.
- (2) Permite a realização de funcionamentos relevantes para o bem-estar.
- (3) Possibilita que o indivíduo realize sua condição de agente.

Seguindo-se a esta análise, serão apresentadas as principais formas de privação de liberdade que contribuem para o empobrecimento de uma pessoa.

6.4.1) Dois papéis da liberdade: constitutivo e instrumental

Enquanto a perspectiva da renda vê a liberdade como algo importante instrumentalmente, i.e., na medida em que enseja maior possibilidade de auferir renda

(liberdade no mercado), na abordagem seniana a liberdade é considerada também intrinsecamente importante: ter mais liberdade é importante por si mesmo, na medida em que enriquece a vida humana; e porque favorece a oportunidade de a pessoa ter resultados valiosos (funcionamentos). A expansão da liberdade é vista, assim, como principal *fim* e principal *meio* do desenvolvimento. A liberdade como fim corresponde ao seu papel constitutivo, enquanto a sua importância como meio equivale ao papel instrumental.

O papel constitutivo (importância intrínseca) está associado às liberdades substantivas⁷ (*freedom*), incluindo a capacidade de evitar a fome, a subnutrição, doenças que podem ser prevenidas, morte prematura, bem como as liberdades associadas à instrução, à participação política, à liberdade de expressão, etc. As liberdades substantivas devem ser consideradas importantes *independentemente* do interesse individual em exercê-las ou não: mesmo que uma pessoa não tenha vontade de exercer sua liberdade de expressão, por exemplo, seria uma privação se ela não pudesse ter a escolha por manifesta-se ou não. Essas liberdades são parte integrante do enriquecimento da vida humana. (Sen, 2001).

Já as liberdades instrumentais são importantes não por si mesmas, mas na medida em que contribuem muito eficazmente para promoção de outros tipos de liberdades:

“O papel instrumental da liberdade concerne ao modo como diferentes tipos de direitos, oportunidades e intitamentos⁸ [*entitlements*] contribuem para expansão da liberdade humana em geral e, assim, para a promoção do desenvolvimento. A eficácia da liberdade como instrumento reside no fato de que diferentes tipos de liberdade apresentam inter-relação entre si, e um tipo de liberdade pode contribuir imensamente para promover liberdades de outros tipos” (Sen, 2000, pp. 53-54)

Analisaremos, a seguir, as principais formas de liberdades instrumentais e de que maneira cada uma delas contribui para liberdade global de uma pessoa.

⁷ É importante fazer a distinção entre liberdade substantiva, tradução de “*freedom*” e liberdade formal, tradução de “*liberties*”. Liberdade substantiva significa ter e poder fazer escolhas (ter alternativas, meios e capacidades de realizá-las), enquanto liberdade formal significa não enfrentar nenhum constrangimento nas escolhas que se faz, exceto aqueles que a lei determina.

⁸ Intitamentos, aplicados no contexto da pobreza e da fome, referem-se aos “recursos materiais de que alguém dispõe ou tem direito a dispor”. (Sen, 2001, p.32)

6.4.2) Tipos de liberdades instrumentais

Sen (2000) identifica cinco tipos distintos de liberdades que merecem atenção nesta perspectiva instrumental: (1) liberdades políticas, (2) facilidades econômicas, (3) oportunidades sociais, (4) garantias de transparência e (5) segurança protetora.

As liberdades políticas, incluindo os direitos políticos e civis, referem-se às oportunidades que os indivíduos têm de escolher seus governantes e seu partido político, à possibilidade de fiscalizar e criticar as autoridades que os representam, de se expressar politicamente sem interferência da censura, dentre outras. Tratam-se de direitos políticos e civis associados às democracias no sentido amplo.

As facilidades econômicas representam as oportunidades que as pessoas têm para utilizar recursos econômicos destinados ao consumo, produção ou troca. O crescimento da renda, o bom funcionamento dos mercados, a estabilidade dos preços relativos e a disponibilidade de acesso ao crédito e à terra contribuem muito favoravelmente para expansão dos intitamentos econômicos de uma pessoa.

Oportunidades sociais incluem as disposições nos sistemas de educação, saúde, etc., as quais são importantes não só para qualidade de vida individual como também para participação na vida política e econômica. Sen (2000) observa que a participação política pode ser tolhida pela incapacidade de ler jornais ou de comunicar-se por escrito. As garantias de transparência estão associadas às relações de confiança que as pessoas estabelecem entre si em uma comunidade, ou seja, ao capital social. Esta confiança amplia a liberdade de as pessoas se relacionarem sob garantias de sinceridade e clareza, contribuindo para redução da corrupção, da irresponsabilidade financeira e de transações ilícitas.

A segurança protetora abrange uma rede de segurança social necessária para impedir que as camadas mais pobres atinjam a miséria absoluta. Incluem-se aqui os programas de transferência de renda como Bolsa Escola, Bolsa Família, o seguro desemprego, a distribuição de alimentos em caso de fomes coletivas, bem como a criação de empregos públicos de emergência destinados aos necessitados.

As liberdades instrumentais não só aumentam a capacitação geral de uma pessoa, como também se reforçam mutuamente. A ampliação das oportunidades sociais, como a melhoria do sistema de educação, pode contribuir para elevação das oportunidades econômicas, como o acesso ao crédito, por exemplo. No sentido inverso, o crescimento econômico favorece o aprimoramento dos serviços de saúde e educação.

E, no sentido amplo, uma pessoa com escolaridade e saúde adequadas e acesso ao crédito terá certamente maior liberdade para escolher (maior capacitação geral).

O desenvolvimento econômico do Japão, exemplifica Sen (2000), foi claramente favorecido pelas oportunidades sociais que foram geradas.

6.4.3) Condição de agente

A liberdade é relevante não apenas por servir de critério para avaliação do êxito de uma sociedade, mas também por ser um determinante essencial da iniciativa individual e da eficácia social:

“Ter mais liberdade melhora o potencial das pessoas para cuidar de si mesmas e para influenciar o mundo, questões centrais para o processo de desenvolvimento.” (Sen, 2000, p. 33).

Este potencial corresponde à condição de agente de uma pessoa. Um indivíduo desempenha sua condição de agente quando age, provoca mudanças, participa de ações econômicas sociais e políticas, atuando como membro efetivo da sociedade. Contrariamente à concepção utilitarista, baseada na maximização do bem-estar individual, a realização da condição de agente refere-se à busca de objetivos e valores que estejam ou não ligados diretamente ao bem-estar pessoal. Um indivíduo pode agir em busca do bem-estar da sua família ou da sua comunidade, por exemplo. (Sen, 2001).

Esta atuação dos indivíduos é fundamental no combate às diferentes formas de privação de liberdade. No entanto, ela está diretamente associada às oportunidades sociais, políticas e econômicas de que dispomos, não dependendo exclusivamente da iniciativa individual para agir. Com oportunidades sociais adequadas, as pessoas estão aptas a moldar seu próprio destino, conforme Lavinhas (2003), estas ganham “capacidade de auto-alavancagem” para alcançar níveis aceitáveis de qualidade de vida. À luz desta constatação, a idéia de que indivíduos devam ser vistos como beneficiários passivos do desenvolvimento fica destituída de sentido. (Sen, 2000).

Existe, assim, um expressivo encadeamento entre a condição de agente a as disposições econômicas, políticas e sociais vigentes: quanto mais inclusivas as disposições institucionais, maior a chance de o indivíduo desempenhar sua condição de agente, e quanto maior o número de pessoas exercendo esta condição, melhores serão as disposições institucionais existentes. O desenvolvimento, afirma Sen, “consiste na

eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente.” (Sen, 2000, p. 10).

6.4.4) Principais formas de privação de liberdade

Em que pesem os aumentos sem precedentes da riqueza global, o mundo presencia, hoje, a negação de liberdades elementares a um extraordinário contingente de pessoas. Sen (2000) identifica, essencialmente, três fontes de privação de liberdade: i) pobreza econômica, ii) carência de serviços públicos e assistência social e iii) negação de liberdades políticas e civis. Apesar de serem distintas, o autor alerta para existência de uma forte correlação entre estas formas de privação de liberdade:

“A privação de liberdade econômica pode gerar a privação de liberdade social, assim como a privação de liberdade social ou política pode, da mesma forma, gerar a privação de liberdade econômica.” (Sen, 2000, p. 23)

A pobreza econômica, certamente a mais conhecida de todos, manifesta-se através da fome, da subnutrição, da incapacidade de tratar doenças, da impossibilidade de vestir-se de modo adequado ou de ter moradia digna, dentre outras formas de privação.

A carência de serviços públicos e assistência social apresenta-se sob forma de acesso limitado ou inexistente a serviços de saúde, saneamento básico, educação funcional, seguro desemprego, sistema previdenciário, bem como a ausência de programas epidemiológicos ou inexistência de instituições eficazes para manutenção da paz e ordem locais, dentre outras.

A negação de liberdades políticas e civis (*liberties*) está associada a regimes autoritários, onde são impostas restrições à liberdade de participar da vida social, política e econômica da comunidade. Estas restrições devem ser consideradas opressivas mesmo quando não acarretam outros males: “Como as liberdades políticas e civis são elementos constitutivos da liberdade humana, sua negação é, em si, uma deficiência.” (Sen, 2000, p.31). Incluem-se neste rol de privações as desigualdades freqüentemente estabelecidas entre mulheres e homens, restringindo sobremaneira as liberdades substantivas do sexo feminino. Sen (2000) alerta para o fato de que o Norte do Sudão – país que lidera a “liga da fome” no mundo – seja um exemplo notório de

governo ditatorial. Em contraste, jamais uma democracia efetiva foi acometida de fome coletiva em toda a história da humanidade.

A identificação das diferentes formas de privação de liberdade permite-nos distinguir que a liberdade é limitada ora por *processos* inadequados, como a violação de direitos políticos e civis, ora por *oportunidades* inadequadas, como um sistema de educação precário ou a fome involuntária. Processos inadequados estão relacionados à privação de liberdades formais (*liberties*), aquelas determinadas por lei, enquanto oportunidades inadequadas associam-se à negação de liberdades substantivas (*freedom*). Tanto processos quanto oportunidades têm sua importância na abordagem da pobreza como insuficiência de capacitações. (Sen, 2000).

6.5) Operacionalização da abordagem

6.5.1) Funcionamentos ou capacitações?

A vantagem de uma pessoa, de acordo com a abordagem das capacitações, deve ser julgada em função do que ela *realiza* e da sua *liberdade para realizar*, as quais são respectivamente representadas pelos funcionamentos e pelas capacitações. Resta saber qual o peso a ser atribuído a cada um desses elementos. O que importa mais para o bem-estar individual: a realização de fato conseguida (funcionamento obtido) ou a liberdade para realizar (conjunto capacitário)?

Sen (2000) explica que ambas as versões desta abordagem têm sido utilizadas pela literatura: ora os funcionamentos são priorizados, ora as capacitações, ora ambos são combinados. Como vimos anteriormente, a capacitação de uma pessoa consiste nas combinações alternativas de funcionamentos cuja realização é factível para ela. Se a capacitação é um conjunto combinações de funcionamentos, então capacitações e funcionamentos estariam explicitados em termos das mesmas variáveis. Logo, a questão de se estabelecer a qual dos dois espaços avaliatórios se atribuirá maior importância – funcionamentos ou capacitações – não é de todo relevante, uma vez que ambos estão definidos em termos das mesmas informações:

“Já que uma parte importante da força da abordagem das capacitações baseia-se na mudança para o espaço dos elementos constitutivos do viver, afastando-nos do espaço das mercadorias, rendas, utilidades etc., é particularmente importante observar que não há diferença, *no que diz respeito ao espaço*, entre focalizar funcionamentos ou capacitações. Uma combinação de

funcionamentos é um ponto em tal espaço, enquanto a capacitação é um *conjunto* de tais pontos.” (Sen, 2001, pp. 90-91).

Esta suposta pluralidade avaliatória costuma ser apontada como uma fragilidade da perspectiva das capacitações. Sen, contudo, afirma o contrário:

“Insistir em que deve haver apenas uma magnitude homogênea que valorizamos é reduzir drasticamente a abrangência de nosso raciocínio avaliatório. Por exemplo, não é um mérito do utilitarismo clássico sua valorização apenas no prazer, sem demonstrar nenhum interesse direto por liberdades, direitos, criatividade ou condições de vida reais. Insistir no conforto mecânico de ter apenas uma ‘coisa boa’ homogênea seria negar nossa humanidade como criaturas racionais.” (Sen, 2000, p. 97)

Na prática, dada a dificuldade de se conseguir informações a respeito do conjunto capacitário, opta-se com grande frequência por avaliar o bem-estar individual com base nos funcionamentos realizados, os quais são diretamente observáveis. Ainda assim, tem-se uma base de avaliação muito mais refinada da qualidade de vida e do progresso econômico do que aquelas comumente utilizadas, tais como as utilidades ou a renda. (Sen, 2001).

6.5.2) A associação com a métrica da renda

Muito embora Sen tenha destacado os benefícios teóricos da sua abordagem sobre pobreza, ele próprio reconhece que o enfoque mais proveitoso do ponto de vista prático não seja invariavelmente o das medidas das capacitações: “Algumas capacitações são mais difíceis de medir do que outras, e as tentativas de submetê-las a uma ‘medida’ podem às vezes ocultar mais do que revelar”. (Sen, 2000, p.102). Assim, o prêmio Nobel admite que a associação com a métrica da renda (devidamente “ajustada”, como veremos) pode, com alguma frequência, facilitar uma avaliação prática. Logo, o uso da abordagem das capacitações, segundo Sen (2000), pode se dar de três formas:

A primeira é a *abordagem direta*, a qual consiste no uso exclusivo dos funcionamentos e capacitações como forma de avaliar a vantagem individual. Esta pode ocorrer por meio de uma “comparação total”, na qual todos os vetores de funcionamentos serão comparados entre si, ou, mais comumente, através de um

“ordenamento parcial”, onde alguns funcionamentos são selecionados como significativos, e a própria relação de dominância conduz a uma ordenação parcial dos estados de coisas alternativos. Observe a explicação de Sen:

“ Se uma pessoa i tem mais de um determinado funcionamento significativo que uma pessoa j , e pelo menos a mesma quantidade de todos esses funcionamentos, então i claramente tem um vetor de funcionamento com maior valor que j .” (Sen, 2000, p. 99).

Ou seja, ter mais de cada funcionamento ou capacidade relevante significa uma melhora e, conforme Sen (2001), isto pode ser determinado sem que se espere um acordo sobre os pesos a serem atribuídos aos diferentes funcionamentos e capacitações.

A *abordagem suplementar* envolve o uso de técnicas tradicionais de comparações interpessoais no espaço da renda, suplementadas por considerações sobre funcionamentos e capacitações. Esta via permite uma ampliação do espaço avaliatório para além das rendas, quando não for possível o uso exclusivo das capacitações.

A terceira opção, a *abordagem indireta*, é uma forma de avaliar a vantagem individual concentrando-se no familiar espaço das rendas, porém, devidamente *ajustado*:

“Informações sobre determinantes de capacitações, exceto a renda, podem ser usadas para calcular rendas ‘ajustadas’. Por exemplo, os níveis de renda familiar podem ser ajustados para baixo pelo analfabetismo e para cima por altos níveis de instrução, e assim por diante, para torná-los equivalentes em termos de realização de capacitação.” (Sen, 2000, p.104).

Existe certamente um grau de ambição nestas três abordagens: a primeira é mais ambiciosa que a terceira que é mais ambiciosa que a segunda. A escolha por uma ou outra metodologia, na prática, dependerá de circunstâncias contingentes como a natureza do exercício avaliatório, a disponibilidade de informações ou a urgência com que as decisões de políticas devam ser tomadas.

6.5.3) Fragilidades e críticas

Um grande número de problemas foi levantado na operacionalização da abordagem da capacitação. Um deles é a questão de como selecionar um grupo de capacitações relevantes. Martha Nussbaum argumenta que Sen deveria ter especificado uma lista, e foi além da crítica quando elaborou, ela própria, uma lista supostamente

válida universalmente. Conforme Nussbaum (2000, p.78-80) as capacitações⁹ mais importantes seriam as seguintes:

- Vida, com duração normal;
- Saúde física;
- Integridade física, com relação à agressão e às discriminações sexual ou reprodutiva;
- Sentidos, imaginação e pensamento, ou seja, ser capaz de utilizá-los de "uma forma verdadeiramente humana";
- Emoções, a capacidade de ter vínculos, a liberdade do medo e trauma opressivos;
- A razão prática, ou seja, ser capaz de estabelecer concepções sobre o bem;
- Vínculos, incluindo as bases sociais do respeito próprio e da não-humilhação;
- Outras espécies, ser capaz de viver com preocupações com relação à natureza ;
- O lúdico, ser capaz de rir, brincar e recriar-se;
- O controle sobre seu próprio ambiente, político e material.

À crítica de Nussbaum, Sen apresenta o seguinte argumento:

“given the intrinsic underspecification of the approach, there shouldn’t be a definite list, mainly because selecting capabilities will have to be an act of reasoning, through a democratic process that should ensure that the relevant capabilities are in harmony with the context” (Sen, *apud* Roquette, 2004).

Outro problema colocado refere-se a que peso atribuir a cada uma das capacitações. Charles Beitz, ao fazer uma resenha da obra de Sen, explicita que:

“A principal dificuldade teórica na abordagem da capacidade¹⁰ das comparações interpessoais surge do fato óbvio que nem todas as capacidades têm a mesma importância. A capacidade de locomover-se, por exemplo, tem um significado diferente da capacidade de jogar basquete.” (Beitz, 1986, *apud* Sen, 2001, p.85).

Sen (2001) concorda que esta é uma dificuldade natural a ser enfrentada.

⁹ Determinados autores costumam não fazer a distinção entre “capacitações” e “funcionamentos”, o que, a meu ver, foi o caso de Nussbaum, posto que sua lista refere-se a funcionamentos e não a capacitações (liberdade de escolha).

¹⁰ “Capacidade” está sendo empregada no sentido de “capacitação”. Alguns autores traduzem *capability* como capacidade, o que pode dar margem a uma interpretação errônea do termo.

Vários pesquisadores se interessaram pela operacionalização da métrica da capacitação (especialistas em bio-ética, gênero, meio-ambiente e outras áreas), contudo, alguns salientaram que ela enfrentará inevitavelmente problemas de aplicabilidade, na medida em que repousa sobre uma vastíssima base informacional (funcionamentos e capacitações). (Roquete, 2004).

Ainda assim, não restam dúvidas de que o enfoque das capacitações representa uma alternativa mais justa, uma vez que melhora o entendimento da natureza e das causas da pobreza, desviando a atenção dos resultados – a posse de bens e mercadorias – para os meios de se alcançar estes fins, isto é, para as oportunidades que foram abertas ao indivíduo para que ele optasse por um estilo de vida ou outro. (Sen, 2000).

7) CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retornando à parábola do jardineiro apresentada no início deste capítulo, seria possível agora entendermos porque Sen defende a contratação de Rogini, aquele que sofre de uma doença crônica?

Certamente sim. Rogini, apesar de não ser o mais pobre dos três, em termos de renda, nem o mais infeliz, sofre de uma enfermidade que limita substancialmente suas possibilidades de escolha. É bem provável que Rogini não seja capaz de desempenhar as mesmas tarefas que os outros dois candidatos estariam aptos a realizar. Adicionalmente, Rogini deve sacrificar uma parte da sua renda com despesas em medicamentos, limitando sua capacidade de transformar renda em bem-estar. Logo, concluímos que Rogini tem um conjunto capacitário menor que os demais, sua liberdade para realizar funcionamentos é reduzida, portanto, à luz dos ensinamentos de Sen, Rogini é o mais pobre dos três.

Ao confrontarmos a abordagem das capacitações às concepções centradas na renda e nas utilidades, constatamos que estas últimas incorrem em demasiado reducionismo de valor. Tanto a utilidade quanto a renda são apenas uma de tantas as interpretações do bem-estar individual. Um espaço avaliatório limitado a uma destas variáveis negligencia toda e qualquer informação sobre as condições que de fato influenciam a vida de alguém. Os resultados alcançados por uma pessoa (rendas,

riquezas, utilidades, etc.) podem ser indicadores bastante imperfeitos da liberdade que ela realmente desfruta para realizar uma ou outra coisa.

A solução de Sen inicia com a mudança da variável focal unidimensional para um conjunto de variáveis focais em um universo multidimensional: a pobreza passa a ser vista como uma composição de privações econômicas e não-econômicas. Neste contexto, a vantagem humana passa a ser apreciada em função dos estados e ações que uma pessoa realiza ao viver, e da forma como estes estados e ações vieram a emergir – se foram fruto de uma efetiva *liberdade de escolha* do indivíduo ou não. Em vez de se examinar apenas os resultados obtidos, procura-se saber também de que maneira estes resultados foram alcançados.

As diferenças de foco são particularmente importantes em razão da diversidade humana generalizada. Uma mesma cesta de mercadorias pode deixar duas pessoas distintas em níveis absolutamente diferentes de bem-estar. Da mesma forma, embora estar feliz possa contar como um funcionamento importante, duas pessoas igualmente felizes podem estar submetidas a níveis diferentes de privação. Assim, a magnitude da privação de uma pessoa não pode ser diretamente deduzida do tamanho da sua renda, ou da sua felicidade, pois o que ela pode ou não realizar não depende exclusivamente da sua renda ou utilidade, mas também das suas características físicas e sociais, as quais determinam quem ela é e o que ela faz. (Sen, 2001). A tendência em se desconsiderar as diversidades humanas pode ter sua origem na tentação pragmática de tornar simples o exercício de análise, bem como na retórica de que “todos os homens são iguais”. Ocultar este fato, contudo, não resolve o problema, apenas o evita.

Se a pobreza é vista como privação de capacitações, torna-se mais fácil compreender porque este fenômeno tem um aspecto tanto absoluto quanto relativo. Esta diferenciação é fundamental para compreensão da pobreza tanto em países pobres quanto em países ricos, mas sobretudo nestes últimos.

A eliminação de privações de liberdade, argumenta Sen (2000), seria *constitutiva* do desenvolvimento. Aqui, o autor ressalta as principais fontes de privação de liberdade a serem removidas: pobreza econômica e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos. Quanto mais inclusivo for o processo de expansão das liberdades, maior será a probabilidade de que mesmo os potencialmente pobres tenham uma chance maior de superar a penúria. O problema da abordagem tradicional está em considerar a importância da liberdade apenas

instrumentalmente, e apenas em sua dimensão econômica, quando, na verdade, ela é o bem maior.

Conforme Roquette (2004), duas conclusões são passíveis de ser deduzidas da perspectiva das capacitações:

Primeiro, qualquer aplicação da proposta precisa ser combinada com outras teorias sociais. E assim, cada combinação de teoria poderá resultar em um conjunto diferente de capacitações relevantes. De fato, Sen preconiza a interdisciplinaridade na avaliação dos estados sociais, e enfatiza a impossibilidade de se determinar um único conjunto de capacitações relevantes.

Segundo, a operacionalização da abordagem da capacitação – levando em conta tanto os funcionamentos quanto o conjunto capacitário –, é imperativa para o aprimoramento da compreensão do processo de desenvolvimento humano, e para melhor aplicabilidade tanto da mensuração quanto das políticas públicas.

Seguramente, é possível tirar desta lição a idéia de que desenvolvimento econômico não pode ser dissociado de desenvolvimento humano. Sen trouxe importantes aportes teóricos que enriqueceram a temática da pobreza, ampliando sua análise para além do foco da renda. Ele nos ensina, dentre muitas outras coisas, que uma vida rica não é aquela abundante em bens e recursos, porém aquela em que oportunidades reais e escolhas genuínas se fazem presentes.

Por todas estas razões, a base informacional dos funcionamentos e capacitações, apesar de mais complexa e menos precisa, apresenta-se uma forma de avaliação muito mais realista, abrangente, e refinada da qualidade de vida das pessoas, relativamente às outras alternativas comumente utilizadas, como as rendas e as utilidades.

CAPÍTULO II

POBREZA DO FAVELADO CARIOCA: MITO OU REALIDADE?

“A cidade maravilhosa x A cidade favela. De um lado a cidade com praias, sol o ano todo, o cartão postal para mostrar para os turistas, para se orgulhar de ser carioca e poder dizer: o Rio é a cidade mais linda do mundo! Do outro lado a cidade favela, com a miséria, famintos, bandidos, armas, trabalhadores: os pobres. Duas imagens opostas ao mesmo tempo recorrentes na mídia. Se estas duas imagens já tiveram uma convivência mais "harmoniosa", hoje em dia elas se chocam, quase lutam entre si porque a cidade favela invade a cidade maravilhosa, se faz ouvir com tiros, bombas, já não mais com samba...” (Gesteira da Silva, 2006).

1) Introdução

A citação acima é um retrato da visão amplamente estabelecida de favela na sociedade carioca, ou seja, local por excelência da pobreza urbana. Não obstante, três importantes estudos vieram recentemente contestar esta concepção: “A invenção da Favela” de Lícia Valladares, “Favelas Cariocas” de Maria Laís da Silva e “Favela - alegria e dor na cidade” de Jailson de Sousa e Silva e Jorge Luiz Barbosa, publicados em 2005, buscam mostrar que a representação da favela enquanto espaço da total informalidade, de lugar da pobreza e de mão-de-obra para criminalidade configuram um estereótipo a ser revisto.

Com efeito, o último Censo realizado pelo IBGE em 2000 mostrou que 64% dos pobres urbanos no Rio de Janeiro se encontram fora da favela, o que derrubaria o mito da favela como local supremo da pobreza urbana. Apesar desta revelação, a concepção da favela como território urbano dos pobres continua presente na mídia, em trabalhos acadêmicos, bem como no discurso popular, constataam os autores das obras acima citadas. Por que motivo estaria a sociedade tão renitente em rever o dogma da favela como *locus* da pobreza?

Neste capítulo buscarei apresentar uma resposta para esta pergunta. Argumentarei que o tipo de pobreza que salta aos olhos da sociedade ao imaginar um favelado não é a pobreza de renda, manifestada nas estatísticas, e sim a pobreza de qualidade de vida, refletida nos funcionamentos realizados (“seres” e “fazeres”) e nas capacitações (liberdade de escolha). O imaginário coletivo certamente desconhece as teorias de Sen, contudo, sabe reconhecer o que de fato importa para o bem-estar de um indivíduo. Por este motivo, talvez, a concepção da favela como espaço dos pobres esteja tão cristalizada no debate público. É justamente esta uniformidade da percepção coletiva sobre favela que me faz insistir na legitimidade do tema do presente estudo.

Buscarei evidenciar algumas das principais privações a que estão submetidos os moradores de favelas, as quais contribuem para agravar o problema da exclusão social e do grau de pobreza nestas populações. Minha proposta não é mostrar que todo favelado é pobre, nem que todo pobre é favelado, porém, sustentar que o favelado carioca pode ser pobre se considerarmos outras dimensões da pobreza além da insuficiência de renda. Para tanto, recorrerei à literatura recente sobre o tema *favela*, em especial as favelas do Rio de Janeiro, e a indicadores sociais e econômicos relativos a estas localidades.

Este capítulo estará estruturado em cinco seções, incluindo esta introdução. A seção dois apresentará uma visão geral sobre o tema *favela*, mostrando como esta categoria de território surgiu, qual o tratamento que vem recebendo do poder público, qual sua relação com a cidade formal, como o termo “favela” tem sido conceituado pela literatura e como as favelas vêm evoluindo no Rio de Janeiro. Na terceira seção abordarei as principais formas de privações de direitos e liberdades a que estão submetidos os moradores de favelas, buscando argumentar que a favela é, em si mesma, um fator de empobrecimento da vida humana. A seção quatro envolve uma pequena discussão sobre os motivos que levam as pessoas a irem morar na favela e lá permanecerem, e a seção cinco consubstancia as conclusões do capítulo.

2) Uma introdução ao tema *favela*

2.1) Breve visão histórica

As primeiras favelas do Rio de Janeiro surgiram na virada do século XIX para o século XX, com a ocupação das encostas dos morros por barracos construídos por escravos, pobres expulsos dos cortiços, soldados que retornavam da Guerra de Canudos,

trabalhadores desempregados, imigrantes e outros que buscavam, de alguma forma, um espaço na cidade próximo aos locais onde houvesse trabalho.

O marco inaugural foi o Morro da Providência, o qual ficou conhecido posteriormente como Morro da Favela, provavelmente por ali existir uma grande quantidade da planta favela, típica da caatinga nordestina e muito abundante no sertão de Canudos. (Abreu, 1997). A partir daí o uso do termo favela se popularizou, passando a ser atribuído às demais ocupações com as mesmas características que as do Morro da Favela.

Em meados de 1920 a população favelada no Rio de Janeiro já contava com mais de 100 mil habitantes. O termo *favela* se generalizava, passando a designar “todas as aglomerações de habitações toscas que surgiam na cidade, geralmente nos morros, e que eram construídas em terrenos de terceiros e sem aprovação do poder público.” (Abreu, 1994, *apud* Silva & Barbosa, 2005, p. 32).

Desde o início, as favelas vêm sendo representadas como pertencendo a um outro mundo social e cultural, como se fossem uma “cidade à parte”, na expressão do poeta Olavo Bilac. A convivência espacial com os bairros de classe média alta, urbanisticamente organizados e providos de serviços urbanos, produziu um forte contraste social que evidenciava a existência das duas cidades. A princípio, as favelas eram vistas como uma ameaça à tranquilidade e salubridade públicas, como mostra o discurso do médico Mattos Pimenta (1926):

“Erigidas contra todos os preceitos da higiene: sem água, sem esgotos, sem a mínima parcela de limpeza, sem remoção de lixo; são como largas sentinas cobertas de dejetos e dos demais resíduos da existência humana, amontoados de imundícies e podridões repastando nuvens de moscas, infiltrando nos quarteirões da cidade toda a sorte de moléstia e de impurezas. Desprovidas de qualquer espécie de policiamento, construídas livremente de latas e frangalhos em terrenos do Patrimônio Nacional, libertadas de todos os impostos, alheias à toda ação fiscal: são excelente estímulo à indolência, atraente chamariz de vagabundos, reduto de capoeiras, *vallacoitos* de larápios que levam a insegurança e a intranquilidade aos quatro cantos da cidade pela multiplicação dos assaltos e dos furtos.” (Pimenta, 1926, *apud* Ribeiro, 2000, p.1)

O fato de a lei à época classificar de “vagabundo” todo aquele que não possuísse domicílio certo contribuía para construção do estigma do favelado, uma vez que suas casas não eram consideradas residências fixas e sim provisórias, ocupando, além de tudo, terrenos de terceiros. (Silva & Barbosa, 2005). Em 1937, um decreto

estabeleceu que a favela estaria proibida de constar no mapa da cidade, determinação que perdurou até 1998, com a implementação do Favela-Bairro. Adicionalmente, os governos eram legalmente proibidos de investir em infra-estrutura nas áreas irregulares. Note-se, portanto, que ao longo de meio século a favela foi vista como um “não-lugar”. (Perlman, 2005)

Dada esta visão extremamente negativa da favela, a partir de 1960 prevaleceram políticas de remoção deste tipo de habitação. Era necessário extirpar aquela “chaga social” que maculava a imagem da cidade maravilhosa. No período compreendido entre 1962 e 1973, cerca de 140 mil favelados foram retirados à força de suas casas e transferidos para conjuntos habitacionais¹¹ em áreas distantes, cuja qualidade das instalações era duvidosa. (Perlman, 2004). Porém, como mostram Silva e Barbosa (2005) a atuação do Estado não se concentrou nas áreas onde havia um maior número de favelas, mas naquelas cujo terreno era mais valorizado, ou seja, na Zona Sul. Assim, os grandes beneficiados foram os incorporadores que lucraram com a especulação imobiliária; os moradores, estes, enumeram os efeitos negativos das remoções: a separação de amigos e vizinhos, a privação de espaços de lazer, a distância do local de trabalho, a ruptura das redes sociais. (Perlman, 2004).

Durante a década de 70, contudo, as favelas passam a ser vistas como um complexo coesivo, extremamente forte em todos os níveis: família, associação voluntária e vizinhança. (Boschi,1970). Perlman (1976) demonstrou que a vida nas favelas era marcada pela amizade e espírito cooperativo e relativamente livre de crime e da violência. A pesquisadora identificou também a existência de amplas relações de sociabilidade entre a favela e a cidade, sobretudo pela inserção dos moradores da favela no mercado de trabalho. A partir destas constatações, Perlman concluiu que a noção de “marginalidade” do favelado não passava de um mito, uma vez que estes grupos estariam plenamente integrados à sociedade. Até o final dos anos 80, a representação negativa das favelas como lugar da pobreza era atenuada também por sua valorização como berço do samba, do carnaval e da cultura popular.

¹¹ A atual favela Cidade de Deus foi concebida inicialmente como um conjunto habitacional para alojar as famílias que haviam sido removidas de suas casas. Porém, ao longo do tempo, este território desenvolveu as mesmas características de uma favela – carência de serviços públicos, precariedade habitacional, pobreza e violência – de forma que o nome *favela* lhe foi inevitavelmente atribuído.

Na década de 90, porém, com a expansão do narcotráfico, as favelas passaram a ser percebidas como sítio da violência e fonte de insegurança, ameaça que fatalmente atingiria os demais bairros. (Fridman *et al*, 2006). Assim, em 1994, o governo municipal decidiu melhorar as condições de vida nas favelas, em vez de removê-las. O programa Favela-Bairro, projetado para transformar as favelas de médio porte (que têm entre 500 a 2.500 moradias) em bairros legítimos, contou com recursos próprios do Município como também outros provenientes de convênios com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), União Européia e Banco Mundial (BIRD).

Embora o programa tenha priorizado a melhoria das características físicas das favelas – pavimentação e iluminação de ruas, instalação de sistema de esgoto e coleta de lixo domiciliar, reflorestamento das encostas, etc. – também foram empreendidos projetos de inclusão social, como a construção de creches, postos de saúde, quadras esportivas, e a criação de programas de micro-crédito destinados à reforma das casas e a iniciativas de trabalho. (Salomon, 2005).

Inicialmente, o programa previa a concessão de títulos de propriedade aos moradores, contudo, a regularização fundiária mostrou-se um grande desafio a ser enfrentado. Os chamados Pousos (Pontos de Orientação Urbanística e Social) tinham como atribuição final a concessão de “habite-se” aos moradores, mas a regularização fundiária só se efetivaria posteriormente na esfera do direito privado, onde, no entanto, a maioria dos pedidos foram vetados. (Salomon, 2005).

Nos dias de hoje, as representações de estigma e marginalidade do favelado retornam ao debate público com intensidade. Tornou-se freqüente o uso de termos tais como gueto, exclusão social e nova marginalidade nas análises sobre o “problema da favela”. Assume-se como axioma que as mudanças em curso no mercado de trabalho, como o aumento do desemprego e da informalidade, estariam desfazendo as relações de integração da favela com a cidade. A inclusão do narcotráfico e da violência urbana na agenda da academia também reforça a concepção de “cidade partida”, pioneiramente utilizada por Zuenir Ventura (1994) em sua obra homônima. Não raro, encontramos menções que comparam as favelas cariocas aos guetos negros norte-americanos. (Ribeiro, 2000).

Em síntese, assistimos hoje à produção intensa de imagens, práticas e idéias que reeditam o antigo mito da favela como um mundo social à parte da cidade, identificado não apenas pela carência e desordem, mas sobretudo pela violência.

O que podemos apreender das várias ações do Estado no intuito de dirimir o “problema da favela” é que a interrupção das políticas de remoção das favelas, nos anos 70, não foi substituída por políticas que as incorporassem à cidade de modo efetivo, e que, paralelamente, conduzissem os favelados à condição de cidadãos plenos, tanto quanto os moradores da cidade. Quanto à relação da cidade formal com a favela, esta oscilou entre o desejo de remoção, o reconhecimento da favela como parte da cidade e o medo. Hoje, o foco da problematização da favela, tanto na esfera política quanto acadêmica, é a violência urbana, estando a discussão sobre o tema *favela* marcada por este fenômeno. (Lago, 2003).

2.2) Conceituação

No último Censo realizado pelo IBGE, a favela foi incluída na categoria “aglomerado subnormal” o qual foi definido como “*um conjunto de do mínimo 51 unidades habitacionais, ocupando ou tendo ocupado até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) dispostas, em geral, de forma desordenada e densa, bem como carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais.*” Os requisitos apresentados nesta definição parecem ser tão complexos quanto a própria realidade das favelas nos dias atuais, de modo que a metodologia do IBGE para identificar uma favela pode levar a alguns equívocos. Para Sérgio Besserman (2004), ex-presidente do órgão, essa definição dá margem a dúvida: “Não fica claro se todos esses fatores têm de coexistir ou se um aglomerado que tenha acesso aos serviços públicos essenciais, como grande parte dos cariocas, deixa de ser favela”. (Folha de São Paulo, 15/08/2004). O próprio IBGE, em evento realizado em agosto de 2006, discute a necessidade de se reavaliar este conceito, inclusive propondo a mudança do termo “aglomerado subnormal”, dado que, em muitas situações, o subnormal apresenta-se como o normal, i.e, o mais comum. Para Ribeiro (2006), contudo, o termo é não somente adequado como também necessário, na medida em que cumpre um dever ético-normativo:

“A manutenção do termo “subnormal” ajuda a manter a consciência da sociedade sobre a necessidade de se oferecer condições mínimas de moradia às populações faveladas. Trata-se, portanto, de uma denúncia e não de uma conotação pejorativa.” (Ribeiro, em palestra ao Confest-Confège/IBGE, 2006).

O Censo de 2000 mostrou que os moradores de favelas conseguiram, seja por seu próprio esforço, seja por investimento do Estado, contar hoje com uma oferta variada de serviços públicos. No entanto, a qualidade destes serviços varia substancialmente não apenas entre favelas, mas também no interior de uma mesma comunidade. Com efeito, encontra-se hoje na favela uma estrutura social diversificada, inclusive com setores identificados como a “burguesia favelada” contrapondo-se a grupos intitulados “a favela da favela”. Portanto, existem favelas e favelas. E mesmo dentro de cada uma há variações entre suas partes, áreas e sub-áreas.

Conforme explica Machado da Silva (2002), é relativamente difícil definir o que é uma favela, dado que este termo abrange localidades tão distintas entre si. O sociólogo afirma que o problema se agravou ainda mais a partir das transformações ocorridas nas últimas décadas, uma vez que se tornou cada vez mais complexo definir uma favela a partir do que lhe falta. Em que pese esta dificuldade, a concepção de favela encontra-se bastante homogeneizada no imaginário da cidade – espaço da total informalidade, lugar da pobreza ou de mão-de-obra para a criminalidade –, daí a aparente evidência do termo *favela*.

Apesar das inúmeras diferenças entre favelas e entre partes distintas de uma mesma favela, seus moradores adquiriram um status próprio: o de *favelado*. (Brum, 2004). Na visão de Machado da Silva¹², é a condição de moradia dos favelados que define a sua auto-imagem, a partir da qual eles irão atuar, seja negando sua identidade, seja buscando “limpar” ou moralizar sua imagem perante a sociedade: “eu não sou bandido”, “sou trabalhador”, “sou pai de família”, etc. Na expressão de Machado da Silva:

“[...]moradores de favelas continuam a ser portadores de uma cidadania restrita, hierarquizada e fragmentada[...] a ‘vitória da favela’ ocorreu à custa da constituição de uma categoria social subalterna, cuja intervenção na cena pública, duramente conquistada, não mexeu no padrão de sociabilidade urbana, pouco alterando sua posição relativa na estratificação social e seu papel como força social. (Machado da Silva, 2002).

¹²Opinião exposta pelo professor em aula da disciplina “Rio de Janeiro: A Favela na Cidade – Seleção de Literatura Recente”. Mestrado em Sociologia do IUPERJ (primeiro semestre de 2006).

Enquanto as condições de vida nas favelas melhoraram significativamente desde o início do século, o favelado, este, continua a ser vítima de preconceito e estigmatização, os quais lhes conferem uma espécie de cidadania de qualidade inferior. Este tema será abordado pormenorizadamente nas seções seguintes.

2.3) A favela no Rio de Janeiro

Proporcionalmente ao número de habitantes, o Rio de Janeiro é o Estado mais favelizado do Brasil. Só na capital, segundo o último Censo do IBGE, 1 milhão e 100 mil pessoas residem em favelas, o que corresponde a 18,7% da população total. De acordo com uma projeção do IETS (Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade), até 2010 as favelas cariocas concentrarão 21,1% da população urbana, somando 1 milhão e 400 mil pessoas.

Desde 1950, a população favelada vem crescendo a taxas virtualmente superiores ao crescimento total da população urbana, com exceção da década de 80, devido às políticas de remoção de favelas que prevaleceram na década anterior. Observe as diferenças nos percentuais de crescimento:

TABELA 1 - População favelada e população total da região metropolitana do Rio de Janeiro (1950/2000)

Ano	População Favelada (a)	Total da População (b)	a/b	Crescimento pop. favelada	Crescimento pop. total
1950	169.305	2.337.451	7,24%	-	-
1960	337.412	3.307.163	10,20%	99,3%	41,5%
1970	563.970	4.251.918	13,26%	67,1%	28,6%
1980	628.170	5.093.232	12,33%	11,4%	19,8%
1991	882.483	5.480.778	16,10%	40,5%	7,6%
2000	1.092.958	7.857.879	18,66%	23,9%	6,9%

Fonte: IBGE (Censo 2000).

Conforme a tabela 2, abaixo, das 750 favelas existentes na região metropolitana do Rio de Janeiro, 356 (ou 47,5%) apresentaram crescimento de área, 351 (ou 46,8%) mantiveram a mesma superfície e apenas 43 (ou 5,7%) tiveram suas áreas reduzidas. O

crescimento de favelas concentrou-se sobretudo na Zona Oeste, já a Zona Sul apresentou crescimento negativo de suas áreas irregulares neste período. Dentre as favelas que diminuíram suas áreas, um relatório do Instituto Pereira Passos (2006) afirma que mais da metade foram beneficiadas por programas de Urbanização da Prefeitura, tais como Favela-Bairro, Bairrinho e Urbanização de Grandes Favelas, o que demonstra a eficácia de tais programas na contenção do crescimento dos territórios irregulares. Contudo, tais programas ainda privilegiam as favelas da Zona Sul.

TABELA 2 - Número e área de favelas identificadas por área de planejamento – Rio de Janeiro

Área de Planejamento	Nº de favelas	Área km ²		Variação %
		1999	2004	
Cidade	750	41,46	42,89	3,5
AP1 – Centro	63	2,26	2,28	0,6
AP2 - Zona Sul	52	4,11	4,10	-0,2
AP3 - Zona Norte	312	17,36	17,75	2,3
AP4 - Barra e Jacarepaguá	150	6,01	6,29	4,7
AP5 - Zona Oeste	173	11,71	12,47	6,4

Fonte: IPP/DIG – SABREN e Cartografia Digital, 2006.

Note também que dentre as maiores favelas do Rio de Janeiro (Maré, Alemão, Rocinha e Jacarezinho), aquela a apresentar o maior crescimento populacional foi a Maré, cuja população residente praticamente duplicou no período de 1991 a 2000:

TABELA 3 - População das maiores favelas do Rio de Janeiro: 1991-2000

	1991	1996	2000
Maré	62.458	68.817	113.817
Alemão	51.591	54.795	65.636
Rocinha	42.892	45.585	56.313
Jacarezinho	37.393	34.919	36.428

Fonte: Censo IBGE - 2000

As explicações para o crescimento acelerado das favelas no Rio de Janeiro, sobretudo a partir da década de 80, encontram fundamentos tanto na própria dinâmica urbana como em fatores sociais políticos e econômicos. Se por um lado, com o fim do BNH em 1986, encerram-se as construções de conjuntos habitacionais pelo poder

público, por outro, a inflação elevada, o achatamento salarial, a instabilidade do emprego e o encarecimento da terra reduziram substancialmente a capacidade de endividamento por parte dos trabalhadores, conduzindo à retração da oferta de moradia popular na periferia. Deve-se acrescentar ainda que as políticas públicas de legalização da posse da terra e de urbanização das favelas postas em prática ao final da década de 80 – resultado do reconhecimento da necessidade de se melhorar as favelas em vez de removê-las – “reduziram as incertezas quanto à manutenção dos moradores em suas ocupações e criaram expectativas de melhorias das condições de vida, cujo resultado foi a redução das barreiras para novas ocupações”. (Lago, 2003, p.7)

Embora o processo de favelização do Rio de Janeiro tenha sido classicamente atribuído à migração, particularmente a do Nordeste, dados do Censo indicam que a migração é cada vez menos responsável por este fenômeno. É possível inferir que a partir do início da década de 80 a expansão das favelas deva-se essencialmente à mobilidade espacial dentro do município, seja do bairro para favela, seja de favelas antigas para favelas recentes ou periféricas. Neste último caso, a mobilidade explica-se pela elevação do valor dos aluguéis (formais ou informais) em favelas consolidadas, levando seus moradores em direção a outras favelas cujos aluguéis sejam mais baixos. (Lago, 2003).

Pode-se concluir que a razão do crescimento acelerado das favelas cariocas nos últimos 30 anos está relacionada à exclusão dos pobres urbanos do mercado imobiliário, seja pela falta de oferta de moradia para as camadas populares, seja pela ausência de mecanismos de financiamentos acessíveis a este público.

Em que pese a progressiva expansão das favelas cariocas, tem-se observado uma melhoria das condições de vida de seus residentes nos últimos 35 anos. Segundo uma amostra entrevistada por Perlman (2005), houve uma expressiva ampliação do acesso a bens de consumo e serviços públicos e a elevação da escolaridade, porém, tais benesses não foram suficientes para que estas pessoas pudessem disputar os melhores postos de trabalho e alcançar uma renda equiparável à dos moradores da cidade. Adicionalmente, se antes os favelados eram atemorizados pela possibilidade de serem removidos, hoje paira sobre eles o medo de perder a vida no fogo cruzado entre o tráfico e a polícia, ou entre facções rivais do tráfico.

3) Privação de direitos: uma pseudo-cidadania

A noção de cidadania apresentou uma transformação notável ao longo do tempo, como mostra Ribeiro (2004): Na antiguidade clássica, cidadania se referia à condição de *civitas*, através da qual indivíduos habitantes de meios urbanos contraíam relações fundadas em direitos e deveres mútuos. Posteriormente, a condição de *polis* foi somada à de *civitas*, significando que os moradores de cidades teriam o direito a participar dos negócios públicos. No século XIX, a noção de cidadania é ampliada com a inclusão de direitos de proteção do morador da cidade contra o arbítrio do Estado. Já no início do século XX, a condição de *societas* é adicionada à noção de cidadania, incluindo também direitos relativos à proteção social. Assim, o sentido moderno da palavra cidadania expressa três dimensões: a liberal (*civitas*), a democrática (*polis*) e a social (*societas*). O que se observa hoje na maioria dos bairros pobres da América Latina, e mais especificamente nas favelas, é uma atrofia do *civitas* e do *polis*, e uma quase inexistência do *societas*. Nas palavras de Ribeiro:

“Estamos de acordo com a opinião de J. Nun (2001) sobre as possibilidades de a consolidação de uma “*democracia representativa excludente*”, como consequência da prevalência de extremas desigualdades nas cidades gerar situações de vulnerabilidade e riscos sociais que ameaçam a segurança física e social (identidade individual e coletiva) de amplos segmentos da população. Isso equivale dizer que em nossas cidades podem existir regimes políticos democráticos pouco representativos, nos quais apenas alguns desfrutariam da real condição de cidadania.” (Ribeiro, 2004, p. 8).

Machado da Silva¹³ prefere o uso da expressão “cidadania de geometria variável”, emprestada do francês, em alusão ao fato de o Estado de Direito no Brasil ser plural. Ao contrário da cidadania universal, que serve como referência, a cidadania no Brasil é variável, atingindo de forma diferenciada categorias sociais distintas e situações distintas, o que é facilmente percebido no caso dos moradores de favelas. Já Burgos utiliza o termo “cidadania territorializada” para caracterizar o “padrão de regulação do acesso aos direitos da cidade, onde a inscrição no território aparece como a via mais

¹³ Opinião exposta pelo professor em aula da disciplina “Rio de Janeiro: A Favela na Cidade – Seleção de Literatura Recente”. Mestrado em Sociologia do IUPERJ (primeiro semestre de 2006).

eficaz de acesso a bens públicos, ao mesmo tempo em que priva os moradores de favelas da participação da vida na cidade.”(Burgos, 2005, p.2).

Seja qual for a denominação, o certo é que o favelado não usufrui os mesmos direitos dos moradores da cidade: há uma cidadania *de jure*, mas não *de facto*. Perlman (2005) mostra que quando perguntados sobre o que mudou com o fim do regime ditatorial, os habitantes das comunidades responderam que apesar das melhorias na habitação, no transporte, no saneamento básico e no acesso (porém não qualidade) à educação, o sistema de saúde, a segurança pessoal e a situação econômica tornaram-se piores. Mais grave que isto, eles afirmaram sentir-se mais excluídos e com menor poder de barganha para negociar com as autoridades do que antes. Ou seja, os moradores de favelas estão profundamente desiludidos com as promessas democráticas de justiça social e equidade.

Silva e Barbosa (2005) destacam um episódio emblemático que esteve recentemente estampado nos jornais cariocas:

“Em uma noite daquele mês (abril de 2004), aconteceu um conflito de grande visibilidade entre traficantes de drogas na Rocinha. [...] Durante a tentativa de invasão daquela comunidade popular por um grupo armado, foram assassinadas três pessoas: dois moradores locais e uma motorista que passava no túnel que une as duas áreas nobres da cidade. A morte da motorista, pertencente à ‘classe média’ [...], alcançou muito mais destaque, protestos e lamentações do que a morte do casal de jovens da Rocinha. O fato mais impressionante, além disso, foi o movimento de responsabilização dos moradores da Rocinha pelo ocorrido.” (Silva & Barbosa, 2005, p. 59).

Note-se, portanto, que a vida da motorista de classe média “valeria” muito mais do que a vida dos jovens da Rocinha, o que denuncia a ausência de universalização dos direitos humanos, ainda que esta encontre respaldo na Constituição Federal.

Se, por um lado, existe um consenso na literatura sobre o fato de que os favelados são portadores de uma cidadania de pior qualidade, por outro, há um debate se faz sentido manter o discurso que faz da favela o próprio símbolo da segregação espacial e o território por excelência da pobreza. Lícia Valladares defende que esta imagem da favela “reafirma a pobreza engendrando a pobreza, e a pobreza engendrando problemas” e que estaríamos diante de um “círculo vicioso da estigmatização”. (Valladares, 2005, p.151)

Assim como Valladares, Brum (2004) opõe-se à utilização do termo “cidade partida”, argumentando que embora de maneira subordinada, as favelas são funcionais e incorporadas à cidade:

“A expressão de ‘cidade partida’ pode ter sido válida como denúncia quanto às desigualdades que marcam o Rio de Janeiro, mas ela mais confunde do que esclarece, impedindo de ver que os favelados não são ‘excluídos’, mas incorporados (ao estado, à economia, à cidade) de maneira subordinada, desigual e principalmente ‘controlada’.” (Brum, 2004, p.13).

Silva e Barbosa, no recente livro “Favela – alegria e dor da cidade” (2005), recusam a identificação da favela com um “problema” a ser superado. A favela não seria um espaço de “resistência” ao mundo urbano, ao contrário, estaria plenamente integrada à vida da cidade e a sua história. Os autores concordam com a tese de Valladares de que no momento em que alguém é classificado como “excluído”, há um reforço da idéia de dois mundos, um com incluídos e o outro, dos pobres e renegados.

Apesar desta tendência em não mais se aceitar o rótulo de “excluído” como menção ao favelado, a visão dual da realidade urbana ainda se mostra hegemônica no debate acadêmico, podendo se expressar através de dicotomias tais como formal-informal, integrado-excluído, favela-asfalto, ordem-desordem, sendo a ilegalidade o principal critério diferenciador em todas elas. (Lago, 2003).

A prática de se distinguir a favela da cidade formal parece ser inevitável uma vez que, apesar de verificarmos relações de interdependência mútua, sobretudo no âmbito sócio-econômico, esses espaços da cidade se apresentam de modo desigual e separado. Esse processo se manifesta nas interações cotidianas como, por exemplo, o temor das pessoas do ‘asfalto’ em adentrar as favelas; a diferenciação de políticas de urbanização, de transporte e de coleta seletiva de lixo que são empreendidas nos bairros e nas favelas; a dificuldade que a maioria dos moradores de favelas encontra ao procurar um emprego, simplesmente por serem *favelados* (Lago, 2003); e ainda o tratamento diferenciado que recebem das autoridades públicas. As palavras de Fridman reforçam esta idéia:

“A população que mora nas favelas resente-se dos limites sociais, simbólicos, mas também impostos por forças policiais à sua circulação na cidade, que impedem ou obstaculizam, por exemplo, a freqüência a determinadas praias, ruas, praças, shoppings etc. e à convivência com os habitantes dos demais bairros. O estigma e os preconceitos criam o caldo de cultura que deriva na criminalização de suas ações coletivas.” (Fridman *et al*, 2005, p.6).

3.1) O local da moradia como fator de exclusão e estigma

Conforme destacamos no capítulo I, o ambiente social em que uma pessoa vive constitui um importante espaço para aferição do seu grau de liberdade de escolha. Indivíduos submetidos a diferentes formas de exclusão social terão inevitavelmente suas possibilidades de escolhas limitadas, o que resultará em maior grau de pobreza, segundo a abordagem de Amartya Sen. No caso específico dos moradores de favelas, a exclusão é decorrente do *local da moradia* desses indivíduos, de modo que a favela afigura-se um fator “empobrecedor” da vida humana. A exclusão social representa, portanto, uma importante dimensão da pobreza humana.

De acordo com Marió e Woolcock (2004), exclusão social é o processo pelo qual um determinado grupo de indivíduos, com uma *característica comum*, tem acesso limitado aos bens materiais e sociais oferecidos pela sociedade, bem como enfrenta restrições para participar do mercado de trabalho formal e de instituições sociais, políticas e culturais. Desta forma, estes indivíduos são privados dos benefícios gerados pelo crescimento da renda, do emprego e da educação, podendo experimentar pouca ou nenhuma mobilidade social.

Sposati esclarece que a exclusão social é uma situação de privação não apenas individual, mas também coletiva, caracterizando-se como a negação da cidadania:

“a exclusão social inclui, além da insuficiência de renda, a discriminação social, a segregação espacial, a não-equidade e a negação dos direitos sociais.[...] Situações de exclusão seriam caracterizadas pela carência de serviços públicos essenciais, impossibilidade de reivindicação dos direitos sociais, falta de participação política, viver em situações de violência ou sob precária condições de vida.” (Sposati, 1998, p.4).

À luz destas definições de exclusão social, temos importantes razões para considerar os favelados como sujeitos a este processo. A representação da segregação urbana pela expressão “cidade partida” tem sido presença constante em grande parte da literatura sobre favela, no entanto, como veremos, há uma forte resistência por parte de renomados autores em admitir esta caracterização.

A exclusão social a que são submetidos os moradores de favela estaria fundamentada, essencialmente, no preconceito pelo local da moradia. Morar na favela diminui as possibilidades de escolhas dos indivíduos, interferindo na sua habilidade para realizar funcionamentos importantes. Conforme destacamos no capítulo I, disposições institucionais não inclusivas reduzem a capacidade de o indivíduo realizar

sua condição de agente. Se nos remetermos aos “seres” e “fazeres” de Sen, poderíamos afirmar que *ser* favelado representaria um não-funcionamento, uma identidade incapacitante.

O estudo realizado por Perlman¹⁴ em 2002 revelou que 84% dos moradores de favelas entrevistados consideravam o local da moradia como o principal fator de exclusão social. Ou seja, morar na favela é visto como mais prejudicial do que ser negro, ser nordestino ou ser mulher, por exemplo. Lago (2003) destaca que quando o morador de favela utiliza o termo “comunidade” para designar seu local de moradia, ele nada mais faz do que reafirmar a particularidade do seu território em relação à cidade, negando o estigma que este carrega, porém, transferindo este estigma para outras favelas, reforçando, assim, o termo *favela*.

A estigmatização do favelado resulta na recusa da sociedade em oferecer-lhes os mesmos direitos concedidos aos habitantes da cidade formal, ou na concessão de direitos de “pior qualidade”, especialmente em matérias econômicas e sociais. O estigma gera descrédito e desvantagem e a idéia de que o estigmatizado não é completamente humano. Muitas favelas se assemelham à condição dos guetos negros americanos descrita por Wacquant:

“...o gueto é um dispositivo socioespacial que permite a um grupo estatutário dominante em um quadro urbano desterrar e explorar um grupo dominado portador de um capital simbólico negativo, isto é, uma propriedade corporal percebida como fator capaz de tornar qualquer contato com ele degradante, em virtude daquilo que Max Weber chama de ‘estimação social negativa da honra’. Em outros termos, um gueto é uma relação etno-racial de controle e de fechamento composta de quatro elementos: estigma, coação, confinamento territorial e segregação institucional.” (Wacquant, 2001, p.34, *apud* Ribeiro, 2004).

¹⁴ O estudo realizado por Perlman, o qual será citado com frequência ao longo deste capítulo, consistiu em duas etapas: em 1969, a antropóloga americana se mudou para o Brasil onde viveu um ano e meio em três favelas cariocas – 6 meses na Catacumba, 6 meses em Nova Brasília e 6 meses em Duque de Caxias. Durante este período, a pesquisadora realizou uma observação participativa, bem como entrevistou uma amostra aleatória de 200 pessoas residentes em cada comunidade, incluindo homens e mulheres entre 16 e 65 anos, dentre os quais 50 eram chefes de família. Os resultados desta primeira pesquisa deram origem ao livro “*The myth of Marginality: Urban Poverty and Politics in Rio de Janeiro*”(1976). Três décadas após, em 2002, Perlman retorna ao Brasil e consegue reencontrar 41% das pessoas que participaram do primeiro estudo, as quais foram entrevistadas novamente. Este segundo estudo deu origem a diversos artigos, dentre eles “*Marginality: From the Myth to Reality in the Favelas of Rio de Janeiro*” (2004).

Perlman (2005) esclarece que o Atlas da Exclusão Social no Brasil Vol. 2 divide a exclusão social no Brasil em dois períodos: de 1960 a 1980 (antiga exclusão) e de 1980 em diante (nova exclusão). A antiga exclusão estaria baseada em indicadores de educação, analfabetismo e renda, compreendendo essencialmente imigrantes, mulheres e negros. Já a nova exclusão incorpora também pessoas nascidas na metrópole, com níveis razoáveis de educação e acesso a bens de consumo e serviços urbanos, porém com problemas para inserção no mercado de trabalho. Perlman argumenta que a nova exclusão social somada à pseudo-cidadania e à privação de capacitações constituem a chamada “nova marginalidade” à qual estão sujeitos os favelados. Ou seja, o “novo marginal” é um morador de metrópole que teve acesso à educação, faz uso de serviços urbanos essenciais, atua como consumidor, porém, é privado de direitos importantes e tem sua liberdade de escolha limitada. A antropóloga defende que a concepção de pobreza de Amartya Sen enquanto “privação de capacitações” torna-se bastante útil na análise das condições de vida do morador de favela:

“O conceito de privação, ao levar em consideração várias influências e circunstâncias (além da baixa renda), pode *resultar* em uma condição de pobreza. Isso é percebido diariamente nas favelas, onde o forte estigma por ser morador de um “não-lugar” confere baixo *status*, exclusão, mau tratamento, e zombaria, independentemente da riqueza, condição de vida ou renda da pessoa.” (Perlman, 2005, p. 15. Tradução minha¹⁵)

Ainda que desejássemos a não-exclusão do favelado, existem barreiras tanto visíveis – como o contraste urbanístico entre as favelas e os bairros – quanto invisíveis, produzidas pelo estigma e preconceito, que nos obrigam a distinguir as especificidades de cada um desses espaços. Estas barreiras impõem severas limitações à liberdade de escolha e acesso a oportunidades por parte da população favelada, o que representa um agravamento da pobreza pela ótica das capacitações de Sen.

¹⁵ “The deprivation concept, as it takes to consideration various influences and circumstances (other than low incomes), can *result* in a condition of poverty. This is seen daily in the *favelas* where the very stigma of living in a “non-place” confers low status, exclusion, mal-treatment, and derision, independently of a person’s assets, livelihood or overall income.”

3.2) Violência e tráfico de drogas

A violência associada ao tráfico de drogas vem crescendo em frequência e intensidade na cidade do Rio de Janeiro. Assaltos, roubos, seqüestros, tiroteios e balas perdidas somam-se a homicídios de jovens e pessoas inocentes. Atingindo diretamente a população ou propagados pela mídia, esses atos geraram a percepção de que, de hoje em diante, a vida na cidade só seria possível sob o domínio do medo, o cerceamento da sociabilidade, o controle dos territórios e o encolhimento do espaço público. Os estados de opinião daí derivados encontraram tradução nas metáforas da guerra e da cidade partida, como referências à violência urbana oriunda da favela. (Fridman *et al*, 2005).

Como explica Misse (2006), o incremento da violência é resultado do novo perfil do tráfico de drogas que, desde meados dos anos 80, se conectou aos cartéis internacionais para promover a entrada de cocaína em larga escala no mercado brasileiro. Confrontos armados passaram a marcar a disputa entre quadrilhas rivais pelos pontos de venda e destas com a polícia, que teria como uma de suas funções primordiais o desmantelamento da atividade criminosa. Os bandos desenvolveram estratégias de controle cada vez mais rigorosas sobre os territórios onde a distribuição de drogas se concentrou – as favelas. Estas apresentavam as condições morfológicas ideais para organização do tráfico: traçados de ruas labirínticos, difícil acesso às partes mais internas ou elevadas e, quando situadas em morros, excelente visibilidade das ruas da cidade. (Silva, 2002).

A representação da favela como território da criminalidade legitima a atuação dos órgãos de segurança pública no sentido de promover uma verdadeira guerra contra as favelas – e não simplesmente contra as quadrilhas de traficantes ali sediadas –, a qual se caracteriza pela brutalidade e abuso de poder da polícia, resultando em desrespeito sistemático aos direitos daquela população. Não é rara a incursão de policiais nas casas dos habitantes de favela sem autorização judicial, a qualquer hora do dia, sob o pretexto de busca de bandidos fugitivos. Estes, por sua vez, ameaçam de morte os moradores que lhes recusarem abrigo. O artigo da Constituição Federal que determina que “a casa é abrigo inviolável do indivíduo” é flagrantemente violado a todo instante. Benetti (2004) caracteriza as habitações faveladas como verdadeiras “casas da mãe Joana”, onde polícia e traficantes entram e saem sem pedir licença.

Uma prática atual muito forte no Rio de Janeiro é o mandado de busca genérico - o Judiciário permite um mandado de busca para toda uma comunidade, de forma que

todas as casas naquela região possam ser revistadas. Trata-se de mais um mecanismo exclusivo para tratar a favela, partindo da concepção perniciososa de que todo favelado é suspeito. O depoimento de uma moradora da comunidade de Nova Holanda, no Complexo da Maré, confirma esta tese:

"O mais difícil agora na Nova Holanda é a violência. Isso é o que está marcando tanto jovem, como adulto, como criança... isso é o que está marcando. Eu tenho visto muita coisa, muita crueldade, muita maldade, e isso é o que deixa a gente muito triste de morar em uma área mais carente. [...] No tráfico, em si, há briga, há violência ente eles, mas quando a polícia está presente, é muito mais, porque eles não respeitam, e todos que moram na favela são considerados marginais." (BBC.Brasil, 20/09/2005)

A cultura do medo e a desconfiança quanto à capacidade reguladora do Estado alimentam a percepção que associa a criminalidade violenta às populações faveladas. Conforme Fridman:

"Nesse resumo perverso, “favelado é bandido” ou “quase bandido”, o que resulta no aprofundamento das fronteiras sociais e nega às populações pobres o direito à cidade. No Rio de Janeiro, os favelados são submetidos a uma dupla dominação que os deixa sem voz: a criminalização de sua condição social – cujo sintoma mais evidente é a violência irrestrita das forças policiais e o não reconhecimento de qualquer direito de cidadania – e os poderes incontestes dos bandos armados em seus locais de moradia.” (Fridman *et al*, 2005, p.1).

Como podemos perceber, a rima favela-violência tem efeitos nefastos sobre a população favelada – além de ser privado de direitos básicos da cidadania, como o direito a própria vida, e de ser rotulado de bandido em potencial, o favelado se torna refém das regras do tráfico, preferindo assumir uma posição silenciosa e passiva frente à violência. A “lei do silêncio” impede qualquer morador de prestar informações à polícia ou de fazer comentários negativos sobre os traficantes: “é proibido falar mal de bandido”, diz o *rap* de MV Bill, morador da Cidade de Deus; algumas cores de roupas são proibidas sob alegação de que fariam apologia a facções rivais; o direito de ir e vir é controlado; o “toque de recolher” indica a hora de entrar em casa; visitas, só em determinados horários, dentre outras imposições colocadas pelo “poder paralelo”.

Os bandidos são acusados, com frequência, de recrutar crianças e adolescentes no tráfico, fazendo deles parte de gangues, levando-os a abandonar a escola e a família, iniciando-os no mundo do crime. É comum que traficantes ameacem matar membros da

família das crianças e adolescentes caso estes não se submetam às suas imposições. (Guareschi *et al*, 2003). Hoje, há adolescentes de 17 anos donos de bocas de fumo. Sabem que vida de bandido é vida breve, mas alegam ser melhor viver pouco como bandido do que muito como um fracassado. Com frequência, os jovens vêm no tráfico a única via para mobilidade social, além de poderem experimentar, talvez pela primeira vez em suas vidas, a sensação reconfortante de pertencimento¹⁶ a um grupo. A busca por pertencer a um grupo seria resultado da falta de estrutura familiar, da desconfiança na polícia, da desesperança com a escola ou da não ligação com um centro comunitário – ou seja, a ausência de capital social “bom” levaria os jovens a desenvolverem uma espécie de capital social “ruim”. Esta afirmação torna-se mais clara no texto de Soares:

“Quando um traficante lhe dá uma arma, este menino recebe muito mais do que um instrumento que lhe proporcionará vantagens materiais, ganhos econômicos e acesso ao consumo; ele recebe um passaporte para a sua própria existência social, porque, com a arma, será capaz de produzir ao menos um sentimento: o medo. Recorrendo à arma, portanto, restaura as condições mínimas para a edificação da auto-estima, do reconhecimento e da construção de uma identidade; estabelece enfim uma interação, na qual torna possível sua reconstrução subjetiva e o projeto - *soi disant* estético - de sua auto-invenção. Trata-se de uma dialética perversa, em que o menino afirma seu protagonismo e se estrutura como sujeito, submetendo-se a um engajamento trágico com uma cadeia de relações e práticas que o condenarão, muito provavelmente, a um desfecho letal, cruel e precoce, antes dos 25 anos”. (Soares, 2003, p.2).

De acordo com Dowdney (2003), cerca de seis mil crianças e adolescentes no Rio de Janeiro são considerados soldados do tráfico, usam armas como fuzis, metralhadoras e granadas, e participam de confrontos com a polícia ou da disputa por pontos de droga em favelas. Eles afirmam achar normal matar ou ser mortos por companheiros em caso de cometerem falhas. A convivência com a iminência da morte gera entre os jovens um clima social em que o encurtamento do seu horizonte de tempo leva à recusa dos valores prevaletentes na sociedade. (Ribeiro, 2004).

Entre 2004 e 2006, pesquisadores do Observatório de Favelas acompanharam o cotidiano de 230 trabalhadores do tráfico de 34 favelas do Rio. Nesse intervalo, 45

¹⁶ Conforme Soares (2003), a gratificação do pertencimento é tão mais intensa quanto mais coeso for o grupo. A coesão, esta, seria diretamente proporcional ao sentimento de exclusão vivenciado pelo grupo em suas relações com o restante da sociedade.

foram assassinados, sendo 66% deles por policiais, 13% por integrantes do próprio grupo e 9% por grupos rivais. Verificou-se que embora 73% desses jovens já houvessem sido espancados pela polícia e 55% já terem sido vítimas de extorsão, apenas 28% foram detidos. Estes dados sugerem a existência de uma estreita relação do tráfico com a polícia, que poucas vezes apreende os jovens infratores.

O estudo revelou também que a idéia de que tráfico traz dinheiro fácil já não se verifica mais: em 2001 o “vapor” ganhava de 10 a 15 salários mínimos, hoje ganha no máximo três. No grupo em questão, 60% deles trabalhavam 12 horas por dia, 7 dias por semana.

Em algumas favelas do Rio¹⁷ a atividade do tráfico tem sido coibida por uma outra forma de poder, as chamadas “milícias”. Trata-se de grupos armados formados por policiais, ex-policiais, bombeiros, agentes penitenciários e militares que cobram uma taxa mensal dos moradores em troca de segurança privada informal. Esta segurança pactuada é uma espécie de ampliação do sentimento de insegurança generalizada da população, reflexo de sua total descrença no sistema de segurança policial. (Koury, 2004). Para se estabelecer, a milícia conta com a participação de representantes das comunidades, geralmente policiais. Uma vez realizada a ocupação, outros agentes aderem ao grupo e os traficantes são ou mortos ou expulsos.

Nas zonas norte e oeste, os vigilantes cobram também de moradores pelo uso dos serviços de transporte alternativo e pelo fornecimento botijão de gás e ligações clandestinas de televisão a cabo. Conforme Burgos (2006), ambas as formas de poder – tráfico e milícia – reiteram a favela como um local a margem da sociedade. Outros importantes efeitos da violência nas favelas são a desorganização da vida associativa e política nas comunidades, a qual será abordada na seção seguinte; a destruição das estruturas familiares e da dinâmica de reprodução cultural, ao “converterem-se as relações de autoridade intergeracionais em laços de poder militarizado”; a formação de um narcisismo consumista extremo entre os jovens, como forma de se fazerem respeitar dentro e fora da favela; e o “fortalecimento e a disseminação do patriarcalismo, da homofobia e da misoginia”. (Soares, 2000, *apud* Ribeiro, 2004, p.9).

¹⁷ A primeira favela carioca a ser invadida pelas milícias foi Rio da Pedras, na Zona Oeste, ainda na década de 70. Nesta comunidade, o controle destes grupos se estende a todas as estruturas, desde escolas a associações de moradores. Atribui-se ao poder das milícias a maior tranquilidade e pacificação presentes nesta comunidade, de onde o tráfico fora expulso. (Burgos, 2006, Folha de São Paulo).

É importante destacar que existem estudos comprovando que violência e pobreza não estão necessariamente relacionadas. Pobreza não quer dizer violência. Há sociedades extremamente pobres com grau zero de violência. Sérgio Magalhães explica esta diferenciação:

“Criou-se uma confusão porque há uma superposição, no mesmo território, de comunidades pobres faveladas e banditismo. Mas o banditismo existe independentemente da forma urbana. O banditismo pode existir numa comunidade com características de favela como numa comunidade com características de cidade absolutamente formal. Este não é necessariamente o lugar da violência, o lugar do banditismo nem da marginalidade. [...] É preciso diferenciar isso porque esta confusão é a matriz de um grande preconceito. É um preconceito que perpassa as décadas e faz com que a sociedade se ausente de uma providência que ela tem que exigir.” (Entrevista concedida a *Vitruvius* em 2003)

O rapper MV Bill reforça este argumento salientando que “ao contrário do que costuma parecer, a comunidade não é a favor de drogas e grande parte dela não é envolvida com o tráfico. Essa verdade não aparece porque os moradores nunca são consultados sobre o assunto ou têm medo de falar. Então, os criminosos acabam tendo mais visibilidade do que as pessoas que acordam cedo para trabalhar todos os dias.” (MV Bill em palestra ao Observatório das Favelas, 2003). De fato, há evidências de que menos de 2% dos jovens residentes em favelas estariam envolvidos com a criminalidade. (Freixo, 2006). A visão generalizada de que a pobreza e a criminalidade caminham juntas não considera a realidade da maioria da população em situação de pobreza, a qual não adere ao mundo do crime porque partilha, tal qual o restante da população, de valores morais que reprimem tal conduta.

Conforme Magalhães (2003), o problema da violência nas favelas seria um reflexo da ausência do Estado nesses territórios, permitindo que eles sejam ocupados por uma outra forma de poder. É função precípua do governo organizar e proteger a sociedade; a ele cabe o monopólio da justiça e segurança. No caso da favela, porém, este monopólio é rompido, e a lei do tráfico vem preencher as enormes lacunas deixadas pelo Estado.

Por todos os motivos apresentados, a violência associada ao narcotráfico constitui, inequivocamente, uma das principais formas de privação que atingem os moradores de favelas. O medo, a insegurança, a truculência da polícia, a desorganização

das associações, a omissão do Estado, a submissão às arbitrariedades do tráfico, o rótulo de potenciais criminosos, o cerceamento da liberdade de expressão e da liberdade de ir e vir implicam em restrição à liberdade de escolha do favelado, resultando em maior grau de pobreza, como postula a abordagem de Amartya Sen.

3.3) Capital social: o declínio de uma riqueza

Um dos efeitos mais perversos da atmosfera de medo resultante da violência nas favelas é a diminuição do seu capital social, apontado com frequência como uma das maiores riquezas da população favelada.

O conceito de capital social, introduzido pioneiramente por Toqueville (1969) no campo das ciências políticas, referia-se à capacidade da sociedade de se auto-organizar. Posteriormente, este termo passa a ser utilizado por economistas quando estes começam a perceber que fatores extra-econômicos por vezes explicam melhor os diferentes níveis de desenvolvimento entre regiões do que os fatores estritamente econômicos (Putnam, 1993, *apud* Muls, 2005). Diferentemente das outras formas de capital, o capital social é uma propriedade das *relações* entre as pessoas e grupos de pessoas, não pertencendo aos indivíduos isoladamente. (Coleman e Pantoja, *apud* Muls, 2005).

Putnam argumenta que o capital social diz respeito a “características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas.” (Putnam, 1993, *apud* Muls, 2005). A confiança seria, portanto, um componente básico do capital social na medida em que promoveria a cooperação entre os indivíduos. Bourdieu se preocupa não tanto com a funcionalidade do capital social, mas sim com a sua forma de aquisição, associando-o a um “um conjunto de recursos atuais ou potenciais ligados à posse de uma rede durável de relações [...] ou, em outros termos, ao pertencimento a um grupo.” (Bourdieu, 1980, *apud* Muls, 2005, p.7). Já a definição de Pantoja é mais ampla: “o capital social é um recurso comum que pode facilitar o acesso a outros recursos sociais, econômicos ou naturais” (Pantoja, 1999, *apud* Muls, 2005, p. 7).

Dadas estas três definições de capital social, que podem ser complementares, é possível afirmar que esta riqueza sempre esteve presente nas comunidades faveladas e

que, ao longo dos anos, foi-se constituindo em um dos maiores atrativos para os novos habitantes. Abramo (2006) destaca que se antigamente o que atraía as famílias à favela era a proximidade dos locais de trabalho, hoje, o aspecto mais importante na decisão de comprar um imóvel na favela é a proximidade de amigos e parentes. Um estudo realizado entre 2005 e 2006, pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ) mostrou que das 948 pessoas entrevistadas, 40% apontaram essa razão como o principal fator pela escolha da favela. Abramo explica os motivos deste resultado:

"Famílias e amigos formam uma forte rede de solidariedade, que permite o acesso gratuito a bens e serviços que, de outra forma, seriam pagos. Por exemplo: uma família pode tomar conta dos filhos de uma outra família, em troca dos beneficiados ajudarem a subir uma laje na casa daqueles que antes o auxiliaram. É uma economia de reciprocidade que pode ser muito vantajosa" (Entrevista ao Boletim da FAPERJ, 31/08/2006).

A existência de capital social nas favelas tem contribuído para que seus habitantes possam resistir mais facilmente a situações de privação mais graves, ou emergenciais, como a fome, o desemprego, a doença, a falta de abrigo. Os moradores costumam fazer doações às famílias mais necessitadas, oferecem ajuda para cuidar de doentes e estão prontos para acolher aqueles que perderam suas casas em uma enchente ou desabamento. Além disso, a organização dos moradores em associações permite uma maior visibilidade de suas ações coletivas e reivindicações, facilitando o seu acesso aos direitos que lhes são negados.

Vale destacar que a real função do capital social na favela consiste em prover os seus moradores de bens coletivos, já que estes lhes são negados pelos governos. Assim, embora o capital social represente uma importante riqueza para população de favelas, não podemos esquecer que o bem-estar por ele gerado é fruto da omissão do poder público no atendimento às necessidades destes territórios. Adicionalmente, é importante notar que quando as desigualdades socioeconômicas são "duráveis" e elevadas é bem plausível que estas se reproduzam no interior da vida associativa (Kerstenetzky, 2003). Em outras palavras, ainda que o capital social na favela represente um ativo, este capital abrirá um leque de oportunidades muito menor ao morador da favela do que aquele que será aberto ao morador da cidade em função do seu capital social.

Embora as vantagens do capital social sejam amplamente reconhecidas pelos habitantes de favelas, Perlman (2004) argumenta que o domínio exercido pelo crime vem deteriorando as relações de confiança e solidariedade nas comunidades, reduzindo de 45%, em 1969, para apenas 28% em 2003, o percentual daqueles que julgam contar com a maioria dos vizinhos. Comparativamente há trinta anos, hoje existe consideravelmente menos organização, menos participação em associações da comunidade e menos visitas entre amigos e parentes. O número de pessoas que participa de algum tipo de organização foi drasticamente reduzido. O espaço interno das comunidades não é mais palco de entretenimento ou lazer, os quais sempre representaram uma das maiores fontes de união nas comunidades. A antropóloga destaca ainda que:

“Em 1969, 54% dos entrevistados consideravam suas comunidades “muito unidas”, 24% a viam como “unida” e apenas 21% percebiam uma falta ou ausência de união. Hoje os números estão invertidos: 58% se ressentem da falta de união enquanto menos de 6% consideram sua comunidade “muito unida”. (Perlman, 2004, p.131)

Nos últimos trinta anos, conforme a amostra estudada por de Perlman (2004), as únicas associações a terem presenciado um aumento notável do número de adeptos foram os cultos evangélicos. Contudo, tal ampliação não sugere necessariamente um aumento do capital social nas favelas. A busca por uma orientação evangélica pode estar refletindo um desalento da população favelada, a desistência de sonhos, o descrédito na democracia e nas autoridades públicas.

O que percebemos hoje é que as pessoas simplesmente temem sair de suas casas ou têm medo de falar mais do que deveriam. O medo decorrente da violência associada ao narcotráfico reduz sensivelmente o espaço público, resultando no atrofiamento das redes sociais e no descrédito das inter-relações de confiança, ou seja, no declínio do capital social. Esta perda se reflete virtualmente na redução do conjunto de oportunidades de escolhas abertas aos indivíduos, significando maior grau de pobreza para população favelada.

3.4) Habitação e serviços públicos

A habitação pode ser considerada um elemento básico para constituição de um “mínimo social”, habilitando os indivíduos a fazerem outras escolhas ou a desenvolverem suas capacidades. (Cardoso, s/d). Assim definida, a habitação representa um funcionamento de grande relevância, e deve certamente ser avaliada em um exercício de investigação da pobreza.

Como explica Cardoso, essa abordagem encontra respaldo no debate internacional desde a Declaração Universal de Direitos Humanos, de 1948, até a Declaração de Istambul sobre Assentamentos Humanos, de 1996, a qual reafirmou o compromisso dos governos nacionais com “a completa e progressiva realização do direito à moradia adequada” e estabeleceu como um objetivo universal que se assegure “abrigo adequado para todos e que se façam os assentamentos humanos mais seguros, mais saudáveis e mais agradáveis, eqüitativos, sustentáveis e produtivos”.

No Brasil, contudo, o direito à moradia foi reconhecido apenas recentemente pela Emenda Constitucional 26/2000, fazendo constar a moradia entre os direitos sociais¹⁸. No entanto, o exercício deste direito depende da possibilidade de acesso ao solo urbano, que é regulado pelo direito de propriedade. A partir destas constatações podemos concluir que os favelados são privados de dois importantes direitos: moradia digna e saudável e título de propriedade da terra.

O Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UN – Habitat) desenvolveu em 2002 um sistema de mensuração dos melhoramentos em assentamentos precários, o qual recomendou o monitoramento de cinco componentes básicos: acesso a água potável, acesso a esgotamento sanitário, segurança da posse do domicílio, durabilidade da residência e área suficiente para morar. Em 2004, o governo federal publicou um relatório de acompanhamento das metas do milênio onde os componentes de investigação propostos pela UN- Habitat foram adaptados à realidade brasileira, bem como à disponibilidade de dados da Pesquisa Nacional de Amostra por

¹⁸ Art.6º : São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta constituição. (Constituição federal, 1988).

Domicílios – PNAD (IBGE). Conforme esta nova metodologia, é considerada inadequada a moradia que atende a pelo menos uma das seguintes carências:

- (1) Ausência de água por rede geral, canalizada para o domicílio ou para propriedade.
- (2) Ausência de esgoto por rede geral ou fossa séptica
- (3) Ausência de banheiro de uso exclusivo do domicílio
- (4) Teto e paredes feitos com material não permanente
- (5) Adensamento excessivo (mais de 3 pessoas por cômodo servindo como dormitório)
- (6) Não conformidade com os padrões edilícios (domicílio caracterizado como “aglomerado subnormal”)
- (7) Irregularidade fundiária (terrenos construídos em propriedades de terceiros ou outras condições de moradia, como no caso de invasões)

Nesta seção, serão apresentadas estatísticas referentes aos itens 1, 2 e 3, dada a maior disponibilidade destes dados na literatura. Os itens 6 e 7 são, a priori, características dos domicílios de favelas, conforme definição apresentada na seção 2.2. Os itens 4 e 5 serão investigados no capítulo seguinte, através de um estudo de caso.

Um grave problema enfrentado por muitos moradores de favelas é a inadequação das habitações. O conceito de *habitação saudável*, conforme Cohen “se aplica desde o ato da elaboração do seu desenho, microlocalização e construção, estendendo-se até seu uso e manutenção. Está relacionado com o território geográfico e social onde a habitação se assenta, os materiais usados para sua construção, a segurança e qualidade dos elementos combinados, o processo construtivo, a composição espacial, a qualidade dos acabamentos, o contexto global do entorno (comunicações, energia, vizinhança) e a educação em saúde ambiental de seus moradores sobre estilos e condições de vida saudável.” (Cohen *et al*, 2004, p.8).

Se é verdade que as casas não são mais feitas de zinco, plástico ou madeira reutilizada, como nos primórdios das favelas, hoje um grande contingente de favelados mora em condições insalubres, totalmente inaptas à sustentação de uma vida digna. (Ribeiro, 2004). As residências são na maioria das vezes pequenas e habitadas por muitas pessoas. Não possuem isolamento contra variações de temperatura, nem sonoridade, apresentando vulnerabilidade à sujeira devido ao difícil acesso ao serviço de coleta de lixo, fazendo com que animais nocivos à saúde se proliferem.

O número médio de habitantes por domicílio nas favelas cariocas, apesar de ainda ser elevado relativamente ao tamanho das habitações, vem apresentando uma tendência de queda nos últimos dez anos. Em 1991, segundo o IBGE, em média 3,9 moradores dividiam o mesmo domicílio. Nove anos depois, o número caiu para 3,5. Isso aconteceu não devido a uma evasão dos moradores de favelas, mas porque o número de domicílios nas favelas cresceu numa proporção maior do que o aumento da sua população. Logo, talvez não tenhamos motivos para comemorar estes dados.

A partir da década de 80, o processo de democratização confere um novo impulso às reivindicações dos moradores por maior acesso a serviços urbanos nas favelas. Desta forma, a organização popular conseguiu uma significativa ampliação do acesso regular à água, esgoto, coleta de lixo, asfaltamento e iluminação. Em termos de política pública, o Programa Favela-Bairro instituído em 1994, permitiu um aumento razoável na cobertura de infra-estrutura nas favelas, melhorando a pavimentação de ruas e o saneamento básico. O acesso à iluminação e ao abastecimento de água são hoje virtualmente universais, seja por meios legais ou ilegais. (Perlman, 2004). Em 1969, menos da metade da população tinha acesso à luz elétrica e apenas um terço possuía água encanada, diz a antropóloga. Já o sistema de esgotamento sanitário, apesar de ter apresentado uma melhora, ainda compromete a saúde e a qualidade de vida dos moradores. Vejamos os números relativos a 13 favelas cariocas, segundo o Censo de 2000 do IBGE:

TABELA 4 - Domicílios particulares permanentes, por tipo de abastecimento de água, segundo as áreas selecionadas - 2000 (Filtrado por setores de favelas)

Favela	Total Dom.	Rede Canal Dom.	Rede Canal Prop.	Poço Canal Dom.	Poço Canal Prop.	Poço Não Canal	Outra Forma
Jacarezinho	8704	97,67%	1,25%	0,06%	0,00%	0,10%	0,92%
Mangueira - (RA São Cristóvão)	974	99,38%	0,31%	0,00%	0,00%	0,10%	0,21%
Maré	3711	97,31%	2,69%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Morro do Alemão	2826	86,48%	8,39%	0,11%	0,11%	0,35%	4,56%
Morro do Borel	1840	96,68%	1,58%	0,87%	0,05%	0,05%	0,76%
Morro do Salgueiro	910	72,20%	1,43%	6,48%	0,00%	0,66%	19,23%
Morro Dona Marta	1262	97,86%	1,11%	0,16%	0,00%	0,24%	0,63%
Nova Brasília	4286	90,43%	9,40%	0,00%	0,02%	0,00%	0,14%
Nova Holanda	3676	90,32%	9,66%	0,00%	0,00%	0,00%	0,03%
Pavão-Pavãozinho	1273	96,15%	2,75%	0,00%	0,00%	0,00%	1,10%
Rio das Pedras	5444	92,85%	6,30%	0,07%	0,04%	0,04%	0,70%
Rocinha	16731	96,20%	1,05%	0,90%	0,05%	0,56%	1,23%
Vidigal	2757	96,41%	1,89%	0,62%	0,04%	0,40%	0,65%

Nota: as categorias são as seguintes: rede geral - canalizada até o domicílio; rede geral - canalizada até propriedade ou terreno; poço ou nascente - canalizada até o domicílio; poço ou nascente - canalizada só até a propriedade ou terreno; poço ou nascente - não canalizada; outra forma.

Fonte: IBGE, Censo Demográfico - Base de informações por setor censitário

O maior avanço em serviços urbanos foi certamente o abastecimento de água. Enquanto em 1969, apenas um terço das casas possuía água canalizada (domiciliar ou propriedade), hoje, esse número é superior a 95% na grande maioria das favelas.

O segundo aspecto do saneamento básico, a coleta de lixo, também revelaram bons resultados, conforme mostram os dados a seguir:

TABELA 5 - Domicílios particulares permanentes, por tipo de destino do lixo domiciliar, segundo as áreas selecionadas - 2000. (Filtrado por setores de favelas)

Favela	Total Dom.	Serviço Limpeza	Coletado em			Rio Lago		
			Caçamba	Queimado	Enterrado	Terreno	Mar	Outro
Jacarezinho Mangueira - (RA São Cristóvão)	8704	65,20%	34,70%	0,05%	0,00%	0,03%	0,02%	0,00%
Maré	3711	92,45%	7,52%	0,03%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Morro do Alemão	2826	22,54%	68,05%	6,26%	0,04%	2,69%	0,00%	0,42%
Morro do Borel	1840	60,22%	39,51%	0,00%	0,00%	0,27%	0,00%	0,00%
Morro do Salgueiro	910	4,29%	89,78%	1,32%	0,00%	4,62%	0,00%	0,00%
Morro Dona Marta Nova Brasília	1262	1,58%	96,35%	1,51%	0,00%	0,24%	0,00%	0,32%
Nova Holanda	4286	35,81%	64,07%	0,07%	0,00%	0,05%	0,00%	0,00%
Nova Holanda	3676	87,60%	12,40%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Pavão-Pavãozinho	1273	5,89%	92,85%	0,08%	0,00%	1,18%	0,00%	0,00%
Rio das Pedras	5444	51,36%	47,67%	0,04%	0,00%	0,94%	0,00%	0,00%
Rocinha	16731	9,59%	89,85%	0,29%	0,03%	0,19%	0,04%	0,01%
Vidigal	2757	29,92%	70,08%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

Nota: as categorias são as seguintes: coletado por serviço de limpeza; colocado em caçamba de serviço de limpeza; queimado na propriedade; enterrado na propriedade; jogado em terreno baldio ou logradouro ; jogado em rio, lago ou mar; outro destino.

Fonte: IBGE, Censo Demográfico - Base de informações por setor censitário

A leitura da tabela mostra que a grande maioria dos domicílios tem como destino do lixo o serviço de limpeza ou alguma outra destinação legal (coletado em caçamba, queimado ou enterrado). Nas comunidades do Morro do Alemão, Morro do Salgueiro e Pavão-Pavãozinho, contudo, uma parcela não-desprezível dos domicílios despeja o lixo em terrenos baldios, contribuindo para degradação ambiental e proliferação de doenças. Por outro lado, a coleta seletiva de lixo ainda é uma prática quase inexistente nestas localidades.

Os dados do IBGE relativos ao esgotamento sanitário são um tanto precários, já que correspondem às respostas dos moradores, que nem sempre sabem se seus domicílios estão conectados à rede geral de coleta de esgoto, bem como ignoram se a fossa existente em sua casa é fossa séptica ou não. Mesmo considerando esta limitação, é plausível uma melhora nos indicadores de coleta de esgoto por rede geral, como mostra a tabela:

TABELA 6 - Domicílios particulares permanentes, por tipo de esgotamento sanitário, segundo as áreas selecionadas - 2000. (Filtrado por setores de favelas)

	Total Dom.	Rede Geral	Fossa Séptica	Fossa Rudimentar	Vala	Rio Lago Mar	Outro	Sem Esgotamento
Jacarezinho	8704	95,91%	0,16%	0,22%	0,37%	2,76%	0,02%	0,56%
Mangueira - (RA São Cristóvão)	974	96,20%	0,41%	0,00%	0,72%	0,00%	0,10%	2,57%
Maré	3711	96,28%	3,34%	0,00%	0,05%	0,00%	0,00%	0,32%
Morro do Alemão	2826	69,11%	1,34%	2,16%	24,91%	0,00%	0,18%	2,30%
Morro do Borel	1840	93,80%	0,16%	0,11%	4,78%	0,16%	0,11%	0,87%
Morro do Salgueiro	910	96,48%	0,55%	0,00%	2,64%	0,00%	0,11%	0,22%
Morro Dona Marta	1262	49,68%	0,00%	0,00%	49,60%	0,00%	0,00%	0,71%
Nova Brasília	4286	85,93%	0,28%	0,14%	13,11%	0,00%	0,00%	0,54%
Nova Holanda	3676	84,09%	15,40%	0,03%	0,08%	0,03%	0,00%	0,38%
Pavão-Pavãozinho	1273	95,99%	0,47%	0,00%	1,41%	0,00%	0,00%	2,12%
Rio das Pedras	5444	53,38%	0,96%	12,88%	25,79%	6,58%	0,00%	0,42%
Rocinha	16731	60,50%	2,56%	4,87%	31,25%	0,05%	0,02%	0,74%
Vidigal	2757	96,92%	0,51%	0,04%	1,96%	0,00%	0,00%	0,58%

Nota: Rede Geral refere-se a "Rede Geral de Esgoto" ou "Rede Geral Pluvial" - Foram consideradas os tipos de esgotamento sanitário para os domicílios que tinham banheiro ou sanitário e os que não o tinham foram enquadrados em "sem esgotamento".

Fonte: IBGE, Censo Demográfico . - Base de informações por setor censitário

Apesar de a maioria das comunidades terem acesso amplo à rede de esgoto geral, algumas favelas ainda apresentam uma deficiência notável com relação a este serviço. No Morro do Alemão e no Rio das Pedras, cerca de 25% dos domicílios despejam o esgoto em valas, na Rocinha esta estatística chega a 31%, já no Morro Dona Marta metade das habitações tem como destino do esgoto as valas abertas. Adicionalmente, o número de domicílios sem acesso a esgotamento sanitário ainda está longe de ser desprezível em algumas favelas. No Morro do Alemão, 2,3% dos domicílios encontram-se nesta condição. Os impactos deste quadro sobre o meio ambiente e sobre a saúde das populações são amplamente reconhecidos: poluição, proliferação de doenças infecto-parasitárias, assoreamento dos canais de drenagem contribuindo para inundações periódicas.

Outro importante indicador da adequação das habitações é a existência de banheiro no domicílio. O Censo nos fornece esta informação:

TABELA 7 - Domicílios particulares permanentes, por número de banheiros, segundo as áreas selecionadas - 2000. (Filtrado por setores de favelas)

Favela	Total Dom	1 Banh.	2 Banh.	3 Banh.	4 Banh. ou mais	Sem Banheiro
Jacarezinho	8704	86,21%	9,27%	1,30%	0,23%	2,99%
Mangueira - (RA São Cristóvão)	974	82,85%	11,50%	1,64%	0,21%	3,80%
Maré	3711	80,49%	10,81%	1,00%	0,19%	7,52%
Morro do Alemão	2826	85,74%	5,63%	0,42%	0,07%	8,14%
Morro do Borel	1840	86,85%	8,91%	0,60%	0,00%	3,64%
Morro do Salgueiro	910	88,35%	6,37%	0,22%	0,11%	4,95%
Morro Dona Marta	1262	92,95%	4,44%	0,71%	0,08%	1,82%
Nova Brasília	4286	88,82%	9,08%	0,68%	0,09%	1,33%
Nova Holanda	3676	85,23%	8,65%	1,71%	0,22%	4,19%
Pavão-Pavãozinho	1273	86,72%	2,91%	0,55%	0,08%	9,74%
Rio das Pedras	5444	80,12%	6,65%	0,81%	0,17%	12,25%
Rocinha	16731	88,80%	6,78%	0,83%	0,15%	3,44%
Vidigal	2757	85,82%	11,03%	0,87%	0,22%	2,07%

Nota: "Banheiro" = cômodo que dispõe de chuveiro ou banheira e aparelho sanitário
 Fonte: IBGE, Censo Demográfico . - Base de informações por setor censitário.

Ainda que a maioria das favelas conte com pelo menos um banheiro por domicílio, algumas delas se destacam pelo elevado percentual de domicílios sem banheiro: no Morro do Alemão e na Maré cerca de 8% das casas não possuem banheiro, no Pavão-Pavãozinho, quase 10%, e no Rio das Pedras este percentual sobe para 12%.

Se a atuação do Estado no provimento de saneamento básico à população favelada apresentou uma sensível melhora nos últimos anos, a segurança pública, esta, ainda representa uma das principais carências em termos de serviços públicos nestes territórios. A política de segurança em prática na cidade do Rio de Janeiro ainda apresenta-se bastante elitista, conservadora e excludente. Embora a presença policial seja permanente em um grande número de favelas, as autoridades não objetivam prioritariamente a proteção dos moradores e a ordem pública, e sim o combate ao tráfico

de drogas. Quando dedicada a esta última função, é de conhecimento público a má atuação de alguns policiais, seja encobrendo infrações de criminosos, seja envolvendo-se diretamente com o tráfico.

As conseqüências da omissão do poder público no dever garantir segurança às populações de favelas estão descritas neste relato de Soares:

“Essa omissão condenou a polícia à reprodução inercial de seus hábitos atávicos: a violência arbitrária contra excluídos (particularmente pobres e negros), a tortura, a chantagem, a extorsão, a humilhação cotidiana e a ineficiência no combate ao crime, sobretudo se os criminosos pertencem a altos escalões. Claro está que sempre houve milhares de policiais honestos, corretos, dignos, que tratam todos os cidadãos com respeito e apresentam-se como profissionais de grande competência. Mas as instituições policiais, em seu conjunto e com raras exceções regionais, funcionaram e continuam a funcionar como se estivéssemos em uma ditadura ou como se vivêssemos sob um regime de *apartheid* social. Constrói-se uma espécie de ‘cinturão sanitário’ em torno das áreas pobres das regiões metropolitanas, em benefício da segurança das elites”. (Soares, 2003, p.1)

Um exemplo de política de segurança que contribui para promover ainda mais a exclusão social, ferindo a dignidade dos moradores, é a atuação do “caveirão”, um veículo blindado utilizado pela polícia militar que aterroriza os moradores de favelas, atirando a esmo e matando indiscriminadamente. Conforme Freixo, “não garantir a segurança à população pobre, mas entender que a população pobre é uma ameaça à concepção de segurança, é o que a gente chama de criminalização da pobreza”. (Freixo em entrevista a ‘Brasil de Fato’, 15/02/2006). O “caveirão” vem patrulhando as comunidades há mais de cinco anos; não obstante, os índices de violência em favelas não têm apresentado queda desde então.

3.5) Irregularidade fundiária e pobreza

As favelas são territórios de ocupação ilegal nos quais a maioria dos domicílios não possui os direitos de propriedade bem definidos e assegurados. De acordo com o estudo de Perlman (2002), dentre a amostra analisada (200 moradores em cada uma das 3 favelas selecionadas), 86% dos entrevistados eram proprietários de suas casas, embora a grande maioria¹⁹ não possuísse escritura formal da propriedade da terra. Embora o

¹⁹ Não foi possível obter dados precisos sobre a porcentagem de moradores de favelas que possuem título de propriedade. Um dos problemas encontrados pelo governo federal para implantação de um projeto de regularização fundiária é justamente a ausência de tais dados.

Programa Favela-Bairro (1994) tenha representado uma tentativa de solução, o acesso à titulação da propriedade permaneceu sem avanço expressivo, continuando a causar uma série de transtornos à população favelada. (Silva e Barbosa, 2005).

As implicações da falta de um sistema formal de direito de propriedade podem ser analisadas à luz da importante contribuição do economista peruano Hernando de Soto. De acordo com De Soto (2001), a formalização do direito de propriedade não apenas caracteriza a existência física de um bem, como também possibilita que este gere outras formas de capital. Os bens destituídos de direito de propriedade são considerados posses incompletas, ou “capital morto”, na medida em que lhes falta o processo que represente suas capacidades criativas. Já os bens cuja propriedade é bem definida e assegurada, são intitulados “capital vivo”, capazes de gerar frutos. De Soto aponta seis atributos do direito de propriedade responsáveis pela produção de valor, ou em suas palavras, pelo “mistério do capitalismo”:

- (1) estabelecer o potencial econômico das atividades;
- (2) integrar informações dispersas em um único sistema;
- (3) remunerar as pessoas responsáveis;
- (4) remunerar as atividades tangíveis;
- (5) coligar os indivíduos;
- (6) tutelar as transações;

A estrutura institucional, ao definir o direito de propriedade, determina as possibilidades de renda futura. E tais possibilidades, por seu turno, estabelecem o valor do ativo e a riqueza do seu proprietário. Se o direito de propriedade for bem definido, os custos de transação serão menores e o valor do ativo será maior. O detentor deste ativo terá a possibilidade de obter renda na forma de lucros, juros ou aluguéis. Adicionalmente, poderá obter crédito mais facilmente, elevando suas chances de expandir sua riqueza. (De Soto, 2004).

Há, portanto, uma estreita correlação entre ausência de titulação da terra e perpetuação da pobreza, tendo em vista que a maioria dos pobres é detentora de “capital morto”, aquele que não gera frutos. Um premiado estudo da economista Maria Isabel de Toledo Andrade (2004) analisou o impacto da implantação do direito de propriedade na comunidade do Caju, chegando à conclusão de que as famílias que possuíam escritura formal de seus imóveis tinham renda per capita domiciliar 15% superior às outras. Tanto a abordagem de De Soto quanto o estudo de Andrade desmistificam a concepção,

amplamente disseminada, de que o direito de propriedade é uma forma de dominação dos ricos, quando, na realidade, pode ser um mecanismo fundamental para aumentar as possibilidades de escolha dos pobres, elevando conseqüentemente sua renda.

O reconhecimento da necessidade de se conceder escritura aos moradores de favelas é bastante difundido entre pesquisadores e elaboradores de políticas públicas, embora até hoje não tenha se observado nenhum projeto realmente eficaz neste sentido. Conforme o economista José Márcio Camargo:

“A ausência do direito de propriedade faz com que o morador não tenha nenhuma razão para cuidar do espaço no qual ele vive. Esta situação acaba gerando uma aglomeração urbana muito maior do que é razoável do ponto de vista do bem-estar dele próprio. Há uma superutilização do espaço, as casas são muito juntas e a dificuldade de urbanizá-las é grande.” (Camargo, 2003, *apud* Silva & Barbosa, 2005, p.128)

O economista argumenta que se o Estado não for capaz de definir os direitos de propriedade, a tendência ao crescimento das favelas será inexorável: “basta colocar a casinha em cima do morro e acabou”.

A ausência do título de propriedade tem outro efeito nefasto para população favelada: a impossibilidade de comprovar a residência para fins de empréstimo, crediário ou até uma conta-corrente. Mais uma privação grave colocada ao favelado – sem crédito, as possibilidades de mobilidade social ficam bastante restritas.

A gravidade da situação não se esgota aí, pois ainda que o favelado conseguisse comprovar seu endereço e contrair empréstimos, o acesso ao crédito para habitação ainda é excessivamente dificultado no Brasil. Em nosso país, existe incentivo ao crédito para aquisição de automóveis e outros bens de consumo durável, porém não para o financiamento da casa própria, cujos juros são altos. No caso do automóvel, o devedor inadimplente tem seu bem confiscado, o que não é permitido tratando-se de habitações, daí os juros elevados. A lei brasileira, ao proteger o credor, acaba por difundir um mecanismo em que, no país, o pobre só tem acesso à casa própria através da árdua poupança diária, comprando aos poucos um saco de cimento, um pouco de tijolo, uma lata de tinta. Magalhães explica as implicações deste processo:

“O pobre brasileiro construiu espetacularmente um Brasil urbano com a sua poupança cotidiana.[...]. Caso o mesmo pobre tivesse tido acesso a um crédito facilitado, ele poderia ter estudado mais, mesmo à noite, e a família poderia ter mais saúde, pois teria água e esgoto.

Poderia, enfim, ter uma renda, pois não precisaria construir a custo muitíssimo alto.” (Magalhães, 2003, *apud* Silva & Barbosa, 2005, p. 135).

Na falta de financiamento formal, os segmentos mais pobres ora buscam a auto-produção de suas moradias – o que somente é viável com a perda da qualidade da construção –, ora adquirem suas casas no mercado informal, sem título de propriedade, pagando à vista, em geral com empréstimos de familiares. Assim, “os excluídos do mercado imobiliário somente têm acesso à moradia fora da cidade, isto é, fora da legalidade urbana e dos padrões mínimos de conforto ou em zonas fragilmente urbanizadas em matéria de equipamentos e serviços urbanos” (Ribeiro, 2000, p.18).

Note que a ausência do título de propriedade da terra e a restrição ao crédito para habitação constituem importantes fatores de privação de capacitações, limitando as possibilidades de escolha do favelado. Faz-se necessário, por um lado, oferecer crédito para que as famílias possam escolher como, onde e em que condições querem morar, por outro, conceder-lhes o título de propriedade, de forma a conferir uma condição mais ampla de cidadania ao favelado, contribuindo também para redução do estigma contra esta população.

Quanto às condições habitacionais, verificamos na última década um avanço significativo no acesso a serviços urbanos, no entanto, um grande número de habitações faveladas ainda apresenta uma forte precariedade em infra-estrutura, ou mesmo uma elevada densidade de moradores por domicílio. Evidências científicas apontam que a saúde está relacionada ao modo de viver das pessoas e a suas interações com o meio ambiente. Portanto, a habitação afigura-se um espaço de construção e desenvolvimento da saúde familiar. (Cohen *et al*, 2004). Sendo a saúde um dos principais funcionamentos a que um indivíduo deva ter acesso, a precariedade habitacional e o impacto na saúde de ambientes insalubres também representam importantes fontes de privação de oportunidades e direitos.

3.6) Educação

Embora o Censo de 2000 tenha divulgado uma melhora nos indicadores educacionais dos residentes em favelas, ainda podemos observar significativas diferenças na repartição do capital escolar quando comparamos a favela à cidade formal, o que certamente pode se expressar em chances distintas de inserção social. As tabelas a seguir evidenciam esta desigualdade.

TABELA 8 - Pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes, por anos de estudo, segundo as áreas selecionadas - 2000. (Filtrado por setores de favelas)

Favela	Total	Sem Instrução	Até 4 anos de estudo	De 5 a 8 anos de estudo	De 9 a 12 anos de estudo	Mais de 12 anos de estudo
Jacarezinho	8704	12,91%	39,14%	32,71%	13,57%	1,56%
Mangueira - São Cristóvão	974	11,81%	41,48%	29,88%	12,83%	3,39%
Maré	3711	19,16%	42,79%	27,65%	9,00%	1,32%
Morro do Alemão	2826	21,55%	42,68%	27,42%	7,47%	0,71%
Morro do Borel	1840	13,48%	36,68%	32,61%	13,48%	3,64%
Morro do Salgueiro	910	10,99%	36,70%	35,82%	12,86%	3,52%
Morro Dona Marta	1262	16,80%	38,03%	34,39%	9,27%	1,43%
Nova Brasília	4286	17,57%	41,44%	29,42%	10,64%	0,89%
Nova Holanda	3676	15,48%	40,48%	30,41%	12,35%	1,14%
Pavão-Pavãozinho	1273	18,77%	42,26%	26,94%	9,43%	2,28%
Rio das Pedras	5444	15,17%	43,35%	30,93%	9,52%	0,92%
Rocinha	16731	16,13%	41,96%	29,15%	10,94%	1,72%
Vidigal	2757	13,42%	41,31%	28,98%	13,75%	2,47%
Média		15,63%	40,64%	30,49%	11,16%	1,92%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico . - Base de informações por setor censitário.

TABELA 9 - Pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes, por anos de estudo, segundo as áreas selecionadas - 2000.

RA	Total	Sem instrução	Até 4	De 5 a 8	De 9 a 12	Mais de 12
			anos de estudo	anos de estudo	anos de estudo	anos de estudo
Barra da Tijuca	54494	4,34%	15,61%	12,85%	16,56%	50,02%
Botafogo	92171	1,51%	10,67%	11,17%	22,49%	53,99%
Campo Grande	137342	5,96%	28,94%	29,71%	27,54%	7,79%
Copacabana	67191	1,31%	9,82%	13,18%	26,24%	49,30%
Irajá	61711	3,54%	26,99%	22,94%	32,13%	14,13%
Jacarepaguá	139142	5,62%	24,58%	22,19%	27,35%	20,07%
Lagoa	63686	1,63%	10,41%	11,47%	16,52%	59,71%
Méier	126560	3,20%	20,94%	19,21%	30,91%	25,60%
Rio Comprido	21559	5,25%	27,70%	25,10%	23,22%	18,49%
Tijuca	61576	2,42%	13,75%	14,20%	23,44%	45,99%
Vila Isabel	62445	2,49%	14,75%	13,25%	25,27%	44,12%
Média		3,39%	18,56%	17,75%	24,70%	35,38%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico . - Base de informações por setor censitário.

TABELA 10 - Pessoas residentes, alfabetizadas e não alfabetizadas segundo as áreas selecionadas - 2000. (Filtrado por setores de favelas)

Favela	Total pessoas acima de 5 anos	Porcentagem pessoas alfabetizadas	Porcentagem pessoas não alfabetizadas
Jacarezinho	26839	88,18%	11,82%
Mangueira - São Cristóvão	3148	85,48%	14,52%
Maré	11451	82,51%	17,49%
Morro do Alemão	9208	79,87%	20,13%
Morro do Borel	6105	87,11%	12,89%
Morro do Salgueiro	3016	86,64%	13,36%
Morro Dona Marta	4104	85,75%	14,25%
Nova Brasília	13702	83,42%	16,58%
Nova Holanda	11518	83,62%	16,38%
Pavão-Pavãozinho	3760	80,66%	19,34%
Rio das Pedras	15492	84,60%	15,40%
Rocinha	50200	83,01%	16,99%
Vidigal	8304	85,30%	14,70%
Média		84,32%	15,68%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico . - Base de informações por setor censitário.

TABELA 11 - Pessoas residentes, alfabetizadas e não alfabetizadas segundo as áreas selecionadas - 2000.

RA	Total pessoas acima 5 anos	Porcentagem pessoas alfabetizadas	Porcentagem pessoas não alfabetizadas
Barra da Tijuca	161297	93,91%	6,09%
Botafogo	228638	97,23%	2,77%
Campo Grande	440973	92,09%	7,91%
Copacabana	155378	97,44%	2,56%
Irajá	189069	95,31%	4,69%
Jacarepaguá	432802	92,48%	7,52%
Lagoa	165693	96,79%	3,21%
Méier	373664	95,16%	4,84%
Rio Comprido	68256	93,14%	6,86%
Tijuca	171764	96,28%	3,72%
Vila Isabel	175970	95,98%	4,02%
Média		95,07%	4,93%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico . - Base de informações por setor censitário.

A leitura das tabelas deixa claras as dificuldades maiores que os moradores de favelas enfrentam para garantir seu acesso à escola e prolongar seus estudos. Embora a Constituição Federal determine a universalização e obrigatoriedade do ensino fundamental, permanece bastante elevada a proporção de analfabetos na população de favelas – 15,68% contra 4,93% na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Diferenciais significativos também podem ser detectados no número de anos de estudo: na favela, 40% da população tem apenas o curso primário, concluído ou não (menos de 4 anos de estudo), enquanto na cidade formal apenas 18% se encontra nesta categoria. Desigualdades maiores são percebidas quando avaliamos a porcentagem daqueles que conseguiram ingressar na universidade (mais de 12 anos de estudo): 1,92% para a favela contra 35,38% para RMRJ.

Um resultado mais recente foi divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, em 2004, com a publicação de “O mapa do fim da fome – zoom das favelas cariocas.” O economista Marcelo Neri, responsável pelo estudo, fez uma pesquisa nas cinco maiores favelas do Rio - Cidade de Deus, Rocinha, Complexo do Alemão, Jacarezinho e Maré – e comparou os resultados aos dados de cinco áreas nobres da cidade – Lagoa, Barra, Botafogo, Copacabana e Tijuca. De acordo com esta amostra, os trabalhadores das favelas pesquisadas estudam, em média, quase metade do tempo dos seus vizinhos mais abastados: 6,2 anos de estudo na favela versus 11,9 anos nos bairros ricos. Neri atribui a baixa taxa de escolaridade nas favelas à dificuldade de acesso à educação.

A pesquisa revelou também que, mesmo quando estuda, o morador de favela está em desvantagem. Cada ano de estudo acrescenta R\$ 55,29 ao salário de um trabalhador do Jacarezinho, ao passo que na Barra da Tijuca o valor sobe para R\$ 240,07 por ano adicional de estudo. (Neri, 2004).

Outro estudo realizado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 2006, coordenado por Luiz César Ribeiro, mostrou que o aproveitamento escolar de crianças que vivem em favelas é inferior ao das que vivem fora da favela e têm as mesmas condições sociais – viver em favela no Rio de Janeiro aumenta em 34% o risco de repetência, controlando-se todas as outras variáveis. Conforme Ribeiro:

"Se comparamos duas crianças negras, que têm uma situação mais desfavorável, com famílias com o nível de escolaridade baixo, a que for moradora da favela tem 34% a mais de risco de repetir do que a que não mora. Isso significa que o local onde esta criança é socializada também influencia no seu desempenho escolar. O fato de ela viver na favela pode anular a vantagem que ela leva se a mãe, por exemplo, tiver um nível de escolaridade maior".(Ribeiro, Jornal do Brasil, 31/08/2006)

O pesquisador buscou encontrar as razões desta diferenciação comparando o desempenho de alunos que estudavam em escolas dentro da própria comunidade com o de alunos que estavam matriculados em escolas públicas de bairros nobres próximos à favela onde moravam. O resultado foi que a taxa de repetência escolar era maior nas escolas públicas dos bairros nobres. Conforme Ribeiro, isso decorre do fato de essas escolas atraírem os professores de classe média, em geral mais capacitados, e que exigem mais dos alunos. Ribeiro explica que "isso resulta na reprovação maior dessa população, porque ela já tem uma situação de origem social mais deficiente, com menos chance." (Ribeiro, Jornal do Brasil, 05/09/2006). As escolas localizadas na favela, por outro lado, refletem todas as fragilidades desta localidade, funcionando muitas vezes com pouca infra-estrutura e apresentando uma baixa qualidade do ensino. Elas reprovam menos não porque são melhores, mas porque requerem menos preparo e empenho dos alunos.

Os efeitos da baixa escolaridade da população de favelas podem ser percebidos, de imediato, na dificuldade de inserção dessas pessoas no mercado de trabalho formal, bem como nos baixos salários que auferem, comparativamente aos moradores da cidade. Este aspecto será o tema da próxima seção.

Outra consequência dos baixos níveis educacionais é a elevada taxa de fecundidade²⁰ observada nesses locais. Neri (2004) mostra que a taxa de fecundidade entre adolescentes nas cinco maiores favelas do Rio é cinco vezes maior do que entre as que moram nos cinco bairros de renda mais alta da cidade. O economista observa que "com mais filhos e menos recursos, a família não investe em educação e forma-se um círculo vicioso. Pobreza leva a fecundidade e fecundidade leva a pobreza." (Neri, 2004).

Além da falta de informação, existe um componente cultural que favorece as elevadas taxas de natalidade nas comunidades: as mulheres declaram que têm filhos porque com isso ganham "status e respeito" na vizinhança, além de conquistar a independência dos pais. Já os homens dizem que se sentem "mais viris" com a paternidade²¹. Famílias mais numerosas geram maior vulnerabilidade a todos os problemas já destacados, favorecendo a perpetuação da pobreza.

Note-se, portanto, que a baixa escolaridade contribui para elevação da pobreza na população de favelas, uma vez que reduz o conjunto de oportunidades de escolhas abertas aos indivíduos.

3.7) Mercado de trabalho

A análise das oportunidades oferecidas atualmente no mercado de trabalho para os moradores de favelas nos leva a um resultado um tanto controvertido: se, por um lado, observamos uma elevação da renda nesta população, refletida em uma ampliação considerável do seu poder de consumo, de tal forma que o favelado não consta mais entre as camadas mais pobres nas estatísticas, por outro, verifica-se uma nítida tendência à concentração de elevadas taxas de desemprego neste estrato da população, assim como a predominância do trabalho informal, sem carteira assinada e sem os direitos próprios do trabalhador assalariado.

²⁰A gravidez na adolescência – que a literatura descreve como fenômeno que se vincula principalmente a meninas oriundas de estratos sociais de baixa renda – seria uma importante causa da elevada taxa de fecundidade nas favelas. Este fenômeno estaria contribuindo para exacerbar conflitos familiares e destruir projetos de estudos, vindo a acentuar o grau de vulnerabilidade dos jovens. (Souto de Oliveira, 1999).

²¹ Informação obtida a partir de uma filmagem na favela Rio das Pedras, em 2006, cujo objetivo era selecionar atores para participação no filme "Infância Roubada" do diretor Bruno Barreto.

3.7.1) Renda e poder de compra

Analisaremos a seguir o rendimento mensal dos responsáveis pelo domicílio em 13 favelas cariocas, conforme dados do Censo 2000:

TABELA 12 - Pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes, por valor do rendimento nominal mensal em salários mínimos, segundo as áreas selecionadas - 2000. (Filtrado por setores de favelas)

Favela	Total	até 1/2 SM	1/2 a 1 SM	1 a 2 SM	2 a 3 SM	3 a 5 SM	5 a 10 SM	mais de 10 SM	Sem Renda
Jacarezinho	8704	0,55%	21,69%	28,73%	15,97%	13,95%	6,28%	0,65%	12,17%
Mangueira - São Cristóvão	974	0,21%	19,10%	30,60%	16,32%	14,48%	6,88%	1,23%	11,19%
Maré	3711	0,38%	18,00%	28,16%	17,52%	14,09%	7,11%	0,89%	13,85%
Morro do Alemão	2826	1,10%	20,95%	30,29%	14,61%	11,96%	4,49%	0,28%	16,31%
Morro do Borel	1840	0,43%	20,05%	29,02%	13,10%	12,23%	5,98%	0,43%	18,75%
Morro do Salgueiro	910	0,00%	29,01%	27,69%	14,95%	10,33%	4,51%	1,10%	12,42%
Morro Dona Marta	1262	0,16%	15,13%	34,31%	24,01%	13,47%	3,72%	0,24%	8,95%
Nova Brasília	4286	0,51%	20,93%	25,64%	15,68%	13,67%	5,46%	0,37%	17,73%
Nova Holanda	3676	0,35%	18,80%	26,85%	17,74%	13,30%	6,77%	0,82%	15,37%
Pavão-Pavãozinho	1273	0,86%	7,62%	31,81%	22,07%	18,22%	9,58%	0,79%	9,03%
Rio das Pedras	5444	0,29%	10,08%	28,36%	21,86%	17,74%	8,50%	1,54%	11,61%
Rocinha	16731	0,38%	11,97%	26,58%	19,20%	18,22%	8,86%	1,45%	13,35%
Vidigal	2757	0,04%	11,61%	28,80%	19,01%	17,05%	6,96%	1,23%	15,31%
Média		0,40%	17,30%	28,99%	17,85%	14,52%	6,55%	0,85%	13,54%

Nota: " Rendimentos" = soma de todos os rendimentos recebidos ou a receber em julho de 2000; "sem renda" = quem não possuía qualquer rendimento ou era remunerado somente em benefícios; "salário mínimo" = R\$151,00

Fonte: IBGE, Censo Demográfico . - Base de informações por setor censitário.

De acordo com a tabela, a classe de rendimento com maior número de pessoas é a de 1 a 2 SM (cerca de 29% em média). Há também uma forte concentração de pessoas nas classes de ½ a 1 SM, de 2 a 3 SM e de 3 a 5 SM. De fato, estes números confirmam a tese de que o favelado não é *pobre de renda*, uma vez que a grande maioria tem um rendimento acima de ½ salário mínimo, linha de pobreza comumente utilizada.

Note também que existe uma forte desigualdade de renda entre as diferentes comunidades, sobretudo quando comparadas favelas da Zona Sul com outras da Zona

Norte. Maré, Mangueira, Alemão e Salgueiro apresentam rendas nitidamente inferiores a Rocinha, Vidigal e Pavão-pavãozinho: enquanto nas primeiras cerca de 50% da população auferem uma renda de até dois salários mínimos, nas últimas este percentual é de aproximadamente 39%; diferenciais expressivos também ocorrem no percentual dos que recebem de 5 a 10 salários mínimos: em média 5,5% em favelas da zona norte contra 8,5% naquelas da zona sul.

Embora os moradores de favela não sejam classificados como pobres segundo o critério da renda, percebemos uma nítida desigualdade se compararmos a renda desta população com a renda de habitantes da cidade formal. Veja a tabela 14:

TABELA 13 - Pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes, por valor do rendimento nominal mensal em salários mínimos, segundo as áreas selecionadas - 2000.

RA	Total	até SM	1/2 SM	1/2 até 1 SM	1 a 2 SM	2 a 3 SM	3 a 5 SM	5 a 10 SM	Mais de 10 SM	Sem Renda
Barra da Tijuca	54494	0,13%	3,45%	7,01%	7,01%	7,45%	10,56%	25,13%	5,73%	
Botafogo	92171	0,07%	2,37%	4,60%	4,60%	9,43%	22,17%	44,20%	3,69%	
Campo Grande	137342	0,62%	11,17%	14,00%	14,00%	18,18%	20,34%	42,95%	10,43%	
Copacabana	67191	0,09%	1,85%	4,27%	4,27%	9,62%	23,37%	45,77%	3,70%	
Irajá	61711	0,27%	8,93%	11,34%	11,34%	18,05%	27,03%	52,89%	6,61%	
Jacarepaguá	139142	0,24%	7,43%	11,12%	11,12%	16,01%	22,97%	47,04%	7,25%	
Lagoa	63686	0,06%	1,99%	4,23%	4,23%	7,09%	13,25%	29,44%	3,91%	
Méier	126560	0,21%	6,63%	8,89%	8,89%	15,48%	27,08%	53,14%	5,92%	
Rio Comprido	21559	0,27%	9,44%	11,90%	11,90%	16,24%	20,87%	44,22%	7,52%	
Tijuca	61576	0,10%	3,98%	5,43%	5,43%	9,81%	22,02%	44,35%	4,49%	
Vila Isabel	62445	0,09%	4,08%	5,73%	5,73%	10,79%	24,70%	48,58%	4,23%	
Média		0,20%	5,57%	8,05%	8,05%	12,56%	21,31%	43,43%	5,77%	

Nota: " Rendimentos" = soma de todos os rendimentos recebidos ou a receber em julho de 2000; "sem renda" = quem não possuía qualquer rendimento ou era remunerado somente em benefícios; "salário mínimo" = R\$151,00

Fonte: IBGE, Censo Demográfico . - Base de informações por setor censitário.

Observe que enquanto na população de favelas, cerca de 65% das pessoas que recebem renda se concentram na faixa de ½ a 3 salários mínimos, na cidade formal, apenas 22% das pessoas se situam nesta faixa. Quando analisamos a categoria de renda acima de 10 salários mínimos o diferencial é ainda maior: 0,85% na favela contra 43,43% na cidade.

Embora a remuneração média dos residentes em favelas seja visivelmente inferior à dos habitantes da cidade formal, a pesquisa de Perlman (2004) em uma

amostra da população de três favelas cariocas sugere que o rendimento destas pessoas elevou-se sensivelmente nos últimos trinta anos.

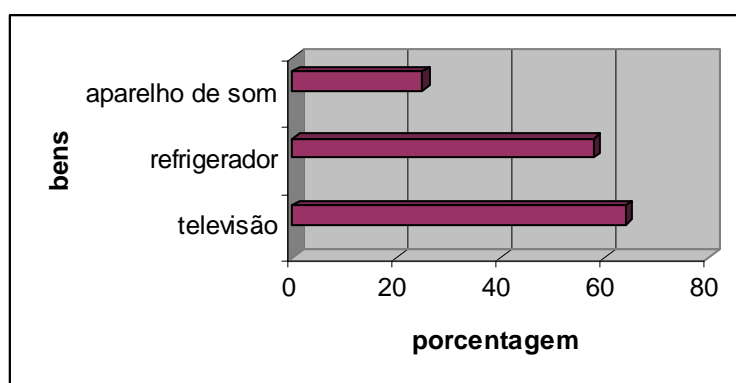
TABELA 14 – Renda familiar média de uma amostra da população favelada: 1969 e 2001

Renda mensal	1969	2001
1 SM ou menos	11%	15%
1 a 2 SM	38%	29%
2 a 3 SM	29%	11%
3 a 4 SM	12%	14%
4 a 5 SM	3%	11%
Mais de 5 SM	6%	20%

Fonte: Perlman, 2004. (Estudo realizado em uma amostra da população de 3 favelas cariocas).

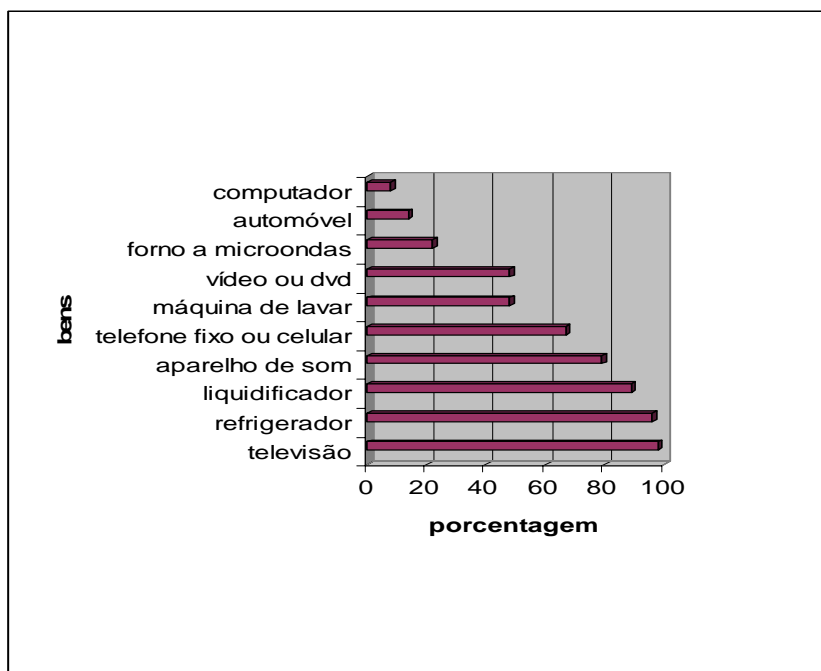
Esta tabela demonstra que houve uma expansão considerável da percentagem daqueles que recebem entre 4 e 5 salários mínimos e daqueles que auferem mais de 5 salários mínimos (ambas as percentagens mais que triplicaram). Por outro lado, houve uma elevação do percentual dos que ganham menos de 1 salário mínimo, embora este aumento não tenha sido muito significativo. Estes dados, apenas, não nos permitem concluir se houve uma elevação da renda média desta amostra da população favelada. Contudo, é possível inferir que houve uma elevação da renda média nesta amostra da população de favelas se observarmos a evolução do poder de consumo destas pessoas neste mesmo período. Observe nos gráficos:

GRÁFICO 1 – Poder de compra das famílias faveladas em 1969



Fonte: Perlman, 2004. (Estudo realizado em uma amostra da população de 3 favelas cariocas).

GRÁFICO 2 – Poder de compra das famílias faveladas em 2002



Fonte: Perlman, 2004 .(Estudo realizado em uma amostra da população de 3 favelas cariocas).

Perceba que houve uma expansão considerável tanto na pauta de bens consumidos como na porcentagem da população com acesso a estes bens. Hoje, quase 100% da população possui televisão e refrigerador, cerca de 70% possui algum tipo de telefone e cerca de 15% é proprietário de um automóvel. Algo inimaginável trinta anos atrás. Esta expansão do poder de compra pode ser explicada também pela redução dos preços dos aparelhos eletro-eletrônicos nas últimas décadas e pelas facilidades de crédito oferecidas pelos grandes estabelecimentos comerciais, eximindo os compradores de comprovar renda, por exemplo. Por outro lado, dada a maior dificuldade que esta população enfrenta para adquirir a casa própria, resta-lhes o consolo de atender a necessidades de consumo de menor valor, como eletrodomésticos e mobiliários.

Vale ressaltar que embora os moradores de favelas estejam ganhando mais e consumindo mais, sua renda ainda é visivelmente inferior à dos moradores da cidade. Neri (2004) comparou pessoas de mesmo sexo, idade, escolaridade e raça que moram na Rocinha e na Lagoa e chegou a uma conclusão surpreendente: os moradores da Lagoa têm renda 90% maior do que os seus pares da Rocinha. O pesquisador explica que a razão desta desigualdade pode estar relacionada à discriminação pelo local da moradia ou à ilegalidade fundiária, ainda que possa haver outros fatores envolvidos.

Note-se também que apesar de a maioria dos moradores de favelas receber mais de ½ salário mínimo – o que os situa acima da linha de pobreza – e apesar desta população ter conquistado um maior acesso aos bens de consumo, a maior parte dos moradores ainda se considera “pobre” e acredita não receber o suficiente para ter uma vida digna. (Perlman, 2004). Ou seja, embora a grande maioria desta população se encontre atualmente acima da linha de pobreza de meio salário mínimo, estes ganhos não se refletiram necessariamente em melhorias de qualidade de vida.

3.7.2) Desemprego e informalidade

Uma análise das estatísticas referentes a taxas de desemprego e trabalho informal revela que as favelas apresentam maiores percentuais destes indicadores relativamente à cidade formal.

A baixa escolaridade é uma das razões que explica o elevado grau do desemprego e da informalidade do emprego entre os moradores de favelas, não esquecendo, é claro, do estigma de *favelado* que eles carregam, sendo muitas vezes necessário omitir o local da moradia para conseguir uma oportunidade no mercado de trabalho²².

O estudo de Marcelo Neri nas cinco maiores favelas do Rio - Cidade de Deus, Rocinha, Complexo do Alemão, Jacarezinho e Maré – e em cinco áreas nobres da cidade – Lagoa, Barra, Botafogo, Copacabana e Tijuca. – revelou que nas comunidades a taxa de formalidade era de 68,92%, enquanto nos bairros ricos este percentual atingia 74,53%. Conforme Neri, a baixa formalidade aliada à reduzida escolaridade explicariam os menores salários da população de favelas.

Outro dado expressivo divulgado nesta pesquisa diz respeito às taxas de desemprego: 19,1% nas favelas contra 9,9% nos bairros formais. O desemprego, conforme Sen, não é meramente uma deficiência de renda, mais que isto, “é também uma fonte de efeitos

²²Um morador da Rocinha de 28 anos diz já ter perdido várias oportunidades de emprego por ser morador de favela. Ele lembra ter sido desclassificado de uma seleção tão logo revelado o local da sua moradia: “Quando você diz seu endereço, logo mudam de assunto. Dizem que vão te ligar e nunca mais ligam. Quem mora na favela é mal visto. As pessoas não entendem que a gente mora ali porque não tem outro jeito”. (V.S.J, 2004, em entrevista ao Jornal do Brasil)

debilitadores muito abrangentes sobre a liberdade, a iniciativa e as habilidades dos indivíduos. Entre seus múltiplos efeitos, o desemprego contribui para ‘exclusão social’ de alguns grupos e acarreta a perda de autoconfiança e de saúde física e psicológica”. (Sen, 2000, p. 35-36). Neri sustenta que o diferencial de desemprego seria a principal razão dos altos índices de violência nas favelas.

Embora os diferenciais de desemprego sejam elevados, os percentuais da população economicamente ativa que procura emprego são praticamente iguais nas favelas e nos bairros formais: 70,1% nas comunidades e 71,2% na cidade. Neri afirma que esta competição faz com que a busca por trabalho por parte da população de favelas se torne uma grande frustração. A desilusão seria potencializada também pelo fato de o morador de favela ser, em média, muito mais jovem do que os candidatos a emprego que residem na cidade – nas comunidades pesquisadas a idade média é de 27,3 anos, já nos bairros nobres a população tem idade média de 38,3 anos.

A pesquisa também derrubou um importante mito sustentado pela cidade formal – o de que moradores de favela trabalham pouco. Conforme Neri, a jornada média semanal de trabalho de um morador da favela é cinco horas maior do que a de um morador do 'asfalto'. Um habitante da Cidade de Deus, favela na Zona Oeste do Rio, trabalha em média quatro horas e meia a mais por semana do que um habitante da Lagoa, contudo, auferir um salário quase seis vezes menor.

Podemos concluir que o mercado de trabalho representa um mecanismo de reforço à exclusão social do favelado, não lhes oferecendo chances reais de mobilidade social nem lhes assegurando os direitos postulados pela Consolidação das Leis Trabalhistas, como seguro desemprego, licença maternidade, FGTS, férias remuneradas, etc. Os moradores de comunidades estão cientes de que para fugir deste mecanismo excludente é preciso ter um talento diferenciado, muita perseverança e poder contar com muita sorte. Claudinho e Buchecha, Zeca Pagodinho, MV Bill, Romário e Ronaldinho são exemplos, entre tantos outros, que dependeram menos da competição escolar e da educação formal e mais de seu talento, de sua garra individual no esporte ou na música, e da sorte para alcançar visibilidade em suas carreiras profissionais.

3.8) Exigências impostas ao favelado na metrópole: pobreza relativa

Além de todas as privações já apresentadas, o favelado convive diariamente com um outro problema que é o fato de estar inserido em uma grande metrópole, onde certos

hábitos de consumo são requeridos para que uma pessoa participe da vida social. Tais exigências impedem que pessoas relativamente pobres (comparativamente aos outros habitantes da cidade) realizem outros funcionamentos que seriam importantes para o seu bem-estar. Um exemplo seria o de um morador de favela que, ao invés de comprar os gêneros necessários para a sua família, gasta o dinheiro em roupas de marca e no tênis "Nike" para seus filhos, que na favela e na cidade quer dizer *status*. “No dia seguinte não lhe resta um tostão, e a miséria continua”. (Mello, 1997, p.15).

A necessidade de apresentar-se de forma adequada é ainda mais imperativa no caso dos residentes em favelas, uma vez que eles precisam compensar ou neutralizar, através das roupas e da aparência, o fato de serem *favelados*. Várias pessoas entrevistadas por Perlman afirmam terem sido vítimas de discriminação pela forma como estavam vestidas:

“[...] há um forte preconceito contra aqueles que não estão vestidos de acordo com o estilo da Zona Sul (i.e., da classe média alta). Isso tem a ver com a propaganda agressiva da televisão relativa a roupas de marca, especialmente jeans, tênis e camisetas.” (Perlman, 2004, p.135).

O sentimento de exclusão pela forma de se vestir é tão forte que chega a ser percebido ainda na infância, como mostra o discurso da psicóloga Yvonne Mello:

“No Natal do ano passado, levei 100 crianças ao cinema para ver *O Rei Leão*. Depois do cinema, fomos lanchar. Tudo correu bem durante o filme. Quando chegamos ao "MacDonald", não quiseram sair do ônibus. A decisão foi unânime. Diante disso, coloquei os lanches nas embalagens para viagem e fomos lanchar debaixo do viaduto no centro da cidade. Não quiseram entrar porque sentiram vergonha de não estarem bem vestidos e calçados, e tiveram medo de alguém olhar e debochar. Eu tive muita pena e meu coração ficou muito pequeno. Eles tinham consciência de sua condição de excluídos, da sua pobreza, e acho que tiveram medo de enfrentar um mundo que só conheciam de fora, pedindo esmolas ou migalhas àqueles que se locupletavam lá dentro.”(Mello, 1997, p.2)

A metrópole desperta nos jovens favelados aspirações que se distanciam um tanto de sua realidade, incentivando-os a valorizar funcionamentos que são próprios de uma sociedade capitalista moderna. Nas esferas do *ser* e do *fazer*, as aspirações destes jovens combinam prestígio social e financeiro, distanciam-se das posições ocupadas por seus pais e estão perfeitamente afinadas com seu próprio tempo. Os caminhos que os atraem são os da moda, do esporte, da alta tecnologia, da informática, da televisão e do

show business. Na dimensão do *ter*, os anseios de jovens pobres se mostram igualmente alinhados com seu tempo, respondendo a uma ideologia de consumo que se propaga em escala mundial e faz da juventude seu principal alvo. É o que, de maneira eloqüente, demonstra uma letra de *funk* produzida por compositores de uma favela carioca:

“A onda do funkeiro meu amigo agora é
De Nike, ou Reebok ou Puma estão no pé
De bermuda da Cyclone ou então da TCK
Boné da Hang-Loose, da Chicago ou Quebra-mar
Outra novidade é o mizuno que abalou
O tênis é responsa, é só andar muda de cor
Existem várias marcas, você vai se amarrar
By Toko, Alternativa, Arte Local ou TCK
Anonimato amigo abala de montão
KK é super *shock*, mas me amarro na Toulon
Inventaram o Le Cheval, que atrás tem uma luzinha
Chinelo trançado da Reedley, Toper, Rainha
Sou o Mc Rogério, Marcelo sangue bom
Moramos em Manguinhos
E cantamos com emoção”.

(*Rap das marcas* - MC Marcelo e MC Rogério)

A necessidade de satisfazer hábitos de consumo tão refinados e muitas vezes não conseguir alcançá-los, mesmo renunciando a bens de primeira necessidade ou elevando a jornada de trabalho, acaba por despertar no morador de favela um sentimento de fracasso e destituição intensos. A pobreza relativa do favelado aparece, portanto, como um agravante da sua privação, significando, mais uma vez, redução da sua liberdade de escolha.

4) Quem quer morar na favela?

Um debate que se coloca hoje na academia e no cenário público é se os moradores de favelas permanecem ali por que querem ou por falta de opção melhor. Esta pergunta é de extrema relevância se estamos utilizando como pano de fundo a concepção de pobreza de Amartya Sen, já que este dado nos fornecerá uma informação a respeito do tamanho do conjunto capacitário destas pessoas, i.e, das suas efetivas oportunidades de escolha. Apresentaremos aqui as opiniões divergentes de dois

renomados pesquisadores sobre este tema, e então buscaremos tirar nossas próprias conclusões.

O estudo, já mencionado, realizado entre 2005 e 2006 em 15 favelas cariocas pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ), coordenado pelo economista Pedro Abramo, mostrou que a maioria dos entrevistados (69%) não trocaria sua casa irregular por imóveis com escritura, mesmo situados em bairros mais valorizados. Nem mesmo se as moradias custassem o mesmo preço dos imóveis situados na cidade. A pesquisa revelou também que do total de pessoas que compraram imóveis nessas áreas nos últimos seis meses, 57% já residiam naquela localidade.

Abramo argumenta que este resultado contribuiu para desconstruir uma série de mitos alimentados pela população da cidade, em especial a idéia de que as famílias compram casas em favelas por falta de opção melhor:

"Na maioria dos casos isso não é verdade. As favelas têm fatores positivos que exercem uma atração muito forte entre a população de baixa renda. [...] Os moradores valorizam a vida nessas comunidades. Há uma importante rede de solidariedade que chega a encarecer o preço dos imóveis." (Abramo em entrevista à FAPERJ, 31/08/2006).

O economista defende ainda que a "liberdade urbanística" existente na favela representa uma outra importante razão para as famílias preferirem os imóveis irregulares a apartamentos formais em conjuntos habitacionais ou quitinetes no centro da cidade, por exemplo:

"Se a família cresce, o imóvel na favela também pode aumentar. Se um filho se casa, seus pais podem construir uma laje e acomodar os novos membros da família na mesma moradia. Se outro filho segue o mesmo caminho, ainda se pode construir um "puxadinho" e instalar a nova família no mesmo terreno". (Abramo em entrevista à FAPERJ, 31/08/2006).

Além da possibilidade de acomodação da família no mesmo terreno, Abramo destaca que a construção da laje pode constituir-se em uma importante fonte de renda para os moradores, uma vez que pode ser vendida ou alugada a terceiros.

Os resultados encontrados pela antropóloga Janice Perlman, contudo, parecem não coincidir com as afirmações de Abramo. A pesquisadora realizou dois importantes estudos em favelas cariocas: um em 1969 e outro em 2002. Das 750 pessoas entrevistadas no primeiro estudo, Perlman conseguiu reencontrar 367 na ocasião

seguinte, i.e., 41% dos entrevistados originais. Assim, a pesquisadora foi capaz de identificar qual foi o destino tomado pelos moradores, pelos seus filhos e netos ao longo de 30 anos: permaneceram eles na favela ou se mudaram para cidade formal? O quadro a seguir nos dá esta resposta:

QUADRO 1 – Onde eles estão hoje?

		Permaneceram na favela	Mudaram-se para conjunto habitacional	Mudaram-se para bairros legais
Amostra aleatória da pop. total	Entrevistados 1º estudo	37%	25%	34%
	filhos	36%	16%	44%
	netos	32%	13%	51%
Amostra aleatória de chefes de família	Entrevistados 1º estudo	11%	21%	61%
	filhos	24%	17%	56%
	netos	28%	6%	58%
Média		28%	16,3%	50,7%

Fonte: Perlman, 2005 (dados relativos a estudos de campo realizados em 1969 e 2002, com base em amostras de três favelas do Rio de Janeiro).

Podemos concluir que apesar de uma forte tendência à perpetuação da pobreza entre gerações, contribuindo para permanência dos filhos e netos de favelados na favela, há evidências fortes de que os moradores optam por sair da favela quando lhes é dada a oportunidade de morar na cidade formal. Este dado também demonstra que parte da população favelada teve acesso à mobilidade social neste período. Perceba que, em média, metade dos entrevistados originais, incluindo também seus filhos e netos, mora hoje em bairros legais; cerca de 16% encontram-se em conjuntos habitacionais; e apenas 28% ainda permanecem na favela. Perlman (2005) explica que a razão principal da

migração dos moradores de favelas para cidade é a crescente atmosfera de medo gerada pela violência e criminalidade nas comunidades.

As pesquisas de Abramo e Perlman chegaram a resultados aparentemente opostos, possivelmente porque partiram de metodologias absolutamente distintas: Abramo utiliza uma metodologia estatística tradicional, já Perlman faz uso de uma amostra que não é representativa.. Logo, os resultados destas pesquisas não são comparáveis. Não pretendo, aqui, questionar o mérito destes trabalhos, porém, parece ter faltado fazer uma pergunta: “Você sairia da favela para morar na cidade caso pudesse levar sua família e amigos com você?” Caso a resposta fosse afirmativa, ratificaríamos a afirmação de que este tipo de capital social é o principal atrativo das comunidades e que, na ausência deste, a preferência dos moradores seria deixar a favela. Uma resposta negativa, por outro lado, indicaria que as comunidades possuem outros importantes atributos além desse tipo de rede social. O capítulo seguinte irá investigar esta questão por meio de um estudo de campo na comunidade do Vidigal.

5) Conclusões

Discutimos até aqui sobre algumas das mais importantes fontes de privação de liberdade que acometem os moradores de favela: estigma, exclusão social, precariedade habitacional, ausência de cidadania, violência decorrente do narcotráfico, precariedade habitacional, ausência de título de propriedade da terra, baixa escolaridade, desemprego, informalidade do emprego, dentre outras. Embora estas fontes de privação não sejam exclusivas dos moradores de favela, podendo ser encontradas também em outras áreas urbanas, na favela elas assumem contornos específicos: ocorrem simultaneamente, em maior intensidade, e resultam em um perverso ciclo vicioso em que um tipo de privação reforça o outro e, conjuntamente, solidificam a imagem depreciativa de *favelado*.

Conforme Perlman (2004), presenciamos a “metamorfose da marginalidade” cujo resultado é uma nova marginalidade caracterizada pela desilusão com a democracia, pela disseminação do medo e pela elevação da desigualdade na favela, a despeito do maior acesso a bens e serviços urbanos.

Se antes a ausência da democracia retirava dos segmentos favelados o direito a bens e serviços essenciais à vida humana, hoje, a segregação, o estigma e a violência fazem com que parte não desprezível da população favelada seja desabilitada dos direitos básicos da cidadania, como a liberdade de expressão, a liberdade de ir e vir, o

direito à segurança, a uma habitação saudável, à educação de boa qualidade, à assistência médica e social, dentre outros. A criminalidade associada ao tráfico de drogas, foco do debate público atual sobre favela, cria um ambiente social e uma cultura que reduzem enormemente a eficácia normativa necessária às práticas e às relações de solidariedade nas comunidades, um dos maiores trunfos para superação das privações graves que afligem os moradores.

Podemos concluir que a pobreza do favelado não é um mito, e sim uma realidade. Habitantes de favelas podem ser considerados pobres, uma vez que, além de perceberem renda relativamente baixa, enfrentam, via de regra, dificuldades para realizar *funcionamentos* importantes, bem como têm sua liberdade de escolha significativamente limitada.

QUADRO 2 - Quadro sinótico comparativo de indicadores socioeconômicos selecionados das favelas e dos bairros da cidade

Indicador	MÉDIA FAVELA	MÉDIA CIDADE
Taxa de informalidade	31%	25,50%
Desemprego	19%	10%
Renda - % até 2 sm	47%	14%
Renda - % 10 ou mais sm	14%	43,50%
Tempo médio de estudo	6,2 anos	11,9 anos
Variação da renda a cada ano de estudo	R\$55,30	R\$240,00
% pessoas alfabetizadas	84%	95%
% pessoas com mais de 12 anos de estudo	2%	35%
% pessoas com menos de 4 anos de estudo	56%	22%

Fontes:

- Taxa de informalidade – Neri (FGV), 2004.
- Desemprego – Neri (FGV), 2004.
- Renda - % até 2 sm e % 10 ou mais sm – soma de todos os rendimentos recebidos em julho de 2000. Salário mínimo = R\$151,00. IBGE, Censo 2000
- Tempo médio de estudo – média dos anos de estudo das pessoas que trabalham, Neri (FGV), 2004.
- Variação da renda a cada ano de estudo - Neri (FGV), 2004.
- % pessoas alfabetizadas – pessoas residentes maiores de 5 anos. IBGE, Censo 2000.
- % pessoas com mais de 12 anos de estudo - pessoas responsáveis pelo domicílio. IBGE, Censo 2000.
- % pessoas com menos de 4 anos de estudo - pessoas responsáveis pelo domicílio. IBGE, Censo 2000.

CAPÍTULO III

FAVELA DO VIDIGAL: UM ESTUDO DE CASO

“Meu primeiro emprego foi num salão em Copacabana, eu tinha 16 anos. Minha patroa dizia que quem me via na rua nunca ia dizer que sou do Vidigal. Porque eu acho que tenho que andar bem vestida e saber falar. Eu dou sorte porque ganho muita roupinha legal da patroa da minha avó. Porque, por exemplo, se você entra num ônibus aqui na frente eles te olham inteira. Infelizmente a gente tá numa sociedade preconceituosa. Se você estiver mal vestida pode até ouvir uma piada. É que nem aquela música do Bezerra da Silva: ‘Infelizmente na lei dos homens você vale somente o que tem.’” (Juliana²³, 19 anos, moradora do Vidigal).

1) INTRODUÇÃO

Neste capítulo buscarei realizar uma integração dos dois capítulos anteriores por meio de um estudo de caso na favela do Vidigal. O primeiro capítulo apresentou o conceito de pobreza de Amartya Sen, já o segundo constituiu-se em uma resenha da literatura recente sobre o tema *favela*. Pretende-se agora demonstrar empiricamente o quanto “ser favelado” resulta em redução das oportunidades de escolha abertas aos indivíduos. Para tanto, foi realizado um estudo na favela do Vidigal, onde 66 moradores foram perguntados sobre as mais diversas dimensões de suas vidas, incluindo desde condições habitacionais até orgulho próprio e felicidade.

A partir dos questionários foi possível a obtenção de um índice de pobreza para esta população. Utilizando a mesma metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Familiar (Paes de Barros, 2003), calculei o *Índice de Liberdade* para a

²³A fim de preservar a identidade das pessoas, todos os nomes apresentados ao longo deste capítulo são fictícios.

população do Vidigal. Este índice representa o grau de pobreza dos moradores desta comunidade conforme o conceito de pobreza de Amartya Sen, ou seja, é um indicador da privação de liberdade destas pessoas.

O estudo de campo foi realizado na comunidade do Vidigal entre os dias 3 de fevereiro e 4 de março de 2007. A escolha desta comunidade como local do estudo deveu-se a diversos fatores. Inicialmente, por recomendação do professor Machado da Silva²⁴, fui orientada a escolher uma favela de características “médias” com relação à totalidade das favelas, isto é, de área média, população média, tempo médio de existência, grau de pobreza médio, etc. Porém, ao longo da redação do segundo capítulo, percebi que outros importantes atributos deveriam ser levados em conta no momento desta decisão. Como as favelas são com frequência controladas pelo tráfico, era necessário conhecer alguém da comunidade que facilitasse meu acesso aos moradores. Este então passou a ser o critério principal da escolha. Além deste fator, a comunidade a ser selecionada deveria apresentar elevados índices de violência, uma vez que esta foi a privação de liberdade que mais se destacou no decorrer da análise da literatura sobre as favelas cariocas. Somando-se a estas características, seria oportuno escolher uma favela que simbolizasse com perfeição a dicotomia da “cidade partida”, ou seja, uma favela incrustada na opulência da zona sul, onde provavelmente os moradores sentiriam com mais intensidade o estigma de *favelado*. Por todas estas razões, a favela escolhida foi a comunidade do Vidigal, localizada entre o Leblon e São Conrado.

Este capítulo está dividido em cinco seções, incluindo esta introdução. Na seção 2 farei uma breve apresentação do Vidigal, contando um pouco de sua história e mostrando alguns indicadores sociais da favela. A seção 3 descreve a metodologia utilizada neste estudo. Na seção 4 são discutidos os resultados da pesquisa e apresentadas as impressões de campo, incluindo depoimentos das entrevistadas. As conclusões do estudo são sintetizadas na seção 5.

²⁴ Professor da disciplina “Rio de Janeiro: a favela na cidade – seleção da literatura recente” oferecida pelo IUPERJ no primeiro semestre de 2006, da qual fui aluna.

2) A FAVELA

Os primeiros barracos do Vidigal começaram a ser construídos na década de 40, na área abaixo da Avenida Niemeyer até a Praia do Vidigal. No início, a comunidade ficou conhecida como Favela da Rampa da Avenida Niemeyer. Em 1950, os barracos foram removidos da parte baixa e montados na parte alta da Avenida Niemeyer. Em 1958 a comunidade foi ameaçada de despejo pela empresa industrial Melhoramentos do Brasil, porém, a formação de uma comissão de moradores impediu que a remoção acontecesse.

A explosão demográfica no local aconteceu nos anos 60 simultaneamente à urbanização dos bairros do Leblon e Ipanema, e sua principal causa está relacionada à imigração de nordestinos. Por ser localizado em uma das áreas mais nobres da cidade, o Vidigal convive com um forte contraste entre os ricos e pobres. A pequena distância entre os prédios residenciais localizados na entrada da favela e na Avenida Niemeyer com as casas precárias do morro cria uma interação inusitada entre diferentes grupos sociais.

A origem do nome Vidigal remonta ao século XIX, à época do Primeiro Império (1822-1831). Trata-se de uma homenagem ao major de milícias e cavaleiro da Ordem Imperial do Cruzeiro, Miguel Nunes Vidigal, um dos homens mais influentes da cidade neste período. O major fora presenteado com um enorme terreno aos pés do Morro Dois Irmãos, exatamente onde hoje se situa a favela. Daí a origem do nome Vidigal, que batizou primeiro a praia e depois a comunidade.

Conforme o último Censo do IBGE (2000), o Vidigal conta com uma população de 9364 pessoas, as quais se distribuem em 2757 domicílios, todos classificados como permanentes. Trata-se de uma população relativamente grande, porém pouco expressiva quando comparada à Maré (113.817 pessoas), ao Morro do Alemão (65.636 pessoas) ou à Rocinha (56.313 pessoas).

Todos os domicílios do Vidigal têm acesso à luz elétrica, 96% possuem água canalizada e 97% dispõem de esgotamento sanitário (rede geral ou fossa séptica). (IBGE, 2000). De acordo com a tabela 11 do segundo capítulo, 14,7% dos moradores do Vidigal são analfabetos, o que o situa um pouco abaixo da média das outras favelas: 15,7%. Dados relativos a renda e mercado de trabalho encontram-se um tanto defasados, já que os mais recentes a que tive acesso foram os oferecidos pelo IETS, referentes ao ano de 1998. Conforme este órgão, a renda média da população ocupada

do Vidigal totalizava R\$347,17 em 1998. Já a renda domiciliar per capita somava R\$153,44. Estes valores encontravam-se um pouco acima das médias das demais 45 favelas pesquisadas, as quais eram respectivamente R\$333,67 e R\$137,75.

Dentre a população economicamente ativa do Vidigal, 58% dos trabalhadores possuíam carteira assinada, 22,4% trabalhavam sem carteira, e 17,1% trabalhavam por conta própria. A diferença de renda total média entre estas três categorias não se revelou significativa: R\$331,44 com carteira, R\$325,42 sem carteira e R\$379,13 por conta própria. A grande maioria da população ocupada atuava no setor de serviços (66,5%). O comércio empregava 15,9% dos trabalhadores, outros 7,6% trabalhavam na construção civil e apenas 5,7% se encontravam na indústria. A taxa de desemprego atingia 10,8% da população do Vidigal – percentual este que pouco diferia da média das demais comunidades (10,6%). É bastante provável que hoje estas taxas sejam maiores. O estudo de caso irá nos oferecer esta informação para uma amostra da população do Vidigal.

Nos últimos 10 anos a favela do Vidigal esteve em evidência na mídia pelos seus elevados índices de violência – a disputa permanente pelo controle da atividade do tráfico de drogas no local conduz a tiroteios frequentes envolvendo facções rivais do tráfico bem como guerras destas com a polícia, os quais acabam colocando em risco a vida de toda a população, quando, não raro, resultam em morte de inocentes.

Minha primeira incursão no Vidigal ocorreu numa tarde de sábado, um dia de bastante movimento na favela. Na garupa de um mototaxi (o meio de transporte mais comum naquele local), subi as ladeiras do Vidigal rumo ao Nós do Morro, a reconhecida escola de teatro que seria minha ponte de acesso aos moradores.

A primeira forte impressão que tive do local foi o impacto da vista: de um lado a riqueza da zona sul, com suas lindas praias e edifícios majestosos, do outro, a favela, um amontoado de casas em tijolo cru, sem cores, sem beleza alguma, mas repleta de vida. Avistei várias pipas no céu, como é de costume se ver nos filmes. Vi o entardecer lá do alto, ao som de funk, ao lado de uma barraca de churrasquinho, acompanhada de meus recém-amigos do Nós do Morro. Percebi naquele instante que um belo trabalho me aguardava e, se em algum momento pensei em desistir daquela pesquisa por medo, todos os meus temores foram dissipados naquela primeira visita à favela.

3- METODOLOGIA

3.1) Escolha da amostra

A escolha de uma amostra para população do Vidigal não se mostrou uma tarefa fácil. A princípio, optei por construir uma amostra com base em uma seleção aleatória, seguindo a metodologia que o IBGE utiliza em suas pesquisas. O primeiro passo consistiu em obter um mapeamento da área, com seus distintos setores e nomes de ruas, o qual me fora cedido pelo IBGE. Em seguida, foi necessário identificar dentre os setores mapeados para o bairro do Vidigal aqueles que apresentavam características de favela, já que o Vidigal inclui também áreas nobres próximas ao Leblon e São Conrado. Uma vez localizados os setores que compunham a favela, foi preciso identificar os nomes das ruas que integravam cada setor. Estes dados também me foram disponibilizados pelo IBGE através das folhas de coleta do Censo 2000 para o Vidigal. O próximo passo consistiria em escolher o tamanho da amostra e fazer a seleção aleatória dos domicílios por meio de um *software*, o qual iria determinar os domicílios a serem entrevistados em cada setor.

Nesta etapa, contudo, uma série de dificuldades se fizeram presentes:

- Favelas são territórios extremamente dinâmicos, de maneira que desde o último Censo, em 2000, muitas novas casas foram construídas, outras não existem mais, novas ruas foram criadas e outras não são mais conhecidas pelos seus nomes oficiais e sim pelos seus “apelidos”. Assim, na prática, os entrevistadores teriam grande dificuldade para localizar determinados domicílios e ruas, o que atrasaria muito a pesquisa. Por outro lado, se eu optasse por uma seleção aleatória baseada no Censo 2000, os domicílios localizados em áreas recém construídas ficariam fora da amostra.
- Como as informantes seriam, a priori, mulheres, haveria uma grande probabilidade de os domicílios da seleção aleatória não serem adequados ao meu estudo, já que nem todos apresentariam uma mulher para responder ao questionário.
- Uma visita prévia à comunidade revelou que um grande número de pessoas se recusaria a responder ao questionário, seja por medo ou desconfiança, seja por insegurança quanto a sua capacidade de responder às perguntas. Haveria, portanto, uma elevada taxa de recusas caso fosse necessário entrevistar domicílios pré-selecionados.

- A favela do Vidigal é hoje controlada pelo tráfico, o qual impõe severas limitações à circulação de não moradores na comunidade, bem como regula a entrada e saída de informações daquele território. Fui alertada, inclusive, de que nem mesmo os carteiros estavam autorizados a deixar correspondências nos domicílios. Estas deveriam ser entregues previamente à associação de moradores, e somente após seus destinatários poderiam recuperá-las. Diante desta informação, percebi que o caminho mais adequado para se adentrar a comunidade não seria o da associação de moradores, e que minhas visitas ao Vidigal deveriam ser monitoradas por algum morador daquele local. Estas circunstâncias limitariam sobremaneira minha liberdade para circular na favela, tornando também dificultosa a tarefa de entrevistar domicílios pré-selecionados.

Por todas estas contingências, optei por não fazer uma seleção aleatória da amostra. Em vez disto, construí uma amostra baseando-me em critérios práticos, seguindo apenas a setorização do IBGE (ver anexos 5 e 6). Os critérios foram os seguintes:

- 1) O tamanho da amostra estaria condicionado à disponibilidade de tempo, bem como à acessibilidade aos moradores. O número mínimo de domicílios a ser entrevistado seria 50. Quanto maior o número de questionários aplicados, mais representativo seria o resultado.
- 2) Os 50 questionários iniciais seriam repartidos uniformemente entre os 11 setores do Vidigal, o que daria uma média aproximada de 5 questionários por setor. Caso houvesse tempo para aplicar mais questionários, estes seriam igualmente divididos entre os setores. Desta forma teríamos a garantia de estar abrangendo elementos possivelmente heterogêneos da população.
- 3) Em cada setor seriam percorridas ruas distintas, sempre buscando abranger o maior número possível de ruas e becos.
- 4) O setor de número 300 ficaria fora da pesquisa tendo em vista que ali se concentra a maior parte das atividades do tráfico.
- 5) A escolha dos domicílios se daria em campo, no decorrer da pesquisa, já que o critério principal passou a ser o da acessibilidade aos moradores. Ou seja, eu entrevistaria as moradoras cuja abordagem fosse facilitada

pelo meu “monitor” – o morador do Vidigal que me acompanharia em todas as entrevistas.

Cabe ressaltar que uma vez feita a opção por não se realizar a seleção aleatória da amostra, será impossível efetuarmos a expansão da mesma. Se a seleção não é aleatória, a probabilidade de escolha de cada domicílio será desconhecida, portanto, o fator de expansão ficaria viesado. Como o objetivo da expansão é tornar a amostra o mais representativa da população possível, e já que este estudo prescindirá deste recurso, procuraremos compensar esta falha de duas formas: i) distribuindo os questionários de maneira o mais uniforme possível entre os setores da favela; ii) compensando a perda quantitativa dos resultados por um ganho qualitativo dos mesmos, isto é, refinando o questionário com perguntas subjetivas e registrando, sempre que possível, os depoimentos das entrevistadas.

3.2) Por que mulheres como informantes?

Neste estudo, optei por entrevistar apenas moradoras da comunidade do Vidigal. A escolha de mulheres como informantes deveu-se ao fato de que são as mães, via de regra, que permanecem com os filhos quando as famílias se desfazem. Visto que as crianças representam a maior fonte de vulnerabilidade das famílias, a melhor forma de aferir tais vulnerabilidades consiste em obter informações a partir de quem cuida das crianças, isto é, suas mães.

3.3) O questionário

Conforme ressaltei no capítulo I, a operacionalização da abordagem de pobreza de Amartya Sen tem privilegiado a medida dos funcionamentos em detrimento à medida das capacitações. Isso decorre da maior dificuldade em se obter informações precisas relativas ao conjunto capacitário dos indivíduos (sua liberdade para escolher) comparativamente aos seus funcionamentos realizados. Supõe-se, portanto, que os funcionamentos atingidos sejam indicadores indiretos da liberdade para escolher, isto é, assume-se que se um indivíduo conseguiu realizar um funcionamento é porque ele teve alguma liberdade de escolha para realizá-lo. Seguindo esta tendência, optei por elaborar

um questionário que buscasse mensurar o quanto as famílias do Vidigal estão atingindo funcionamentos importantes.

As perguntas do questionário foram elaboradas a partir da abordagem de pobreza de Amartya Sen, apresentada no capítulo I, bem como da observação das principais privações de liberdade que acometem os moradores de favelas cariocas, muitas delas mencionadas no capítulo II. Optou-se por utilizar a abordagem direta medindo-se exclusivamente funcionamentos através de um “ordenamento parcial”. Ou seja, alguns funcionamentos foram selecionados como significativos e ter mais de cada funcionamento indica uma situação melhor.

A leitura integrada dos capítulos I e II resultou na identificação de treze funcionamentos relevantes para se avaliar o grau pobreza dos moradores do Vidigal:

- 1) Morar bem
- 2) Ser saudável
- 3) Realizar um trabalho gratificante
- 4) Ter boa escolaridade
- 5) Ter os filhos protegidos
- 6) Comer adequadamente
- 7) Vestir-se adequadamente
- 8) Ter acesso a serviços básicos
- 9) Não sofrer preconceito
- 10) Viver sem medo
- 11) Participar da vida da comunidade
- 12) Participar da vida associativa da cidade
- 13) Ser feliz e ter orgulho próprio

Cada um dos funcionamentos foi avaliado por meio de perguntas objetivas e subjetivas, buscando-se contemplar um conjunto variado de indicadores em cada caso. O questionário foi composto de 91 perguntas, sendo 69 binárias, i.e., cujas respostas sejam sim ou não, e o restante objetivas (do tipo “a,b,c,d,e”) ou subjetivas.

Para cada funcionamento há um número diferente de indicadores, dependendo da abrangência do mesmo, porém não da sua importância. Por exemplo, o funcionamento “morar bem” foi avaliado por meio de oito indicadores, ao passo que

“comer adequadamente” incluiu apenas dois. Isto não significa que “morar bem” seja mais importante que “comer adequadamente”, apenas ocorre que há mais informações relevantes para o primeiro do que para o segundo.

Algumas perguntas requerem explicações mais específicas, são elas:

- 1) Você gostaria de ter estudado mais tempo, mas não teve a oportunidade?
- 2) Você optaria por outra profissão se pudesse?
- 3) Você trocaria sua casa por outra do mesmo tamanho e preço que a sua, com escritura, que fosse situada em um bairro da cidade?
- 4) Caso a resposta acima tenha sido negativa: E se você pudesse levar seus amigos e familiares com você?
- 5) Você gostaria que seus filhos e netos saíssem da favela e fossem morar em um bairro da cidade?

Estas perguntas se propõem a identificar se a situação atual vivida pelo entrevistado é fruto de uma escolha sua ou não, isto é, se ele optaria por “ser” e “fazer” coisas diferentes caso tivesse a oportunidade. Logo, embora estas perguntas estejam medindo um funcionamento realizado, elas nos fornecem uma informação direta sobre a liberdade de escolha dos indivíduos.

Cabe ainda um comentário adicional sobre as perguntas 3 e 4. A pergunta três tem por objetivo conhecer a percepção que o morador do Vidigal possui do local onde vive: se ele acredita que haja localidades melhores para se viver e se ele se encontra ali por falta de opção melhor. Esta pergunta foi objeto da pesquisa realizada por Pedro Abramo em um conjunto de favelas cariocas em 2005, cujo resultado mostrou que 69% dos moradores não se mudariam da favela. Porém, conforme ressaltai no capítulo II, não foi possível saber se esta decisão decorria essencialmente da existência de laços de amizade na favela ou se haveria outros fatores envolvidos nesta escolha. Por esta razão, julguei oportuno incluir a questão 4 no questionário. Assim saberemos em que medida o capital social interfere na decisão de os moradores permanecerem na favela.

Vale destacar que nem todas as perguntas do questionário se destinavam a medir funcionamentos. Houve também perguntas genéricas como “Por que você veio morar no Vidigal?” ou “O que há de melhor em morar no Vidigal?”. Tais perguntas não se destinam ao cálculo do Índice de Liberdade, embora sejam de grande importância para análise dos resultados.

Ao final do questionário, há uma pergunta cujo objetivo é atribuir pesos aos diferentes funcionamentos avaliados nesta análise. Procurou-se saber qual a importância que cada informante atribuía a cada um dos funcionamentos, para tanto, foi solicitado que eles os avaliassem através de notas 1, 2 ou 3. Estes pesos poderiam ser úteis para o cálculo do Índice de Liberdade, embora ainda não se soubesse se seria necessário atribuir tais pesos: tudo dependeria da existência ou não de diferenças significativas nas notas finais que os informantes dariam para cada funcionamento.

A elaboração deste questionário também não se revelou uma tarefa elementar. Apesar de existir uma ampla literatura sobre a abordagem de Amartya Sen, não foi possível encontrar nenhum questionário nos estudos que se propunham a operacionalizar esta abordagem. Há no Brasil um trabalho denominado “Pobreza como privação de capacitações no Rio Grande do Sul” (Picolotto, 2005) que apresenta uma medida da pobreza deste estado através do critério da liberdade de escolha. Embora este estudo tenha oferecido boas fundamentações teóricas para redação do capítulo I, ele pouco foi útil na elaboração deste questionário. Ocorre que o referido trabalho não compreendia um estudo de campo, em vez disto, os funcionamentos foram medidos a partir de dados das PNADs (IBGE).

Sendo assim, a criação deste questionário revelou-se um grande desafio. Por receio de excluir indicadores relevantes, o questionário resultou em uma entrevista extensa e em profundidade (ver anexo 4), requerendo em média uma hora de cada informante.

3.4) Índice de Liberdade (IL)

A função do questionário anteriormente descrito é a de prover dados que possibilitem calcular um índice de bem-estar para população do Vidigal, o qual denominaremos “Índice de Liberdade”.

O cálculo do Índice de Liberdade parte de uma metodologia similar à adotada por Paes de Barros *et al* (2003) na construção do Índice de Desenvolvimento da Família (IDF), um índice multidimensional de pobreza que se propõe a adotar uma base informacional mais abrangente que os tradicionais IDH e ICV (IPEA), além de ser passível de desagregabilidade²⁵, ao contrário destes últimos. O IDF contempla 6

dimensões da vida humana, as quais são investigadas por meio de 48 indicadores retirados das PNAD. O IL, por seu turno, baseia-se em 13 funcionamentos, sendo estes mensurados através de 60 indicadores obtidos a partir dos questionários. Seguindo o procedimento adotado por Paes de Barros *et al*, o cálculo do IL consiste nas seguintes etapas:

1) Cada indicador é, na realidade, uma pergunta que se faz à família. Se a resposta à pergunta indicar uma limitação à realização do funcionamento, atribui-se valor 0 (zero) a este indicador. Por exemplo, no funcionamento “morar bem” se o informante responde ‘SIM’ à pergunta: “Já houve desabamento próximo à sua casa?”, computa-se 0 (zero) para este indicador, se ele responde ‘NÃO’, computa-se 1 (um).

2) Calcula-se, então, o IL para cada uma das famílias. Obtém-se inicialmente o IL de cada funcionamento daquela família somando a pontuação das perguntas que compõem o funcionamento e dividindo pelo número de perguntas. Para encontrar o IL da família basta fazer a média dos ILs dos funcionamentos desta família. Optei por fazer uma média simples, já que a última pergunta do questionário, referente à importância que as entrevistadas atribuíam a cada funcionamento, revelou pesos praticamente idênticos a todos os funcionamentos.

3) Uma vez calculados os ILs de cada família, basta fazer uma média simples destes índices para encontrar o IL da população do Vidigal²⁶. O resultado obtido será necessariamente um número entre 0 (zero) e 1 (um). Quanto mais perto de um, *maior* o grau de liberdade da família e, portanto, *menor* o seu grau de pobreza.

Encontrado o Índice de Liberdade, resta-nos saber se o resultado obtido indica ou não uma situação de pobreza. Para isto, seria necessário estabelecer uma linha de pobreza. Aqui, optei mais uma vez por seguir a metodologia do IDF, porém não

²⁵ É possível calcularmos o IDF de um único indivíduo, ou de uma família, ao passo que o IDH e o ICV apenas calculam o índice de pobreza de uma região geográfica.

²⁶ Outra forma de calcular o IL para população do Vidigal é calcular inicialmente o IL de cada funcionamento na população total e em seguida fazer a média destes. Obviamente, o resultado deve coincidir com o do outro procedimento.

integralmente. Como Paes de Barros, consideraremos de forma arbitrária que a linha de extrema pobreza será 0,5 (1/2) e a linha de pobreza 0,67 (2/3). Aqueles que se encontrarem abaixo destes valores serão extremamente pobres ou pobres, respectivamente. Apesar de arbitrária, a linha de 0,67 se justificaria pelo fato de os indicadores utilizados para o cálculo dos funcionamentos serem, de um modo geral, indicadores básicos (ex: “a casa é de tijolos”, “dorme mais de 6 horas”, “nenhuma criança deixou a escola para trabalhar”). Logo, é de esperar que realizações tão elementares sejam facilmente alcançadas pelas famílias, daí a escolha de um valor inferior a 0,67 para linha de pobreza.

No entanto, nossa análise do IL não se esgota aí. O que diremos a respeito de uma família que apresentar um IL igual a 0,85? Estará esta família totalmente livre da pobreza? Como interpretar este número? Um bom entendimento da concepção de pobreza de Amartya Sen nos leva a concluir que um IL igual a 0,85 sugere a existência um certo grau de pobreza nesta família. Para Sen, todos os indivíduos ou famílias podem estar vivenciando algum grau de pobreza em algum instante do tempo. Esta é a interpretação *fuzzy*²⁷ do conceito de pobreza.

²⁷Um índice de pobreza fuzzy atribui um grau de pertinência de um elemento (indivíduo, família, região, etc.) em relação à pobreza. Este grau de pertinência corresponde a um número entre 0 e 1: quanto mais perto de 1 mais pobre é, permitindo um estudo comparativo desses elementos em relação à pobreza. No estudo clássico, a partir da demarcação de uma linha de pobreza dividi-se os elementos estudados em 2 grupos – pobres e não-pobres –, sem estabelecer nuances entre os elementos de um mesmo grupo.

4) RESULTADOS

Nesta seção será realizada uma análise quantitativa e qualitativa das respostas obtidas no questionário. Apresentaremos inicialmente os resultados das respostas binárias, a partir das quais será calculado o Índice de Liberdade para o Vidigal e, em seguida, serão avaliados os resultados das respostas objetivas e subjetivas.

Buscarei descrever algumas experiências vivenciadas ao longo desta pesquisa, como as reações das entrevistadas a algumas perguntas, os relatos mais comoventes, os mais bem-humorados, enfim, algumas percepções de campo que não foram expostas em números, mas que muito têm a acrescentar ao nosso estudo.

4.1) Índices de Liberdade por funcionamentos

Apresentaremos nesta subseção os resultados dos índices de liberdade obtidos para cada funcionamento da amostra da população do Vidigal e seus respectivos comentários. Os funcionamentos estão divididos por tabelas. Nas linhas encontram-se as perguntas que integram cada funcionamento, porém, estas foram modificadas em relação ao questionário: foram abreviadas e reescritas de tal forma que um “SIM” denote sempre “riqueza” e “NÃO” indique “pobreza”. O IL de cada indicador também pode ser interpretado como a porcentagem de pessoas que responde “SIM” àquele item.

TABELA 15 – Funcionamento “morar bem”

Indicadores	IL
Possui casa própria	0,742
Ventilação é adequada	0,652
Não há 4 ou mais pessoas por dormitório ²⁸	0,833
Casa construída de tijolo	1
Casa possui reboco	0,742
Nunca sofreu desabamento	0,742
Nunca foi impedido de subir o morro	0,561
Nunca foi impedido de voltar para casa	0,515
Média do funcionamento	0,723

Fonte: Estudo de campo na favela do Vidigal (Santos, 2007).

²⁸ Conforme determinação do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UN – Habitat, 2002) é insalubre a moradia na qual um mesmo cômodo serve de dormitório para 4 ou mais pessoas.

O funcionamento “morar bem” apresentou um IL igual a 0,723 – um resultado relativamente bom quando comparado à média dos outros funcionamentos. Assumindo-se 0,67 como linha de pobreza, os moradores do Vidigal não são pobres neste funcionamento, embora apresentem um certo grau de necessidades insatisfeitas.

Vale destacar que apesar de 74% das entrevistadas residirem em casa própria, o que equivale a 49 moradoras, apenas 3 delas possuíam escritura formal. A maioria dos domicílios próprios, cerca de 73%, no entanto, dispunha de um documento²⁹ da associação de moradores que atestava a sua propriedade. Contudo, este documento é válido somente dentro da própria comunidade, não lhe sendo assegurado valor jurídico algum na cidade. Conforme destacamos no capítulo II, bens destituídos de direitos de propriedade são posses incompletas na medida em que dificilmente geram frutos. A impossibilidade de comprovação da propriedade para fins de empréstimo é um exemplo desta dificuldade.

Os melhores índices para este funcionamento foram os relativos ao tipo de material das construções: todas as casas eram feitas de tijolo; e ao número de pessoas por dormitório: em 83,3% dos domicílios não havia 4 ou mais pessoas dormindo em um mesmo cômodo. Os piores índices estão relacionados à ausência de liberdade para se acessar o domicílio, seja pelo impedimento de subir o morro (43,9% disseram já ter sido impedidos) ou pela impossibilidade de voltar para casa (49,5% informaram terem sido impedidos de voltar para casa). Dentre os que foram impossibilitados de subir o morro, 7% foram impedidos pela polícia, 14% pelo tráfico e 79% disseram não ter subido em razão de tiroteios. Dentre aqueles que foram impedidos de voltar para casa, 13% atribuíram como responsável o tráfico, 19% a polícia e 68% os tiroteios.

Muitas entrevistadas demonstraram embaraço ao serem perguntadas sobre a impossibilidade de subir o morro ou voltar para casa, outras souberam disfarçar o constrangimento com bom-humor. Confira algumas respostas registradas para as referidas perguntas:

²⁹Quando perguntávamos às entrevistadas se seu domicílio possuía escritura formal, a maioria desconhecia este termo e informava que possuía um “papel” da associação de moradores. A partir do questionário de número 40, passamos a perguntar também se elas possuíam um documento da associação que comprovasse a propriedade da casa. Logo, a porcentagem de 73% refere-se a uma amostra de apenas 26 questionários.

- Você já foi impedido de subir o morro?

“Sim umas três ou mais vezes. Também já não consegui descer para trabalhar.” (Juliana, 19 anos).

“Essa pergunta é sinistra!” (Márcia, 30 anos, recusou-se a responder).

“Sim, já dormi na calçada muitas vezes.” (Laura, 32 anos).

“Não, subo correndo!(risos)”. (Flávia, 34 anos).

Quanto a esta pergunta, lembro-me do caso de uma senhora que disse nunca ter sido impedida de subir o morro, mas quando perguntei sobre o que há de pior em morar no Vidigal, ela respondeu: “não poder subir o morro quando tem tiroteio!”. Houve outros casos de contradições como esta, bem como outras recusas em responder, o que nos leva a acreditar que algumas entrevistadas optaram por omitir informações, ou mesmo mentir, de onde se infere que a liberdade de expressão é restrita na favela.

- Já aconteceu de você não poder voltar para casa?

“Sim, os bandidos estavam escondidos na minha varanda durante o tiroteio.” (Elisa, 39 anos).

“Sim, uma vez encontrei uma granada no quintal da minha casa e tive que chamar o anti-bombas para desarmar.” (Lívia, 34 anos).

TABELA 16 – Funcionamento “ser saudável”

Indicadores	IL
Dorme mais de 6 horas por noite	0,662
Não sofre de estresse	0,369
Pratica atividade física	0,333
Nunca deixou de ser atendido por médico	0,576
Sempre teve recursos para remédio	0,379
Crianças <1 ano vão ao médico	0,91
Faz exame ginecológico regularmente	0,758
Postos de saúde são suficientes	0,108
Nunca houve doenças infecto-parasitárias na família	0,727
Já fez mamografia (>40 anos)	0,73
Sabe que postos de saúde oferecem métodos contraceptivos.	0,939
Sabe como prevenir doenças sex. transmissíveis	0,97
Média do funcionamento	0,622

Fonte: Estudo de campo na favela do Vidigal (Santos, 2007).

“Ser saudável” revelou um IL igual a 0,622, o que classifica a população do Vidigal como pobre neste funcionamento. Os índices que mais contribuíram para queda deste resultado foram a carência de postos de saúde na comunidade – apenas 10,8% das entrevistadas se disseram satisfeitas com a quantidade de postos de saúde (há apenas 1 posto no Vidigal); a falta de recursos para comprar remédios – 62% já vivenciaram este problema; a reduzida porcentagem de pessoas que praticam alguma atividade física (33%) e o estresse vivido por 63% das mulheres, cujas razões são as seguintes:

- Preocupação com dinheiro: 38%
- Medo (sobretudo medo de deixar os filhos sozinhos em casa): 21%
- Muito cansaço (trabalha fora de casa e em casa): 17%
- Outros: 24%

Confira algumas respostas relacionadas ao estresse vivenciado pelas moradoras e às deficiências no atendimento de necessidades relativas à saúde:

- Por que você considera sua vida estressante?

“Porque sou muito nova e tenho que me dividir em três: cuidar de casa, de filho e trabalhar. Podia tá só estudando e indo à praia.” (Juliana, 19 anos).

- Quantas horas você dorme por dia?

“Na vida que a gente vive você não dorme, descansa.” (Lurdes, 42 anos).

- Alguém já precisou de remédio e você não pode comprar?

“Uma vez eu estava com problema de pressão e sem nenhum centavo. Então me ajoelhei em frente ao vendedor da farmácia e pedi o remédio. Ele me deu o remédio na hora e no dia seguinte foi lá em casa pegar o dinheiro.” (Vera, 42 anos).

- Faltam postos de saúde na comunidade?

“Sim. Ali é pague para entrar e reze para sair.” (Rosa, 35 anos).

“Pra falar a verdade, nunca consegui médico ali. Tem que chegar às 5 horas e ainda assim não consegue.” (Marta, 37 anos).

Em contrapartida, cinco indicadores se revelaram surpreendentemente satisfatórios neste funcionamento: a porcentagem de crianças com menos de 1 ano de idade que vão ao médico regularmente (91%); o grau de instrução das mulheres quanto à possibilidade de obter métodos contraceptivos gratuitamente (94%) e quanto às formas de prevenir doenças sexualmente transmissíveis; e o percentual de mulheres que realiza exame ginecológico pelo menos uma vez ao ano (76%) e que já realizou mamografia (73% das mulheres com mais de 40 anos).

TABELA 17 - Funcionamento “realizar um trabalho gratificante”

Indicadores	IL
Encontra-se empregada	0,755
Possui carteira assinada	0,482
Trabalha até 8 horas por dia	0,509
Não gostaria de ter outra profissão/ocupação	0,338
Não gostaria de ter estudado mais	0,152
Média do funcionamento	0,447

Fonte: Estudo de campo na favela do Vidigal (Santos, 2007).

Este funcionamento nos revela que menos da metade das moradoras do Vidigal (44,7%) se julgam gratificadas pelo trabalho que desempenham. Este resultado denota, portanto, que a população desta comunidade é extremamente pobre neste funcionamento. O desemprego atinge 24,5% das mulheres; dentre os que trabalham, apenas 48,2% possuem carteira assinada; 50,9% das entrevistadas trabalham mais de oito horas por dia; 63,6% desejariam de ter outra ocupação ou profissão; e 84,8% gostariam de ter estudado mais, porém não tiveram a oportunidade. Com relação a este último item, perguntamos às entrevistadas o que as impediu de continuar os estudos e obtivemos as seguintes respostas:

- Porque teve que trabalhar: 48,3%
- Porque teve que cuidar dos filhos: 23,3%
- Por outros motivos (preguiça, os pais não estimularam, temia sair à noite de casa, a escola era longe, etc.): 28,3%

Perguntamos às moradoras do Vidigal que profissão elas exerciam e que outra profissão gostariam de exercer caso não estivessem satisfeitas com a sua. Observe os resultados:

TABELA 18 – Profissões exercidas pelas moradoras do Vidigal

PROFISSÃO	Freq. Absoluta	Freq. Relativa
Doméstica	13	0,20
Serviços Gerais	6	0,09
Comerciante	5	0,08
Diarista	4	0,06
Dona de casa	4	0,06
Manicure	4	0,06
Cabelereira	3	0,05
Costureira	2	0,03
Operadora de caixa	2	0,03
Aux. Administrativa	2	0,03
Vendedora	2	0,03
Aposentada	3	0,05
Professora	1	0,02
Artesã	1	0,02
Operadora de fotocopiadora	1	0,02
Atendente	1	0,02
Agente comunitária	1	0,02
Telefonista	1	0,02
Técnica em eletrônica	1	0,02
Recreadora	1	0,02
Babá	1	0,02
Cozinheira	1	0,02
Balconista	1	0,02
Esteticista	1	0,02
Sem ocupação	1	0,02
Estudante	1	0,02
Pensionista	1	0,02

Fonte: Estudo de campo na favela do Vidigal (Santos, 2007).

Note que a grande maioria da amostra atua no setor de serviços (mais de 90%). Devemos levar em conta que o fato de a amostra ser composta apenas por mulheres pode estar contribuindo para elevação deste percentual.

É compreensível que 64% das entrevistadas tenham manifestado o desejo de ter outra ocupação, haja vista que a maioria das profissões por elas exercida é muito mal remunerada, geram desgaste físico ou não são devidamente reconhecidas. Quando perguntamos que outra profissão elas gostariam de desempenhar, as respostas foram:

TABELA 19 – Profissões almejadas pelas moradoras do Vidigal

PROFISSÃO	Freq. Absoluta	Freq. Relativa
enfermagem	6	0,13
cabelereira	3	0,07
secretária	3	0,07
veterinária	3	0,07
fisioterapia	2	0,04
qualquer outra	2	0,04
costureira	2	0,04
comerciante	2	0,04
vendedora	2	0,04
secretária	2	0,04
motorista	1	0,02
passadeira	1	0,02
estoquista	1	0,02
atriz	1	0,02
médica	1	0,02
pianista	1	0,02
administração	1	0,02
acompanhante idoso	1	0,02
telefonista	1	0,02
telemarketing	1	0,02
jardinagem	1	0,02
bióloga	1	0,02
camareira	1	0,02
psicologia	1	0,02
magistério	1	0,02
diarista	1	0,02
computação	1	0,02
caixa	1	0,02
Presidente da República	1	0,02

Fonte: Estudo de campo na favela do Vidigal (Santos, 2007).

Dentre as mulheres que informaram querer trocar de profissão, houve quem afirmasse preferir qualquer outra profissão à sua. Observe que 10 moradoras dentre as 29 da tabela apresentaram aspirações muito modestas. Tal atitude pode ser justificada por uma adaptação das aspirações às possibilidades reais, ou seja, preferências adaptativas (ver capítulo I). Outras, menos numerosas, mostraram-se bastante ambiciosas.

TABELA 20 – Funcionamento “ter boa escolaridade”

Indicadores	IL
Chegou ao segundo grau (tendo ou não concluído) ou ingressou na universidade (tendo ou não concluído)	0,363
Escolas na comunidade são suficientes	0,338
Média do funcionamento	0,351

Fonte: Estudo de campo na favela do Vidigal (Santos, 2007).

Este funcionamento apresentou um dos piores resultados dentre o conjunto de funcionamentos selecionados para este estudo, indicando que o Vidigal é extremamente pobre em escolaridade. Uma minoria de 33,8% julga haver escolas suficientes na comunidade, embora muitas tenham se mostrado insatisfeitas com a qualidade do ensino, falta de professores ou com a inexistência de horários alternativos para aqueles que trabalham:

- Faltam escolas na comunidade?

“O problema é a falta de qualidade e de professores, porque quando tem guerra eles não podem subir, né?” (Maria, 40 anos).

“Só acho que deveria ter mais oportunidade para quem, como eu, não tem tempo para ficar cinco, seis horas na sala de aula”. (Juliana, 19 anos).

O indicador relativo ao grau de instrução das pessoas entrevistadas revelou-se inegavelmente muito baixo. Observe os dados sobre escolaridade obtidos:

TABELA 21 – Grau de escolaridade das moradoras do Vidigal

GRAU DE ESCOLARIDADE	PORCENTAGEM
Analfabeta	3,03%
Parou de estudar entre a 1ª e a 4ª série	28,80%
Parou de estudar entre a 5ª e a 8ª série	31,80%
Chegou ao segundo grau (tendo ou não concluído):	34,80%
Chegou à universidade, mas não concluiu	1,51%
Concluiu a universidade	0

Fonte: Estudo de campo na favela do Vidigal (Santos, 2007).

Note que cerca de 30% da amostra não completou sequer o curso primário e outros 30% não concluíram o ginásio. O número de pessoas que ingressou na universidade é desprezível e nenhuma das entrevistadas possuía nível superior completo.

TABELA 22 - Funcionamento “ter os filhos protegidos”

Indicadores	IL
Há menos de 3 crianças na família	0,879
Não há crianças fora da escola	0,983
Não há crianças trabalhando	0,931
Nenhuma criança deixou de estudar p/ trabalhar	0,627
Crianças praticam esporte	0,545
Não houve adolescente grávida na família	0,583
Média do funcionamento	0,758

Fonte: Estudo de campo na favela do Vidigal (Santos, 2007).

O funcionamento “ter os filhos protegidos” apresentou um bom resultado. Note-se, porém, que os itens relativos a violência e tráfico de drogas não foram incluídos neste funcionamento, uma vez que optei por criar um funcionamento exclusivamente para captar estas dimensões.

Observa-se que as famílias do Vidigal estão se tornando pouco numerosas, indicando uma possível queda da taxa de natalidade – em nossa amostra, 87,9% das famílias possuíam apenas 1 ou 2 crianças com idade até 14 anos. Isto resulta certamente em menor grau de vulnerabilidade para os filhos. Praticamente não foram encontradas crianças menores de 14 anos fora da escola ou trabalhando. Aquelas que responderam haver caso de criança na família que deixou a escola para trabalhar, invariavelmente referiam-se a si mesmas (a própria entrevistada). Já o percentual de crianças que praticam algum esporte e a incidência de gravidez na adolescência denotam pobreza, o que contribui para queda do IL deste funcionamento.

Às entrevistadas que responderam ter havido caso de adolescente grávida na família, perguntamos o motivo que teria levado à gravidez: 85% das mulheres responderam que a gravidez ocorreu por acidente e apenas 15% informaram ter sido fruto de uma escolha.

TABELA 23 - Funcionamento “ter acesso a serviços básicos”

Indicadores	IL
Tem acesso a energia elétrica ³⁰	1
Há água encanada no domicílio	1
O serviço de transporte é suficiente	0,379
Há coleta de lixo no domicílio	0,788
Há drenagem para esgoto	0,879
A pavimentação das ruas é adequada	0,773
A iluminação das ruas é adequada	0,409
O policiamento é suficiente	0,524
Média do funcionamento	0,719

Fonte: Estudo de campo na favela do Vidigal (Santos, 2007).

Em termos de serviços públicos a favela do Vidigal não se revelou pobre, embora tenha se situado muito próximo à linha de pobreza (0,67). Conforme observamos no capítulo II, os serviços de energia elétrica e água encanada são hoje universais no Vidigal. O indicador relativo a drenagem para esgoto também apresentou um bom resultado, muito embora tenhamos percebido a ocorrência de valas abertas próximas a alguns domicílios. Há uma boa cobertura de serviço de coleta de lixo, ainda que 22% dos moradores precisem levar seu lixo até a caçamba para que este seja coletado. A pavimentação de ruas foi considerada adequada para 77,3% dos domicílios, contudo, o acesso a alguns domicílios é dificultado por escadas extremamente deficientes em segurança.. Apenas 40,9% das entrevistadas estão satisfeitas com a iluminação das ruas – afirmam que os próprios moradores costumam instalar luzes para contornar o problema; e somente 37,9% consideram o transporte público suficiente, alegando terem que recorrer ao transporte alternativo para se deslocar dentro da comunidade. Conclui-se que apesar de o IL deste funcionamento não indicar pobreza, os moradores do Vidigal ainda sofrem uma série de privações relativas a serviços básicos, o que nos permite afirmar que há um certo grau de pobreza neste funcionamento.

O indicador “policiamento” merece uma atenção adicional. Quando perguntamos às entrevistadas se faltava policiamento na comunidade, cerca de 90% das mulheres reagiram a esta pergunta sorrindo ironicamente. Foi também a pergunta com o maior

³⁰ Embora não seja possível precisar a porcentagem, sabe-se que uma grande parte dos domicílios tem acesso à energia elétrica através de ‘gato’, e que até mesmo a iluminação de ruas depende às vezes deste método.

percentual de recusas em responder. Observe as respostas:

- Falta policiamento na comunidade?

(Fez careta) “Não. Se tem, é o mesmo que nada.” (Lúcia, 37 anos).

“Olha, eu não confio na polícia. É a própria polícia que abusa com o morador. Já aconteceu comigo.” (Maria, 40 anos).

“Não (risos). Nossa, aqui é florido!” (Dora, 52 anos).

“Não. Tem demais, mesmo que não façam nada.” (Fátima, 40 anos).

“Ah, sei lá! Não adianta vir mais, né? Mesma coisa.” (Paula, 26 anos).

“Policiamento mesmo, sim!” (Glória, 36 anos).

“Não adianta nem falar porque a gente não sabe quem é polícia e quem é falso.” (D. Ivone, 74 anos).

“Não dá pra falar que falta, mas não sei o que estão fazendo aí.” (Irene, 40 anos).

“A polícia falta mais o respeito do que os “meninos”, que pelo menos falam com educação quando mandam a gente entrar pra evitar acidente.” (Vanessa, 32 anos).

Em todas as minhas visitas ao Vidigal a presença da polícia na entrada da favela era expressiva, muito embora a maioria das moradoras tenha nos permitido entender que não se sentem protegidas pelas autoridades policiais, uma vez que estas não cumpririam devidamente a sua função.

TABELA 24 - Funcionamento “não sofrer preconceito”

Indicadores	IL
Nunca sofreu discriminação por ser favelado	0,682
Nunca precisou omitir endereço	0,818
Não necessita vestir-se bem para ser respeitada na comunidade	0,831
Não necessita vestir-se bem para ser respeitada na cidade	0,530
Nunca deixou de conseguir emprego por ser moradora de favela	0,844
Tem seus direitos garantidos tanto quanto os moradores da cidade	0,197
Média do funcionamento	0,650

Fonte: Estudo de campo na favela do Vidigal (Santos, 2007).

Este funcionamento também revelou pobreza para população do Vidigal: 35% dos moradores acreditam terem sido vítima de alguma forma de preconceito. Ainda que cerca de 80% das moradoras tenham afirmado nunca ter perdido uma oportunidade de emprego por ser moradora de favela e não precisar se vestir bem para ser respeitada na comunidade, e 53% não precisar se vestir bem para ser respeitada na cidade, apenas 20% das entrevistadas julga ter seus direitos garantidos tanto quanto os moradores da cidade. Note que as mulheres julgam mais importante se vestir adequadamente para serem respeitadas na cidade do que na comunidade. Este também pode ser um indício da percepção que elas têm do preconceito que possam vir a sofrer na cidade.

A leitura deste funcionamento não deve estar limitada aos números. As perguntas relativas a preconceito evidenciaram um grande número de respostas díspares e inconsistentes. Embora cerca de 70% das entrevistadas tenham afirmado nunca terem sido vítima de preconceito, 80% nunca terem precisado omitir o endereço da moradia para conseguir um emprego e 85% nunca terem deixado de conseguir um emprego por ser moradora de favela, quase todas disseram conhecer alguém do Vidigal que já houvesse vivenciado alguma destas situações. Ou seja, o problema existe, mas não com elas. Isto poderia se justificar pelo intenso conflito vivenciado por grande parte dos moradores: eles têm o conhecimento de que são vítimas de preconceito por carregarem o estigma de “favelado”, no entanto, negam o quanto podem esta condição. Outras pessoas, porém, denunciam o preconceito com indignação. Observe as respostas obtidas para as perguntas relativas a preconceito:

- Você ou alguém da sua família já sofreu discriminação por morar no Vidigal?

“Antes de ter aquela primeira guerra, as pessoas conheciam o Vidigal como um morro entre o Leblon e São Conrado. Outros nunca tinham escutado falar do Vidigal. Hoje, quando digo que moro aqui, as pessoas olham diferente, discriminam, associam o morro ao tráfico e à violência”. (Lívia, 34 anos).

“Há oito anos atrás ninguém conhecia o Vidigal. As pessoas do meu trabalho vinham na minha casa, agora não vêm mais e até me olham diferente quando sabem que moro aqui.” (Francisca, 32 anos). (OBS: Na resposta do questionário ela disse nunca ter sofrido discriminação).

“Sim, ontem mesmo uma cliente me chamou de neguinha do morro.” (Laura, 32 anos).

“Na minha família, não. Mas já falei com muitas pessoas que já viveram isso. Muitas.” (Lourdes, 42 anos).

- Você já deixou de conseguir um emprego por ser moradora de comunidade?

“Sim, porque dizem que só mora bandido aqui. E nem é isso, tem muito morador digno aqui.” (Lurdes, 42 anos).

“Não, mas a maioria das pessoas tem esse problema. Não pode falar onde mora, tem que pegar o endereço de outros lugares. Maior preconceito.” (Márcia, 30 anos).

“Sim, várias vezes. É a primeira vez que consigo emprego em 6 anos (ela é diarista). Perguntam como vou fazer pra trabalhar quando estiver em guerra e depois não ligam mais.” (Cecília, 29 anos).

- Você sente necessidade de estar bem vestida para ser respeitada fora da comunidade?

“Acho que uma roupa adequada dá moral pra você mesma. Bem vestida vou ser mais bem vista.” (Lurdes, 42 anos).

“Minha filha de 20 anos sente vergonha de morar na comunidade. Ela diz que precisa se vestir bem para não sofrer preconceito.” (Denise, 41 anos)

TABELA 25 - Funcionamento “comer adequadamente”

Indicadores	IL
Nunca precisou reduzir a quantidade de alimentos	0,485
Nunca trocou alimentos por outros mais baratos	0,275
Média do funcionamento	0,38

Fonte: Estudo de campo na favela do Vidigal (Santos, 2007).

Um IL igual a 0,38 denota extrema pobreza para o Vidigal no funcionamento “comer adequadamente”. A leitura inversa das porcentagens revela que 51,5% das entrevistadas já precisaram reduzir a quantidade de alimentos que a família consome e 72,5% delas necessitaram trocar os alimentos habituais por outros mais baratos.

TABELA 26 - Funcionamento “vestir-se adequadamente”

Indicadores	IL
Dispõe de recursos suficientes para comprar roupas e calçados	0,424
Média do funcionamento	0,424

Fonte: Estudo de campo na favela do Vidigal (Santos, 2007).

O único indicador deste funcionamento mostra que apenas 42,4% das moradoras vestem-se adequadamente com os recursos de que dispõem, de tal forma que o Vidigal é extremamente pobre neste quesito.

TABELA 27 - Funcionamento “participar da vida da comunidade”

Indicadores	IL
Pode contar com a ajuda de vizinhos	0,712
Possui familiares na comunidade	0,727
Participa de atividade cultural	0,167
Participa de associação na comunidade	0,121
Média do funcionamento	0,432

Fonte: Estudo de campo na favela do Vidigal (Santos, 2007).

Apenas 43,2% das entrevistadas participam ativamente da vida da comunidade, ou seja, os moradores do Vidigal são extremamente pobres neste funcionamento. Embora 71,2% possam contar com a ajuda de vizinhos e 72,7% possuam familiares na comunidade, apenas 16,7% participam de alguma atividade cultural e 12,1% de alguma associação na comunidade. Dentre os que participavam de alguma atividade cultural, a grande maioria freqüentava apresentações teatrais do grupo Nós do Morro. Já os que participavam de alguma associação, em geral referiam-se à associação de moradores.

Com grande freqüência, as entrevistadas reagiram de forma bastante curiosa à pergunta “Você participa de alguma associação na comunidade?” As moradoras faziam uma expressão de espanto e diziam veementemente que não, como se estivessem sendo ofendidas ou acusadas de algo. Ao final do estudo pude entender o motivo desta reação: para muitas mulheres, participar de uma associação da comunidade significava ter algum envolvimento com o tráfico, já que a associação de moradores do Vidigal encontra-se hoje em poder dos traficantes. De certo, isto justifica o percentual tão baixo de moradoras que informaram participar de alguma associação na comunidade.

Em que pese o baixo grau de participação na vida da comunidade por parte da maioria, muitas moradoras do Vidigal se mostraram pessoas bem informadas, conhecedoras dos seus direitos, dos problemas específicos de uma favela, e conscientes da importância de união por parte dos moradores. Há uma percepção da existência de dois mundos, da omissão do estado e da necessidade de submissão às regras do tráfico.

Quando perguntamos sobre a importância de se participar da vida da comunidade obtivemos respostas tais como:

“A gente participa do que acontece aqui, né? Porque lá embaixo a gente nem fica sabendo!” (Maria, 40 anos).

“É importante pra nós porque temos que nos unir, porque aqui é um mundo diferente do de lá.” (Lurdes, 42 anos).

“Acho importante, mas não dá,, né?” (Francisca, 32 anos) (OBS: Ela se referia ao controle do tráfico sobre a comunidade).

“Na minha opinião isso é um condomínio fechado. Tem os dois lados e as pessoas têm que entrar na linha, nas leis internas. Porque nós temos duas leis.” (Dora, 52 anos).

“Esse povo tinha que se unir, falar, porque não dá... Tá tudo muito errado.” (Juliana, 19 anos).

TABELA 28 - Funcionamento “participar da vida associativa da cidade”

Indicadores	IL
Participa de associação na cidade	0,03
Média do funcionamento	0,03

Fonte: Estudo de campo na favela do Vidigal (Santos, 2007).

Dentre as 66 mulheres entrevistadas, apenas 2 participavam de alguma associação na cidade, o que resultou em um IL baixíssimo para este funcionamento. Julgou-se importante incluir este funcionamento na análise da pobreza porque muitas das privações que se passam na favela resultam de decisões (ou ausência de decisões) sobre as quais os favelados têm pouca influência direta – a participação em associações na cidade formal é uma forma de a favela ser politicamente visível na cidade e influenciar de algum modo estas decisões; a ausência, ao contrário, é o aprofundamento dessa invisibilidade.

TABELA 29 - Funcionamento “viver sem medo”

Indicadores	IL
Tiroteios não são freqüentes	0,833
Não houve vítimas de bala perdida na família	0,894
Não sofreu violência da polícia	0,742
Não teve sua casa invadida	0,727
Não tem medo de sair de casa	0,394
Não mudou seus hábitos	0,333
Não perdeu amigo/conhecido em tiroteio	0,348
Violência não está destruindo relações de amizade	0,303
Média do funcionamento	0,572

Fonte: Estudo de campo na favela do Vidigal (Santos, 2007).

Os índices obtidos mostram que os moradores do Vidigal vivem com medo, logo são pobres neste funcionamento. Para melhor compreensão dos resultados, faremos a leitura inversa das porcentagens na maior parte das linhas:

Para 83,3% das entrevistadas, os tiroteios na favela não eram freqüentes. Note-se, contudo, que a maioria delas respondia “Agora não, já foram.” a esta pergunta. Em 10,6% das famílias já havia ocorrido algum caso de vítima de bala perdida e 27,3% dos domicílios já haviam sido invadidos pela polícia, embora 74,2% tenham afirmado nunca ter sofrido violência da polícia.

Os resultados a seguir são ainda piores que os anteriores: 60,6% das moradoras disseram ter medo de sair de casa, 66,7% delas afirmaram ter mudado seus hábitos e rotina em função da violência, 65,2% já haviam perdido algum amigo ou conhecido em tiroteio e 69,7% declarou que a violência está destruindo as relações de amizade na favela.

Ficou bastante evidente ao longo desta pesquisa que a principal fonte de queixas e insatisfações das moradoras do Vidigal é a convivência permanente com o medo e a violência. Para 80% das entrevistadas, a pior característica da comunidade está associada a um destes fatores. As pessoas vivenciam um estresse psicológico diário, superando os limites do ser humano. Confira algumas respostas relativas à violência e medo na favela:

- O que você mais teme para o seu filho?

“Que eu não consiga melhorar de vida e sair daqui porque não quero criar meu filho aqui. Eu cresci aqui e nunca me envolvi, mas ele, eu não sei. Meu filho tem três anos e já sabe o que é uma arma. Tenho medo que isso influencie ele.” (Juliana, 19 anos).

“Que vá pra cadeia, porque tenho dois filhos que já estão envolvidos.” (Vera, 42 anos).

Vera declarou não ter mais medo de nenhuma das três primeiras opções, uma vez que seus dois filhos já haviam entrado para o tráfico. Ela justificou a atitude dos filhos pelo sentimento de revolta que ambos carregavam, fruto do preconceito de que foram vítimas quando chegaram na favela ainda meninos, imigrantes do Piauí: “As pessoas chamavam a gente de *sem teto*, meus filhos sofrem até hoje”.

Confira o quadro com as frequências das respostas a esta pergunta:

QUADRO 3 - Temores com relação aos filhos

Resposta	Freq. Absoluta	Freq. Relativa
Envolvimento com o crime	38	0,59
Envolvimento com drogas	20	0,31
Ficar desempregado	2	0,03
Outro:		
bala perdida	1	0,02
cadeia	1	0,02
que eu não consiga sair daqui	1	0,02
deixá-lo sozinho em casa	1	0,02

Fonte: Estudo de campo na favela do Vidigal (Santos, 2007).

As entrevistadas hesitavam muito em responder entre a primeira e segunda opção, mas após refletir acabavam optando pela segunda, isto é, o envolvimento com o crime. Observe que o medo do desemprego praticamente não aflige as moradoras, pois antes de tudo elas desejam ter seus filhos com vida.

- Alguém da família já foi vítima de bala perdida no Vidigal?

“Sim. O pai dos meus filhos tem uma bala alojada na cabeça.” (Helena, 37 anos).

- Você gostaria de ter estudado mais tempo e não teve a oportunidade?

“Sim, quero voltar. Mas tenho medo de tiro, então não saio à noite. Por isso ainda não voltei pra escola.” (Diana, 29 anos).

“Sim, eu entrei na universidade mas tive que deixar por causa da guerra. Tinha medo de deixar meus filhos sozinhos em casa.” (Kátia, 36 anos).

Estes depoimentos revelam que a violência está interferindo diretamente na liberdade de escolha das pessoas em optar por continuar os estudos ou não. Trata-se de um exemplo em que a privação de liberdade de ir e vir resulta em privação de liberdades econômicas, visto que uma escolaridade pior limita as opções destas pessoas no mercado de trabalho.

- Você tem medo de sair de casa por causa da violência?

“Sim, adquiri síndrome do pânico. Não posso ouvir um barulho que acho que é tiro.” (Laura, 32 anos).

“Não porque não sou peru pra morrer de véspera. (risos)” (D. Neide, 65 anos).

Algumas pessoas reagiram com muito bom humor a perguntas difíceis como esta, demonstrando enorme otimismo diante das vicissitudes da vida na favela.

- Você já perdeu algum amigo em tiroteio no Vidigal?

“Amigo, não. Mas já vi criança nascer aqui, acompanhei crescer, daí entrou pro banditismo e morreu.” (Dora, 52 anos).

- Os tiroteios na comunidade são freqüentes?

“Depende da época. Agora tá mais calmo. Aqui em casa já entrou bala (mostrando o buraco na parede). Quando tem tiroteio eu ligo o som e rezo. Mas quando eles atiram no transformador, aí não dá nem pra ligar o som. O filho do meu vizinho teve um ataque nervoso durante um tiroteio e eles se mudaram daqui.” (Tereza, 36 anos).

Ela explicou que os bandidos atiram no transformador para cortar a energia e não serem pegos. Tereza morava com suas três filhas em uma casa muito precária, de apenas dois cômodos. Na sala, porém, uma enorme televisão de tela plana exibia um programa evangélico.

- A violência mudou de alguma forma seus hábitos?

“Sim. Não posso ir mais ao baile que eu costumava ir. O comando de lá agora é outro e eles raspam a cabeça das meninas daqui e batem na gente se alguém aparecer por lá. Imagina eu ir trabalhar de cabeça raspada!” (Rosa, 35 anos).

Rosa trabalha como babá na zona sul, sustenta sozinha os dois filhos, pois o marido é presidiário.

- De que forma a violência está prejudicando as relações de amizade entre os moradores?

“Cada hora é um comando e tudo muda.” (Ruth, 47 anos).

“As pessoas andam com medo.” (Lúcia, 37 anos).

“Medo de se envolver com amizades erradas. Por exemplo, se minha amiga tá com um cara que não presta já não vou ser mais amiga dela.” (Juliana, 19 anos).

“A gente tem medo, não pode ficar na porta conversando. É igual bomba-relógio.” (Joana, 26 anos)

“Não podemos mais ficar conversando até tarde, e as crianças não podem ir pra rua brincar.” (Nadia, 47 anos).

“Ninguém confia mais em ninguém, porque você não sabe em quem deve confiar.” (Helena, 37 anos).

“As pessoas saem menos para festas e se encontram menos.” (Marta, 49 anos).

“Qualquer discussão as pessoas chamam o bandido, não resolvem entre si. As pessoas se distanciam.” (Diana, 29 anos).

“Quando o filho se envolve os vizinhos fazem cara feia pra você.” (Vera, 42 anos)

Vera foi uma das entrevistadas a falar mais abertamente sobre as questões relativas ao tráfico. Não parecia temer as possíveis conseqüências do seu depoimento. Falou com muita convicção que os jovens se envolviam com o crime por revolta e, por fim, revelou ser este o caso de seus dois filhos, ambos traficantes.

- Você já teve sua casa invadida?

“Não porque eles (polícia) pediram para olhar. Eu sei que sem mandato eles não têm o direito, mas sou mulher, tava sozinha em casa. Deixei. Aqui rola muita covardia...” (Juliana, 19 anos).

“Não. A polícia pede licença.” (Francisca, 32 anos).

“Sim. Eram uns homens altos todos de preto com armas enormes. Imagino que era o BOPE³¹.” (D. Aparecida, 61 anos).

“Sim, quebraram até a porta. O pior bandido é o BOPE.” (Fátima, 47).

“Não, mas há uns quatro anos meteram bala lá, quebraram o relógio da minha casa. No dia seguinte, foram ver se eu tava bem, e viva! E consertaram meu relógio!(risos)” (D. Judite, 82 anos).

Note nas duas primeiras respostas o conformismo no comportamento das entrevistadas: se a polícia entra sem mandato, mas pede licença, isto não se configura invasão. A invasão da polícia nos domicílios dos moradores tornou-se uma prática tão rotineira que parece ter adquirido legitimidade. Perceba também na resposta de Dona Judite a satisfação com que ela fala do gesto de generosidade dos bandidos para com ela, o bastante para serem perdoados pelo ato de violência.

- Alguém da família já sofreu violência da polícia?

“Sim, meu marido costumava apanhar muito quando revistavam ele”. (Francisca, 32 anos).

Tive a oportunidade de conhecer o marido de Francisca: um rapaz educado, bem vestido e de aparência frágil. Perguntei o motivo por ele apanhar tanto e ela respondeu que esta era uma prática normal da polícia.

TABELA 30 – Funcionamento “ser feliz e ter orgulho próprio”

Indicadores	IL
Você é feliz	0,864
Tem orgulho de ser moradora do Vidigal	0,727
Não trocaria sua casa por outra em um bairro da cidade.	0,364
Não gostaria que filhos e netos saíssem da favela	0,212
Média do funcionamento	0,54

Fonte: Estudo de campo na favela do Vidigal (Santos, 2007).

A média deste funcionamento resultou em pobreza. Os resultados desta tabela,

³¹BOPE é o Batalhão de Operações Especiais, também conhecido na comunidade como “caveirão”.

contudo, mostraram-se bastante conflitantes. Observe que embora 86,4% das entrevistadas tenham se declarado felizes e 72,7% orgulhosas de morarem no Vidigal, 63,6% delas trocariam sua casa na favela por outra do mesmo tamanho e preço em um bairro da cidade e 78,8% gostariam que seus filhos e netos deixassem a favela. Dentre as que responderam que não trocariam sua casa por outra na cidade, 68,2% disseram que não o fariam nem mesmo se pudessem levar seus familiares e amigos com elas. Este resultado denota que a decisão por permanecer na favela não se justifica exclusivamente pelo capital social existente na comunidade, sugerindo que haja outros fatores envolvidos nesta escolha.

Quando perguntadas se sentiam orgulho de morar no Vidigal, a maioria das moradoras respondeu que respondeu “sim” apresentou justificativas consistentes, como estas a seguir:

“Sim. Porque moro numa casa grande, à vontade. Por que o que adianta morar lá embaixo num quartinho?” (Vitória, 47 anos).

“Sim. Porque nasci aqui, criei meus filhos aqui e ninguém da família se envolveu com o tráfico.” (Marta, 49 anos).

“Sim. Porque quem não tem condição mora em favela, e aqui é das melhores, o acesso é fácil e não tem que pedir autorização para entrar.” (Letícia, 32).

“Tenho tudo aqui. Ar puro, floresta, e água mineral da fonte. Meus filhos já tentaram sair daqui, mas não deixo.” (Dora, 52 anos).

“Sim porque aqui todo mundo é amigo, todo mundo se ajuda, todos se respeitam. Aqui a gente pode dormir de porta aberta.” (Aline, 36).

“Sim. Porque é perto de tudo, é Alto Leblon!” (Vera, 42 anos)

“Isso aqui é meu cartão postal!” (Luíza, 29).

Outras moradoras, porém, apresentaram repostas incoerentes ou se contradisseram no decorrer da entrevista. Mais da metade das mulheres (52%) que declararam ter orgulho de morar no Vidigal afirmaram, na sequência do questionário, que trocariam sua casa na favela por outra em um bairro da cidade. Atitude contraditória, no entanto passível de compreensão, dada a estratégia de sobrevivência do ser humano. Veja algumas respostas:

“Sim. Porque não moro por querer, tem que aceitar né? Ninguém mora em favela por orgulho.” (D. Antônia, 63 anos).

“Sim. Porque as pessoas têm que se orgulhar do que têm. (Bárbara, 26 anos).

“Sim, porque aqui todo mundo se ajuda.”(Glória, 32 anos). (Quando lhe perguntamos posteriormente se ela podia contar com a ajuda de vizinhos, ela respondeu ‘às vezes’).

Algumas, por outro lado, assumiram não ter orgulho de morar na favela, mas preferiram não falar porquê. Sônia foi uma exceção:

“Não. Deixei de me orgulhar depois que minhas irmãs tiveram que abandonar suas casas para não morrer depois da troca de comando do Vidigal.” (Sônia, 58 anos).

Apesar de todas as privações de liberdade e carências em funcionamentos evidenciadas neste estudo, há quem não apenas se orgulhe de morar no Vidigal como também sustente não querer sair daquele local. Observe as respostas obtidas para a seguinte pergunta:

- Você trocaria sua casa por outra de mesmo tamanho e valor que sua, situada em um bairro da cidade?

“Não. Minha ex-patroa fez essa proposta e eu disse que queria ficar no meio dos meus vizinhos, que já tô acostumada.” (D. Judite, 82 anos).

“Só se eu pudesse levar todo mundo daqui comigo!” (Elisa, 39 anos).

A tabela a seguir apresenta uma síntese dos ILs obtidos para cada funcionamento e seu resultado em termos de grau de pobreza.

TABELA 31: Síntese dos ILs por funcionamentos

Funcionamentos	IL	GRAU DE POBREZA
Morar bem	0,723	não pobre
Ser saudável	0,622	pobre
Realizar um trabalho gratificante	0,477	extremamente pobre
Ter boa escolaridade	0,351	extremamente pobre
Ter filhos protegidos	0,758	não pobre
Ter acesso a serviços básicos	0,719	não pobre
Não sofrer preconceito	0,65	pobre
Comer adequadamente	0,38	extremamente pobre
Vestir-se adequadamente	0,424	extremamente pobre
Participar da vida da comunidade	0,432	extremamente pobre
Participar da vida associativa da cidade	0,03	extremamente pobre
Viver sem medo e com esperança no futuro	0,572	pobre
Ser feliz e ter orgulho próprio	0,54	pobre
Média	0,51	pobre

Fonte: Estudo de campo na favela do Vidigal (Santos, 2007).

4.2) Cálculo do IL geral

Há duas formas de se calcular o Índice de Liberdade da população do Vidigal: i) fazer a média dos índices de liberdade encontrados para cada funcionamento; ii) fazer a média dos índices de liberdade encontrados para cada família. Ambas as formas de cálculo devem conduzir, obviamente, a um mesmo resultado. A tabela a seguir mostra como obtivemos este resultado a partir de uma planilha do Excel:

TABELA 32 - RESULTADOS DOS ILs POR FAMÍLIAS

N°		IL	IL	IL	IL	IL	IL	IL	IL	IL	IL	IL	IL	IL	IL
Quest.	Setor	MB	SA	TG	ES	FP	SER	PRE	CA	VA	VD	VC	ME	FO	FAMÍLIA
1	301	1	0,49	0,4	0,5	0,67	1	0,5	0	1	0,75	0	0,63	1	0,61
2	295	0,88	0,91	0,9	1	0,85	0,88	0,83	1	1	0,5	0	0,88	0,8	0,80
3	295	0,88	0,81	0,4	0,5	0,67	1	0,83	0	0	0,25	0	0,88	0,34	0,50
4	295	0,5	0,64	0,5	0,5	0,67	1	0,67	0	0	0,25	0	0,75	0,74	0,48
5	295	0,88	0,64	0,27	0,5	0,67	0,63	0,67	0,5	0	0,25	0	0,5	0,6	0,47
6	295	0,88	0,48	0,55	0,5	0,67	0,63	0,5	0	0	0,25	0	0,5	0,34	0,41
7	295	0,75	0,73	0,3	0,5	0,5	0,88	0,67	0,5	1	0,25	0	0,5	0,34	0,53
8	301	0,5	0,41	0,4	0,5	1	0,63	0,83	0	0	0,5	0	0,25	0,54	0,43
9	295	0,75	0,66	0,4	0	0,83	0,75	0,17	1	1	0	0	0,63	0,34	0,50
10	296	0,75	0,92	0,6	1	0,83	1	1	1	1	0,25	0	0,88	1	0,79
11	296	0,75	0,33	0,4	0	0,67	0,88	0,5	0	0	0,25	0	0,38	0,34	0,35
12	296	0,63	0,81	0,6	0,5	0,67	1	0,67	0,5	0	1	1	0,63	0,8	0,68
13	296	0,5	0,58	0,6	0,5	0,67	0,88	0,67	0	0	0,25	0	0,5	1	0,47
14	296	0,63	0,48	0,1	0,5	0,67	0,75	0,83	0	0	0,25	0	0,63	0,14	0,38
15	296	0,75	0,58	0,2	0,67	0,92	0,75	0,83	1	1	0,75	0	0,5	0,54	0,65
16	296	0,63	0,3	0,4	0,5	0,67	0,63	0,17	0	0	0,25	0	0,5	1	0,39
17	292	0,75	0,55	0,1	0,5	0,67	0,5	0,67	0	0	0,5	0	0,63	0,14	0,39
18	292	0,75	0,58	0,35	0	1	0,88	0,64	0	1	0,5	0	0,63	0,54	0,53
19	292	0,63	0,49	0,55	0	1	0,75	0,81	0,5	0	0,25	0	0,5	0,54	0,46
20	292	0,75	0,74	0,35	0	0,83	0,88	0,83	0,5	0	0,25	1	0,88	0,34	0,57
21	292	0,5	0,56	0,1	1	0,59	0,38	0,5	1	0	0,25	0	0,63	0,14	0,43
22	292	0,75	0,64	0,2	0	0,83	0,38	0,67	0	0	0,75	0	0,63	0,54	0,41
23	301	0,63	0,8	0,4	1	1	0,94	0,83	1	1	0,5	0	0,75	0,54	0,72
24	301	0,88	0,74	0,6	0	0,83	1	1	0,5	1	0,5	0	0,5	1	0,66
25	301	0,88	0,64	0,8	0	1	0,88	0,83	1	1	0,5	0	0,5	0,54	0,66
26	301	0,63	0,64	0,4	0	0,5	0,38	0,67	0	0	0,25	0	0,63	0,34	0,34
27	291	0,63	0,39	0,4	0,5	0,67	0,63	0,17	0	0	0,5	0	0,63	0,34	0,37
28	299	1	0,75	0,8	0,5	0,5	0,88	0,5	0,5	1	0,25	0	1	0,54	0,63
29	299	0,63	0,55	0,45	0	0,67	0,5	0,5	0	0	0,25	0	0,5	0,6	0,36
30	299	0,63	0,66	0,1	0,5	0,67	0,63	0,5	0	0	0,75	0	0,38	0,6	0,42
31	299	0,5	0,39	0,2	0	0,33	0,63	0,17	0	0	0,5	0	0,25	0,6	0,27
32	286	0,88	0,55	0,6	0,5	0,67	0,63	0,83	0	1	0,5	0	0,75	0,8	0,59
33	286	0,88	0,89	1	1	0,78	1	1	0	1	0,5	0	1	0,8	0,76
34	286	1	0,58	0,6	0,5	0,83	0,63	0,67	1	1	0,5	0	0,25	0,54	0,62
35	286	0,63	0,83	0,1	0,5	0,78	0,63	0,83	0,5	1	0,5	0	0,63	0,54	0,57
36	286	0,75	0,55	0,3	1	0,83	0,63	0,83	0,5	1	0,5	0	0,5	0,54	0,61
37	286	0,63	0,33	0,35	0	0,83	0,63	0,67	0	0	0,5	0	0,63	0,34	0,38
38	286	0,88	0,73	1	0,5	0,76	0,75	0,5	1	1	0,5	0	0,5	0,54	0,67
39	299	0,63	0,74	0,6	0,5	0,67	0,25	0,17	0	0	0,25	0	0,25	0,14	0,32
40	294	0,5	0,55	0,6	0	0,83	0,75	1	0,5	0	0,5	0	0,38	0,54	0,47
41	294	0,63	0,64	0,6	0	1	0,63	0,67	0,5	0	0,5	0	0,63	0,8	0,51
42	294	0,5	0,58	0,8	0,5	0,83	0,38	0,33	0	0	0	0	0,38	0,54	0,37
43	297	0,63	0,72	0,2	0	0,67	1	0,67	0	1	0,5	0	0,63	0,54	0,50
44	297	0,75	0,49	0	0,5	0,78	0,75	0,83	1	1	0,75	0	0,5	1	0,64
45	297	0,63	0,49	0,6	0	1	0,75	0,67	0	0	0,75	0	0,5	0,74	0,47
46	298	0,75	0,83	0,6	0,5	0,67	0,88	0,81	1	0	0,5	0	0,75	0,54	0,60
47	298	0,75	0,83	0,6	1	0,83	1	1	1	1	0,5	0	0,75	1	0,79

N° quest.	Setor	IL MB	IL SA	IL TG	IL ES	IL FP	IL SER	IL PRE	IL CA	IL VA	IL VD	IL VC	IL ME	IL FO	IL FAMÍLIA
48	298	0,88	0,49	0,6	0	0,83	1	0,83	0,5	0	0,25	0	0,88	1	0,56
49	298	0,63	0,74	0,2	0	0,78	0,82	1	0	0	0	0	0,63	0,74	0,43
50	298	0,88	0,8	0,75	0,5	0,78	0,88	0,33	1	1	0,5	0	1	0,6	0,69
51	291	0,75	0,58	0,55	0	0,78	0,88	0,83	0	1	0,75	0	0,88	0,6	0,58
52	294	1	0,55	0,2	0,5	1	0,57	0,67	0,5	0	0,25	0	0,38	0,54	0,47
53	293	1	0,83	0,45	0	0,67	0,5	0,83	1	1	0,5	0	0,75	0,54	0,62
54	295	0,63	0,83	0,45	0,5	0,67	0,88	0,5	0	1	0,75	0	0,5	0,54	0,56
55	295	0,75	0,49	0,2	0,5	0,83	0,38	0,67	0,5	0	0,25	0	0,38	1	0,46
56	293	0,63	0,49	0,45	0,5	0,67	0,63	0,83	0,5	1	0,5	0	0,88	0,34	0,57
57	293	0,63	0,66	0,6	0,5	0,67	0,63	0,67	0,5	0	0,5	0	0,38	0,34	0,47
58	293	0,75	0,41	0	0,5	0,67	0,63	0,5	0,5	0	0,25	0	0,5	0,54	0,40
59	293	0,88	0,64	0,4	0	0,83	0,63	0,33	0,5	0	0,5	0	0,25	0,6	0,43
60	293	0,63	0,74	0,45	0,5	1	0,63	0,67	0,5	1	0,75	0	0,63	0,34	0,60
61	293	0,5	0,41	0,6	0	0,67	0,5	0,17	0	0	0,5	0	0,38	0,54	0,33
62	291	1	0,6	0,6	0	0,83	0,63	0,67	0	1	0,25	0	0,38	0,34	0,48
63	291	0,88	0,89	0,45	0,5	1	0,88	1	1	1	0,5	0	0,88	1	0,77
64	294	0,63	0,49	0,2	0	0,58	0,5	0,33	0	0	0,75	0	0,13	0,34	0,30
65	294	0,5	0,55	0,2	0	0,83	0,63	0,33	0,5	0	0,5	0	0,25	0,14	0,34
66	294	0,75	0,66	0,8	0	0,5	0,63	0,67	0	0	0	0	0,25	0,54	0,37
Média		0,72	0,62	0,45	0,36	0,76	0,72	0,65	0,38	0,42	0,45	0,03	0,57	0,57	0,52

Fonte: Estudo de campo na favela do Vidigal (Santos, 2007).

Lista de Abreviações:

- MB – Morar bem
- SA – Ser saudável
- TG – Realizar um trabalho gratificante
- ES – Ter boa escolaridade
- FP – Ter os filhos protegidos
- SER – Ter acesso a serviços básicos
- PRE – Não sofrer preconceito
- CA – Comer adequadamente
- VB – Vestir-se adequadamente
- VD – Participar da vida da comunidade
- VC – Participar da vida associativa da cidade
- ME – Viver sem medo
- FO – Ser feliz e ter orgulho próprio

Nas colunas da tabela encontram-se os resultados dos ILs de cada funcionamento (escritos de forma abreviada). Cada linha da tabela representa uma família. Para calcularmos o IL geral foi suficiente calcular a média da última coluna ou da última linha da planilha. Conforme a tabela, o Índice de Liberdade para o Vidigal é

0,52. Este resultado indica que os moradores do Vidigal são pobres. Observe, no entanto, que o valor encontrado praticamente coincide com a linha de extrema pobreza, logo, os moradores do Vidigal encontram-se no limiar da extrema pobreza.

Há dois casos intrigantes nesta tabela que merecem um comentário adicional: as famílias 12 e 47, embora sejam pobres em renda, não são pobres em liberdade. Perceba que normalmente ocorre o contrário – as famílias não são pobres em renda mas são pobres em liberdade. Os questionários destas duas famílias foram verificados de forma a se encontrar uma explicação para este fato. As constatações obtidas foram as seguintes:

A família 12 é composta por 4 pessoas, sendo duas crianças e uma adolescente. A mãe é agente comunitária, trabalha com carteira assinada e está muito satisfeita com a sua profissão, embora ganhe apenas um salário mínimo e meio para sustentar quatro pessoas. Diz que “quando é pouco, Deus intera”. Esta família apresentou índice máximo no indicador capital social, totalizando 1 (um). A entrevistada disse poder contar com a ajuda de vizinhos e familiares, informou participar de associação dentro e fora da comunidade, tendo inclusive se candidatado a um cargo no Vidigal, e disse participar de um culto espírita. Informou também não ter modificado seus hábitos e rotina em função da violência. Quando perguntada sobre o que há de melhor em morar no Vidigal, ela respondeu “tudo” e, obviamente, se declarou muito feliz. Logo, está explicado porque esta família não é pobre em liberdade.

A família 47 é composta por 7 pessoas, incluindo uma criança. Dora, de 52 anos, é diarista, costureira, escritora e artesã, e juntamente com o marido auferem uma renda familiar total de apenas R\$700,00. Ela afirma sentir-se muito gratificada com as profissões que desempenha e diz que na comunidade é tratada “que nem rainha”. Dora tem apenas o curso primário concluído e disse ter deixado os estudos por escolha própria. Não obstante, demonstrou um bom domínio da língua portuguesa e um excelente grau de informação. Disse não querer sair da comunidade em hipótese alguma pois ali tem tudo o que precisa: “floresta, ar puro e água da fonte”. Sua casa, bem estruturada, é localizada no alto do morro, à beira da floresta e muito próximo à nascente. Informou também que não há nada de ruim em morar no Vidigal. Ao final da entrevista ela nos fez a seguinte revelação:

“Quando eu tinha 10 anos minha mãe me contou um sonho. Então resolvi escrever um livro me baseando nesse sonho e criei um final para essa estória. Meu sonho é poder um dia publicar esse livro. Acho que vocês são os anjos que vieram me ajudar”. (Dora, 52 anos).

Despediu-se nos presenteando com o livro que sonha em publicar. Dadas estas informações, é bastante compreensível que esta família não tenha sido avaliada como pobre em liberdade.

Esta tabela também nos permite calcular o percentual de famílias que se encontra abaixo das linhas de pobreza e extrema pobreza. Apenas 7 famílias obtiveram um IL acima de 0,67, significando que tão somente 10,6% da amostra não é pobre, embora possam revelar algum grau de pobreza, já que estamos partindo de uma análise *fuzzy* deste fenômeno. Outras 23 famílias apresentaram um IL superior a 0,5 e inferior a 0,67, demonstrando que 34,8% da amostra é pobre. As 30 famílias restantes revelaram um IL inferior a 0,5, de forma que 45,6% da amostra foi classificada como extremamente pobre.

4.3) Desigualdade no Vidigal

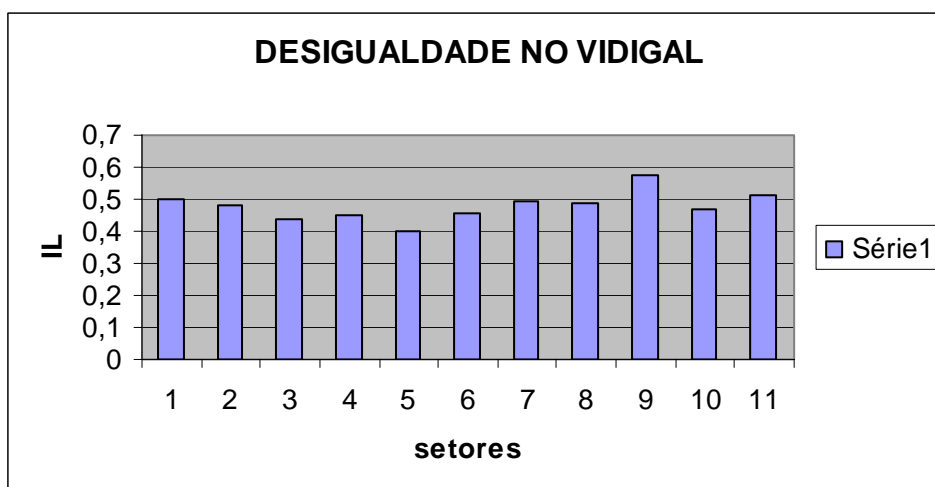
No capítulo II destacamos que a maioria das favelas cariocas é marcada pela existência de elevadas desigualdades internas. Se nos basearmos exclusivamente no critério da insuficiência de renda, é possível afirmarmos que esta tendência se confirma para o Vidigal: há neste território, segundo a amostra desta pesquisa, rendas per capita que variam de R\$80,00 a R\$1400,00. (Ver anexos).

Uma análise aprofundada da desigualdade pelo critério da renda não se inclui nos objetivos deste trabalho, diferentemente, pretende-se avaliar a desigualdade no Vidigal utilizando-se a concepção da liberdade de escolha. Para tanto, faremos uma comparação entre os índices de liberdade obtidos para cada setor da favela. Observe o gráfico:

GRÁFICO 3 - Desigualdade no Vidigal – análise por setores

Setores:

- 1- 286
- 2- 291
- 3- 292
- 4- 293
- 5- 294
- 6- 295
- 7- 296
- 8- 297
- 9- 298
- 10- 299
- 11- 301



Fonte: Estudo de campo na favela do Vidigal (Neiva Santos, 2007).

Conforme o gráfico, a desigualdade de liberdade no Vidigal analisada por setores não se mostrou muito significativa. O menor IL foi encontrado no setor 294 (0,4) e o maior no setor 298 (0,58). Ambos os setores estão localizados em uma área elevada do morro, no entanto, o setor 294 abrange um grande número de ruas labirínticas e becos, já o setor 298 é atravessado pela rua principal da favela, a Avenida Presidente João Goulart (ou Estrada do Tambá). Os domicílios situados próximos a esta avenida apresentavam, geralmente, melhor infra-estrutura, enquanto aqueles localizados em becos costumavam ser mais precários.

Além do setor 294, também apresentaram ILs inferiores a 0,5 (abaixo da linha de extrema pobreza) os setores 291, 292, 293, 295, 296, 297 e 299. Apenas os setores 286, 298 e 301 foram classificados acima da linha de extrema pobreza. Nenhum setor apresentou ausência de pobreza

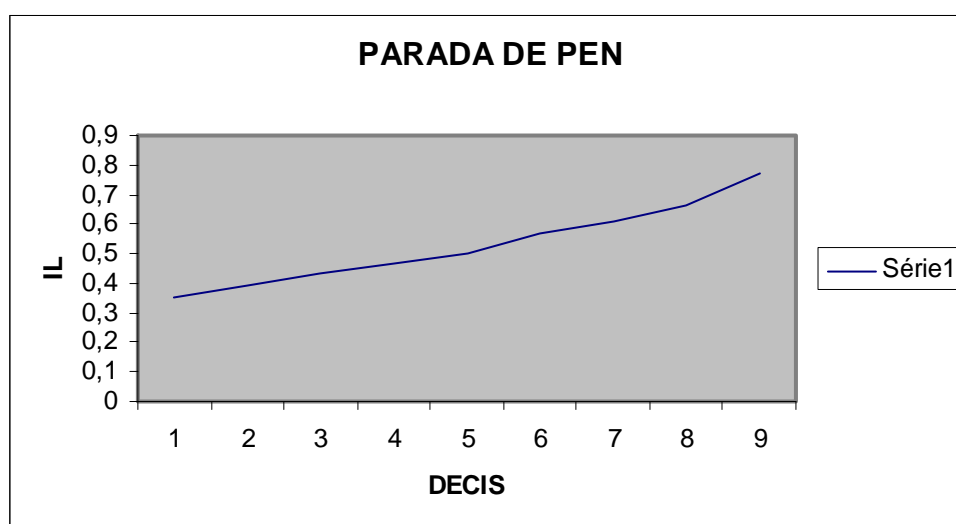
Embora não tenha sido detectada desigualdade significativa entre os setores do Vidigal, minha experiência na favela mostrou a existência de elevadas heterogeneidades dentro de um mesmo setor, bem como em uma mesma rua. Logo, julgou-se importante analisar também a desigualdade entre as famílias do Vidigal:

TABELA 33 - Decis da distribuição de liberdade entre as famílias do Vidigal

DECIS	IL
Primeiro	0,35
Segundo	0,39
Terceiro	0,43
Quarto	0,47
Quinto	0,5
Sexto	0,57
Sétimo	0,61
Oitavo	0,66
Nono	0,77

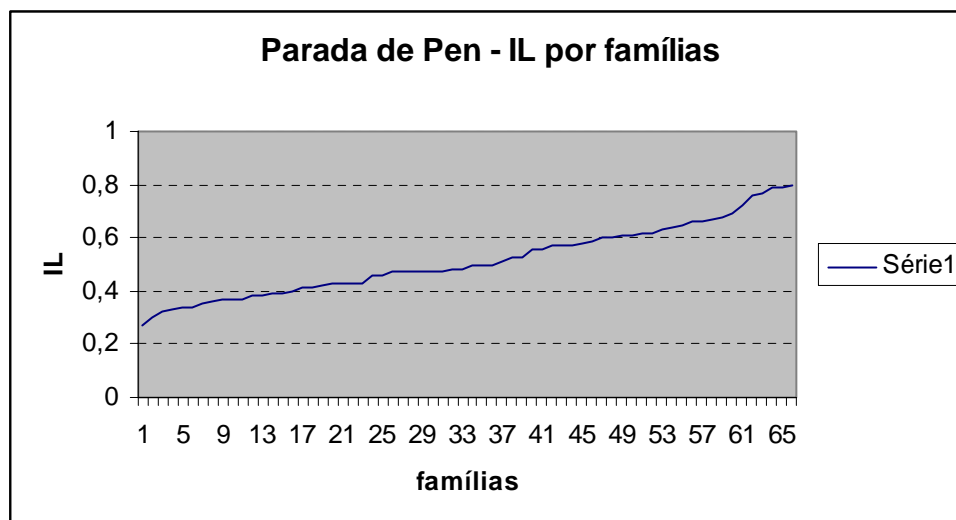
Fonte: Estudo de caso na favela do Vidigal (Santos, 2007)

GRÁFICO 4: Parada de Pen – IL por decis da distribuição



Fonte: Estudo de caso na favela do Vidigal (Santos, 2007)

GRÁFICO 5 – Parada de Pen – distribuição do IL pelas famílias



Fonte: Estudo de caso na favela do Vidigal (Santos, 2007)

Como mostram a tabela e os gráficos, há uma significativa desigualdade na distribuição de liberdade entre as famílias do Vidigal. O primeiro decil da favela apresentou um IL igual a 0,35 e o nono um IL de 0,77. Já a família mais pobre obteve um IL igual a 0,27 e a mais rica um IL de 0,8.

Houve um caso particular, na rua Doutor Olinto de Guimarães, em que entrevistei dois domicílios, um situado à frente do outro: em um dos domicílios vivia uma família de três pessoas, um casal e um filho pequeno. Tratava-se de uma família típica de classe média, a casa era grande e confortável, o quarto do menino bem decorado e com muitos brinquedos, havia um carro pequeno na garagem e a família possuía até plano de saúde. O vizinho da frente, porém, revelava um contraste social: um casal e quatro filhos viviam em uma casa de dois cômodos, o ambiente era insalubre, escuro e fazia muito calor. O único quarto do domicílio situava-se em um porão onde não havia janela. A mãe lamentava não poder trabalhar porque não tinha com quem deixar os filhos. Declarou também já ter recebido ajuda da associação de moradores para comprar alimentos.

Podemos inferir que a baixa desigualdade encontrada entre os setores deva-se ao fato de terem sido comparadas médias entre grupos de pessoas. A análise da distribuição

de liberdade entre os indivíduos que moram no Vidigal revelou a existência de fortes desigualdades nesta amostra da população.

4.4) Comparação do IL com o índice de insuficiência de renda

Um pressuposto fundamental da abordagem das capacitações é a não ocorrência de correlação plena entre insuficiência de renda e falta de liberdade de escolha. Nesta seção, buscaremos verificar a validade desta premissa comparando a renda per capita das famílias do Vidigal com seus respectivos Índices de Liberdade.

Consideraremos para esta análise a linha de pobreza de meio salário mínimo (R\$180,00 em março de 2007) utilizada pelo IPEA. Às famílias que não quiseram declarar sua renda atribuímos a renda familiar per capita obtida para esta amostra (R\$281,00).

QUADRO 4 - Pobreza de Liberdade versus pobreza de renda

Família	renda per capita	pobreza de renda	IL	pobreza de liberdade	resultados coincidem
1	225	não	0,61	sim	
2	281	não	0,80	não	X
3	270	não	0,50	sim	
4	330	não	0,48	sim	
5	281	não	0,47	sim	
6	167	sim	0,41	sim	X
7	135	sim	0,53	sim	X
8	143	sim	0,43	sim	X
9	400	não	0,50	sim	
10	200	não	0,79	não	X
11	120	sim	0,35	sim	X
12	135	sim	0,68	não	
13	100	sim	0,47	sim	X
14	281	não	0,38	sim	
15	150	sim	0,65	sim	X
16	120	sim	0,39	sim	X
17	130	sim	0,39	sim	X
18	120	sim	0,53	sim	X
19	80	sim	0,46	sim	X
20	95	sim	0,57	sim	X
21	200	não	0,43	sim	
22	281	não	0,41	sim	
23	240	não	0,72	não	X
24	100	sim	0,66	sim	X
25	467	não	0,66	sim	
26	1070	não	0,34	sim	
27	87	sim	0,37	sim	X
28	180	sim	0,63	sim	X
29	83	sim	0,36	sim	X
30	250	não	0,42	sim	
31	450	não	0,27	sim	
32	225	não	0,59	sim	

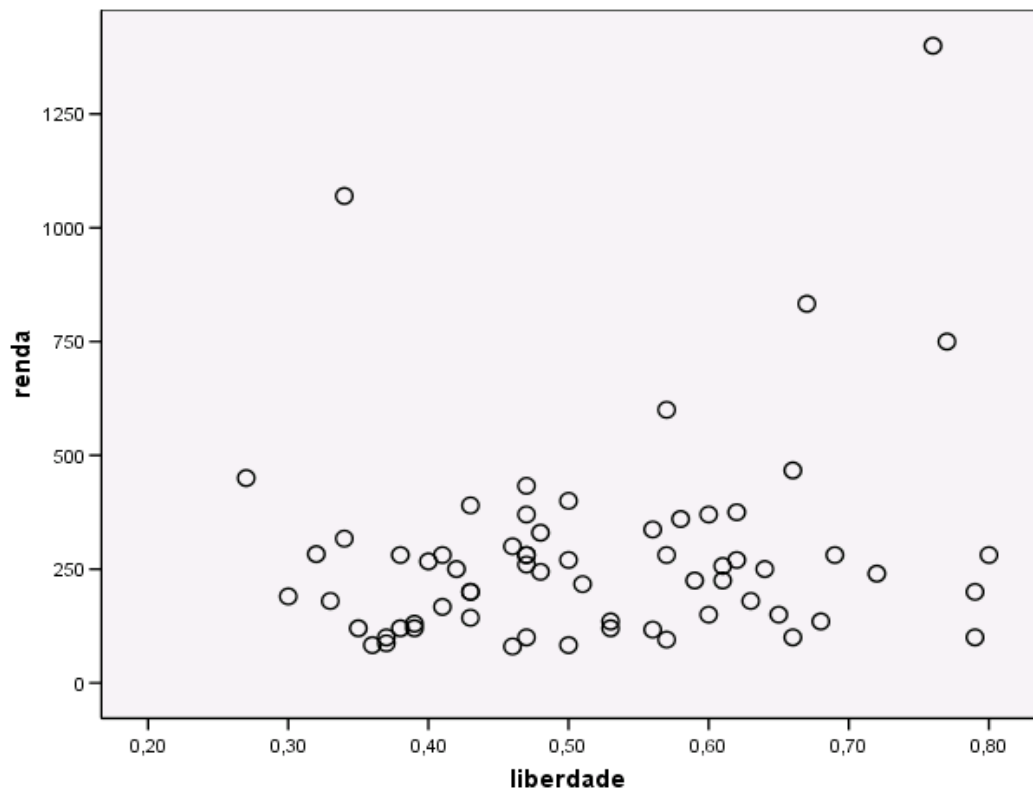
Família	renda per capita	pobreza de renda	IL	pobreza de liberdade	resultados coincidem
33	1400	não	0,76	não	X
34	375	não	0,62	sim	
35	600	não	0,57	sim	
36	257	não	0,61	sim	
37	120	sim	0,38	sim	X
38	833	não	0,67	sim	
39	283	não	0,32	sim	
40	370	não	0,47	sim	
41	217	não	0,51	sim	
42	100	sim	0,37	sim	X
43	83	sim	0,50	sim	X
44	250	não	0,64	sim	
45	281	não	0,47	sim	
46	370	não	0,60	sim	
47	100	sim	0,79	não	
48	337	não	0,56	sim	
49	390	não	0,43	sim	
50	281	não	0,69	não	X
51	360	não	0,58	sim	
52	260	não	0,47	sim	
53	270	não	0,62	sim	
54	117	sim	0,56	sim	X
55	300	não	0,46	sim	
56	281	não	0,57	sim	
57	433	não	0,47	sim	
58	267	não	0,40	sim	
59	200	não	0,43	sim	
60	150	sim	0,60	sim	X
61	180	sim	0,33	sim	X
62	244	não	0,48	sim	
63	750	não	0,77	não	X
64	190	não	0,30	sim	
65	317	não	0,34	sim	

Família	renda per capita	pobreza de renda	IL	pobreza de liberdade	resultados coincidem
66	175	sim	0,37	sim	X
Média	281	não	0,52	sim	

Fonte: Estudo de campo na favela do Vidigal (Santos, 2007).

Ao compararmos as colunas “pobreza de renda” e “pobreza de liberdade” contamos haver equivalência de resultados em 28 famílias, o que representa 42% da amostra. Percebemos também que as médias finais de cada coluna demonstram que embora o Vidigal não seja pobre de renda, ele é pobre em liberdade. Observe no gráfico a seguir a correlação existente entre os indicadores de renda e de liberdade:

GRÁFICO 6: Correlação entre renda e liberdade



QUADRO 5: Correlação entre renda e liberdade

		renda	liberdade
renda	Correlação de Pearson - r	1	0,209
	Sig. (2-tailed) - p		0,096
	N	65	65
liberdade	Correlação de Pearson - r	0,209	1
	Sig. (2-tailed) - p	0,096	
	N	65	65

A correlação de Pearson permitiu verificar que os resultados de associação entre estas duas variáveis não são estatisticamente significativos ($r = 0,209$ e $p > 0,05$). Logo, é possível concluirmos que a tese da não equivalência plena entre insuficiência de renda e ausência de liberdade se confirma para o Vidigal.

4.5) Comparação do IL com a medida de pobreza pelo capital social

A literatura sobre favelas tem apontado com frequência que o capital social constitui-se uma das maiores riquezas destes territórios. Com vistas a conferir esta afirmação, faremos uma comparação entre o índice de liberdade que mede o capital social e o índice de liberdade geral obtido para cada família.

Para encontrar o índice de liberdade que mede o capital social calculamos a média de dois funcionamentos: “Participar da vida da comunidade” e “Participar da vida associativa da cidade”, os quais propunham-se justamente a mensurar o capital social na favela. Após encontrada esta média basta confrontá-la com o índice de liberdade geral de cada família e verificar se ambos os resultados indicam o mesmo grau de pobreza.

QUADRO 6 - Pobreza de liberdade *versus* pobreza de capital social

Família	IL	IL	IL	IL GERAL	RESULTADOS
	VIDA COMUNIDADE	VIDA CIDADE	CAPITAL SOCIAL	FAMÍLIAS	COINCIDEM
1	0,75	0	0,38	0,61	
2	0,5	0	0,25	0,80	
3	0,25	0	0,13	0,50	X
4	0,25	0	0,13	0,48	X
5	0,25	0	0,13	0,47	X
6	0,25	0	0,13	0,41	X
7	0,25	0	0,13	0,53	
8	0,5	0	0,25	0,43	X
9	0	0	0,00	0,50	X
10	0,25	0	0,13	0,79	
11	0,25	0	0,13	0,35	X
12	1	1	1,00	0,68	X
13	0,25	0	0,13	0,47	X
14	0,25	0	0,13	0,38	X
15	0,75	0	0,38	0,65	
16	0,25	0	0,13	0,39	X
17	0,5	0	0,25	0,39	X
18	0,5	0	0,25	0,53	
19	0,25	0	0,13	0,46	X
20	0,25	1	0,63	0,57	X
21	0,25	0	0,13	0,43	X
22	0,75	0	0,38	0,41	X
23	0,5	0	0,25	0,72	
24	0,5	0	0,25	0,66	
25	0,5	0	0,25	0,66	
26	0,25	0	0,13	0,34	X
27	0,5	0	0,25	0,37	X
28	0,25	0	0,13	0,63	
29	0,25	0	0,13	0,36	X
30	0,75	0	0,38	0,42	X
31	0,5	0	0,25	0,27	X
32	0,5	0	0,25	0,59	
33	0,5	0	0,25	0,76	
34	0,5	0	0,25	0,62	
35	0,5	0	0,25	0,57	
36	0,5	0	0,25	0,61	
37	0,5	0	0,25	0,38	X
38	0,5	0	0,25	0,67	
39	0,25	0	0,13	0,32	X
40	0,5	0	0,25	0,47	X
41	0,5	0	0,25	0,51	
42	0	0	0,00	0,37	X
43	0,5	0	0,25	0,50	X
44	0,75	0	0,38	0,64	
45	0,75	0	0,38	0,47	X
46	0,5	0	0,25	0,60	
47	0,5	0	0,25	0,79	

	IL	IL	IL	IL GERAL	RESULTADOS
Família	VIDA COMUNIDADE	VIDA CIDADE	CAPITAL SOCIAL	FAMÍLIAS	COINCIDEM
48	0,25	0	0,13	0,56	
49	0	0	0,00	0,43	X
50	0,5	0	0,25	0,69	
51	0,75	0	0,38	0,58	
52	0,25	0	0,13	0,47	X
53	0,5	0	0,25	0,62	
54	0,75	0	0,38	0,56	
55	0,25	0	0,13	0,46	X
56	0,5	0	0,25	0,57	
57	0,5	0	0,25	0,47	X
58	0,25	0	0,13	0,40	X
59	0,5	0	0,25	0,43	X
60	0,75	0	0,38	0,60	
61	0,5	0	0,25	0,33	X
62	0,25	0	0,13	0,48	X
63	0,5	0	0,25	0,77	
64	0,75	0	0,38	0,30	X
65	0,5	0	0,25	0,34	X
66	0	0	0,00	0,37	X
Média	0,452	0,03	0,231	0,52	

Fonte: Estudo de campo na favela do Vidigal (Santos, 2007).

A última coluna do quadro 3 nos mostra que em 38 das 66 famílias houve coincidência de grau de pobreza quando comparamos capital social com liberdade de escolha, o que representa 57,5% da amostra. (Estamos considerando como coincidentes os resultados que denotam em ambos os casos pobreza ($IL < 0,67$), extrema pobreza ($IL < 0,5$) ou ausência de pobreza ($IL > 0,67$). Note não ter havido coincidência de resultados quando comparadas as médias dos ILs (última linha): os moradores do Vidigal são pobres em liberdade ($IL = 0,52$), porém extremamente pobres em capital social ($IL = 0,231$). Observe também que mesmo que se exclua o funcionamento “participar da vida da cidade” do cálculo do IL do capital social, ainda assim teríamos extrema pobreza para este funcionamento (0,452).

Note que a ocorrência de resultados coincidentes foi maior na comparação da pobreza de liberdade com a pobreza de capital social (57,5%) do que na comparação da pobreza de liberdade com a pobreza de renda (42%). Uma das justificativas para esta diferença pode ser o fato de que o capital social está incluído no cálculo do Índice de Liberdade, enquanto a renda não está.

Dado que estes números contrariam a tese amplamente difundida de que os moradores de favelas são ricos em capital social, cabe uma justificativa para este resultado. Neste sentido, recorreremos a Granovotter (2005). Segundo este autor, existem duas categorias de laços através dos quais os indivíduos interagem em uma estrutura social: laços fortes e laços fracos. Os primeiros são os laços que se estabelecem entre amigos próximos e familiares. Já laços fracos são aqueles que se criam entre pessoas que pouco convivam, ainda que regularmente. A partir desta distinção, Granovotter assevera que as novas informações e oportunidades fluem melhor entre indivíduos unidos por laços fracos do que por laços fortes. Isso decorre do fato de que amigos próximos tendem a se movimentar no mesmo círculo de pessoas, por conseguinte, tendem a receber e transmitir as mesmas informações. Em contrapartida, conhecer pessoas novas e manter contato esporádico com outras implica fazer uso de uma rede de informações novas e não redundantes. Com base neste argumento Granovotter justifica a “força dos laços fracos”.

O que percebemos na comunidade do Vidigal é justamente este contraste entre a presença expressiva de laços fortes – a grande maioria possui familiares na comunidade e afirma poder contar com a ajuda de vizinhos –, e a quase inexistência de laços fracos – praticamente ninguém participa de associação na comunidade ou na cidade. Daí podemos inferir que o Vidigal é rico em capital social “pobre”, porém muito pobre em capital social rico. Dito de outra forma, o capital social em que eles são ricos é o capital menos emancipador, que não gera frutos, e que os mantém atrelados a uma mesma rede de pessoas, um mesmo estrato social e, conseqüentemente, um mesmo conjunto de oportunidades de escolha. Ou seja, o capital social de que os moradores do Vidigal dispõem não contribui para ampliar sua liberdade de escolha.

4.6) Resultados das perguntas objetivas e subjetivas

Algumas perguntas do questionário não se destinaram ao cálculo do Índice de Liberdade, mas à obtenção de informações relevantes sobre as famílias que habitam o Vidigal. A seguir apresentaremos estas perguntas com seus respectivos resultados.

1- Por que você optou por morar no Vidigal?

QUADRO 7 - Motivações para se morar no Vidigal

Resposta	Freq. Absoluta	Freq. Relativa
Nasci aqui	18	0,27
Proximidade de amigos e familiares	14	0,21
Proximidade do trabalho	14	0,21
Não tive outra escolha	11	0,17
Outro motivo	9	0,14

Fonte: Estudo de campo na favela do Vidigal (Santos, 2007).

Observe que a resposta “não tive outra escolha” é um indicador de privação de capacitações, embora esta pergunta não tenha sido computada no cálculo do Índice de Liberdade, visto que optamos por incluir apenas funcionamentos neste resultado.

2- Você arca com a maior parte das despesas da sua casa

Na amostra de 66 mulheres, 29 responderam “sim” e 37 responderam “não”, o que sugere que 44% das mulheres assumem o papel de chefe de família.

3- Há analfabetos na sua família (não necessariamente no domicílio)?

52% das entrevistadas afirmaram haver pelo menos um analfabeto na família. Muitos informaram que os pais eram analfabetos ou que possuíam familiares no Nordeste que não foram alfabetizados. Note, contudo, que dentre as entrevistadas, houve apenas dois casos de analfabetismo, ambos tratando-se de senhoras idosas.

4- Alguém na sua família (não necessariamente no domicílio) ingressou na Universidade?

29% das mulheres disseram haver pelo menos um universitário na família, no entanto, nenhuma dessas pessoas apontadas residia no Vidigal.

5 - Você participa de algum culto religioso?

QUADRO 8: Participação em culto religioso

Resposta	Freq. Absoluta	Freq. Relativa
Católico	30	0,45
Evangélico	14	0,21
Espírita	2	0,03
Nenhum	20	0,30

Fonte: Estudo de campo na favela do Vidigal (Santos, 2007).

O objetivo desta pergunta era o de identificar o tamanho da população evangélica do Vidigal, visto que os cultos evangélicos vêm atraindo massas de fiéis em todo o país, sobretudo entre os pobres. Esta informação nos daria um indício do quanto indivíduos sujeitos a privações tenderiam a procurar a religião evangélica. Pelo que pudemos perceber, no entanto, a religião mais presente no Vidigal é a católica, seguida da evangélica. Suponho que a preponderância da religião católica deva-se à presença expressiva na favela de imigrantes do Nordeste, onde o catolicismo é a religião mais praticada.

6- Por que motivo alguns jovens moradores da comunidade se envolvem com o tráfico de drogas?

QUADRO 9 - Motivações para o envolvimento de jovens com o tráfico

Resposta	Freq. Absoluta	Freq. Relativa
Por busca de poder	18	0,35
Para conseguir dinheiro fácil	14	0,27
Para ajudar a família	5	0,10
Por revolta	5	0,10
Outras:		
"fraqueza da cabeça"	4	0,08
falta de oportunidade	2	0,04
injustiça social	1	0,02
falta de emprego	1	0,02
para sustentar o vício	1	0,02
para conquistar mulheres	1	0,02

Fonte: Estudo de campo na favela do Vidigal (Santos, 2007).

Surpreendeu-me o bom-senso e discernimento com que a maioria das entrevistadas respondeu a esta pergunta. 35% acredita que os jovens procuram o tráfico por busca de poder, seja no sentido de se fazer reconhecer e respeitar na favela, já que não o são do lado de fora, seja no intuito de ganhar prestígio junto às garotas da comunidade. Algumas entrevistadas foram além das opções de respostas apresentadas,

revelando uma percepção dos problemas sociais, políticos e econômicos que levam os jovens a procurar o mundo do crime, como a falta de emprego, de oportunidade de estudo e a presença de injustiças sociais. Outros, porém, atribuem a características individuais o envolvimento com o tráfico, como não ser forte o suficiente para resistir a tentações, ser facilmente influenciável ou não ter bom caráter. Veja algumas respostas:

“Os jovens procuram o tráfico pra conseguir dinheiro fácil, mas você nunca vê eles ficando ricos!” (Francisca, 32 anos).

“Tem de tudo. Já vi até o pai pedir pra o filho ir. Muitos se revoltam porque a família não tem dinheiro. E também tem jovem que é muito violento, tem tudo, e vai pro crime.” (Dora, 52 anos).

“Pra comprar roupa de marca e ter prestígio com as garotas.” (Juliana, 19 anos).

7- O que há de melhor em morar no Vidigal?

QUADRO 10 - Melhores características da moradia no Vidigal

Resposta	Freq. absoluta	Freq. Relativa
Perto de tudo	16	0,24
Vista	10	0,15
Amizades	7	0,11
Família/amigos	3	0,05
Tranquilidade	3	0,05
Nada	3	0,05
Tudo	2	0,03
Todos se ajudam	1	0,02
Vizinhos	1	0,02
Todos se respeitam	1	0,02
Casa própria	1	0,02
Transporte	1	0,02
Comércio	1	0,02
Teatro (Grupo Nós do Morro)	1	0,02
Sustento garantido	1	0,02
Policiamento	1	0,02
Perto do trabalho	1	0,02
Natureza	1	0,02
Não tem enchente	1	0,02
Não cortam minha luz	1	0,02
Não pago IPTU	1	0,02
Posso dormir de porta aberta	1	0,02
Aluguel mais barato	1	0,02
Alegria dos moradores	1	0,02
Menos violento que outros lugares	1	0,02
Lembrança dos tempos de paz	1	0,02

Fonte: Estudo de campo na favela do Vidigal (Santos, 2007).

24% das moradoras acreditam que a maior vantagem de se morar no Vidigal seja a proximidade do trabalho, da praia e do comércio, 15% dizem que o melhor da favela é a vista e 11% afirmam que as amizades constituem o que há de melhor na comunidade. Apesar de a grande maioria das moradoras saber enfrentar tantas privações com bom humor e otimismo, sabendo reconhecer algumas boas vantagens de se morar na favela, outras não se conformam com seu infortúnio. Há também aquelas que parecem ter perdido a esperança no futuro. Pude perceber em algumas mulheres entrevistadas evidências fortes de desalento e depressão – houve quem chorasse várias vezes ao longo das entrevistas. Observe o que algumas entrevistadas responderam ao serem perguntadas sobre o que há de melhor em se morar no Vidigal:

“Nem sei o que responder. Não tenho outra opção. Acho que é estar perto da minha filha.” (D. Aparecida, 61 anos).

“Hoje não tem mais nada. Preferia antigamente quando a gente não tinha água nem energia e tinha que pegar água na nascente. Antes eu era moradora da floresta agora sou favelada.” (Denise, 41 anos)

“Nada. O melhor é não pagar água, luz, IPTU, mas nada disso paga a tranqüilidade.” (Laura, 32 anos).

8- O que há de pior em morar no Vidigal?

QUADRO 11 – Piores características da moradia no Vidigal

Resposta	Freq. Absoluta	Freq. Relativa
Guerras	19	0,29
Violência	16	0,25
Ladeiras/escadas	7	0,11
Tiroteio	3	0,05
Nada	3	0,05
Tráfico	2	0,03
Não poder subir o morro por causa de tiroteios	2	0,03
Bandidos	1	0,02
Vizinhos sujos	1	0,02
Desrespeito da polícia	1	0,02
Pegar mototaxi	1	0,02
Medo	1	0,02
Invasão de facções rivais	1	0,02
Fila da Kombi para subir	1	0,02
Esgoto aberto	1	0,02
Insegurança	1	0,02
Transporte	1	0,02
Condução cara	1	0,02
Corrupção	1	0,02

Fonte: Estudo de campo na favela do Vidigal (Santos, 2007).

Se somarmos os percentuais das respostas “guerras”, “violência”, “tiroteio”, “tráfico”, “não poder subir o morro”, “bandidos”, “desrespeito da polícia”, “medo”, “invasão de facções rivais” e “insegurança”, concluímos que para 75% das moradoras a pior característica da moradia no Vidigal está associada à violência. Há também muita insatisfação com relação às dificuldades de acesso ao domicílio, tanto pela necessidade de subir ladeiras e escadas, quanto pelo ônus adicional do transporte alternativo (kombis e mototaxis).

9- Você já deixou de ir trabalhar ou de procurar trabalho, por não ter dinheiro para o transporte?

50% das entrevistadas informaram já ter vivenciado este problema, embora algumas tenham afirmado que a falta de dinheiro não é empecilho para procurar trabalho:

“Se faltar vou a pé mesmo, enquanto Deus me der saúde!” (Marta, 37 anos).

O otimismo e a disposição para enfrentar obstáculos ficaram evidentes no discurso de muitas das entrevistadas. Observe outros exemplos:

- Qual a sua renda mensal?

“Recebo um salário e meio e sustento três filhas. Quando é pouco Deus intera.” (D. Regina, 55 anos).

- Você optaria por outra profissão se pudesse?

“Sim, e vou conseguir. Quero fazer faculdade de fisioterapia. É só meu filho ficar maiorzinho.” (Juliana, 19 anos).

5) CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo revelou que os moradores do Vidigal são pobres em liberdade de escolha, mais que isto, estão na iminência da extrema pobreza. Dentre os 13 funcionamentos investigados, 3 apresentaram ILs acima de 0,67, indicando não pobreza, 4 obtiveram ILs abaixo de 0,67, resultando em pobreza, e 6 apresentaram ILs abaixo de 0,5, significando extrema pobreza. O resultado geral configurou-se em um IL igual a 0,52, ou seja, pobreza.

Os fatores que mais contribuíram para este resultado foram os baixos índices de liberdade obtidos para os funcionamentos “ter boa escolaridade”, “comer adequadamente” e “participar da vida associativa da cidade”. Já os melhores resultados foram observados para os funcionamentos “morar bem”, “ter os filhos protegidos” (lembre, contudo, que os indicadores de violência não estão aí contidos) e “ter acesso a serviços básicos”.

Alguns números obtidos neste estudo corroboram as estatísticas evidenciadas no capítulo II. Este é o caso das informações relativas a serviços públicos, à escolaridade e, em parte, ao mercado de trabalho. Obtivemos excelentes indicadores para energia elétrica e abastecimento de água e bons indicadores para destino do lixo e do esgoto, como mostra o Censo. Os indicadores de escolaridade mostraram-se tão ruins quanto os do Censo. A taxa de informalidade ficou muito próxima daquela apresentada na introdução deste capítulo: 58% segundo o IETS (1998) e 50% neste estudo. O desemprego situou-se bastante acima do indicador do IETS: 10,8% em 1998 contra 25% hoje, conforme a pesquisa. Mas vale lembrar que a amostra utilizada neste estudo foi composta apenas de mulheres, o que pode acarretar alguma diferença no resultado.

Outros resultados desta pesquisa contrariam algumas crenças amplamente difundidas na literatura sobre favela. Enquanto o critério da insuficiência de renda classifica os moradores de favela como não-pobres, este trabalho demonstra que pela medida da liberdade os moradores do Vidigal são, sim, pobres. Por outro lado, embora alguns estudos sobre favelas tenham destacado o valor do capital social nestes locais, este trabalho mostrou que os moradores do Vidigal são detentores de um capital social muito pobre, posto que este não viabiliza uma ampliação do conjunto de oportunidades de escolhas abertas aos indivíduos.

Uma das experiências mais gratificantes deste trabalho foi a maneira gentil e hospitaleira como as moradoras do Vidigal receberam a mim e a minha equipe em suas casas. Invariavelmente, nos apontavam o melhor lugar da sala para sentar, ofereciam café, ligavam o ventilador e sempre se desculpavam por não poder oferecer mais conforto. Em alguns casos, as moradoras optavam por dar a entrevista na calçada de sua casa. Este foi o caso de Dona Judite, uma senhora de 82 anos que se dispôs a ficar em pé durante cerca de 40 minutos para nos dar a entrevista. Quando agradei pela

disponibilidade e atenção em responder ao questionário, Dona Judite me surpreendeu com a seguinte resposta:

“Muito obrigada você, minha filha. Uma jovem bonita trabalhando no meio dessa negada favelada. Isso que é muito importante! (Riu e me abraçou).

Outras pessoas sentiram muita necessidade de falar, se emocionaram ao longo das entrevistas (nos tomavam quase como terapeutas!), e lamentavam quando o questionário chegava ao fim:

“Obrigada pela entrevista. Me sinto aliviada. É bom poder falar, ter alguém pra ouvir. Porque normalmente ninguém quer saber das coisas que a gente precisa falar”. (Irene, 40 anos).

Não foram raros os convites para que retornássemos às suas casas para fazer um lanche. Certamente esta foi uma grande recompensa deste trabalho.

O melhor resultado deste estudo, no entanto, foi perceber que o convívio diário com o medo, a violência e o preconceito, a luta contra a falta de recursos para comer, vestir-se adequadamente, pagar o transporte adicional para subir o morro ou comprar remédios, não retiraram do morador do Vidigal a alegria de viver, a esperança no futuro e o orgulho de dizer “sou morador do Vidigal!”.

CONCLUSÃO

A avaliação da pobreza pode partir de múltiplas perspectivas. Vimos que as medidas que se orientam pelo critério exclusivo da insuficiência de renda, embora largamente utilizadas, dada sua maior praticidade, constituem um espaço avaliatório excessivamente exíguo para identificação das necessidades individuais. Evidências empíricas comprovam a não-existência de equivalência plena entre aumento da renda e melhoria da qualidade de vida, visto que a renda, por si só, não se converte necessariamente em várias realizações importantes para o bem-estar humano.

Em oposição ao uso de uma única variável focal, argumentou-se que a pobreza deva ser entendida como uma composição de privações econômicas e não-econômicas, posto que as pessoas não encontram valor apenas na posse de bens e serviços, mas essencialmente naquilo que podem *ser e fazer* com base na liberdade de que desfrutam. Daí concluímos que a posição de um indivíduo em um ordenamento social deve ser apreciada em função dos estados e ações que ele realiza ao viver – os chamados *funcionamentos* – e da forma como estes estados e ações vieram a emergir, ou seja, se foram fruto de uma efetiva *liberdade de escolha* da pessoa ou não.

Uma vez admitida a função crucial da liberdade na análise da pobreza, destacou-se os três papéis fundamentais que ela desempenha: i) por si só, gera bem-estar; ii) permite a realização de funcionamentos relevantes para o bem-estar; iii) possibilita que o indivíduo realize sua condição de agente, i.e., “melhora o potencial das pessoas para cuidar de si mesmas e para influenciar o mundo” (Sen, 2000, p. 33). Por outro lado, identificou-se que a privação de liberdade pode estar associada à pobreza econômica, à carência de serviços públicos e assistência social ou à negação de liberdades políticas e civis. Apesar de serem distintas, alertou-se para existência de uma forte correlação entre estas três fontes de privação de liberdade.

A abordagem das capacitações mostrou-se muito mais adequada para o entendimento da pobreza relativa. Vimos que a diversidade humana resulta em necessidades distintas, seja no âmbito individual, seja no contexto de cidades ou países: aquilo que é importante para o bem-estar de um indivíduo, ou de uma sociedade, pode ser totalmente irrelevante para uma outra pessoa ou sociedade. De um modo geral, a base informacional dos funcionamentos e capacitações, apesar de mais complexa e menos precisa, apresentou-se uma forma de avaliação muito mais realista, abrangente, e

refinada da qualidade de vida das pessoas, relativamente às outras alternativas comumente utilizadas

Partindo da abordagem das capacitações, procurou-se comprovar a hipótese de que o favelado carioca, embora não seja pobre em renda, é pobre em liberdade. Este trabalho consistiu em duas etapas. Inicialmente foi realizada uma análise da literatura recente sobre favelas, onde foram identificadas quais as principais formas de privações que atingem os moradores destas localidades, através de indicadores econômicos e sociais difundidos. Em seguida, foram verificadas empiricamente as evidências obtidas no estudo bibliográfico por meio de um estudo de caso na favela do Vidigal, onde procurou-se captar os funcionamentos efetivamente realizados por meio de entrevistas em profundidade.

Embora os moradores de favelas cariocas tenham conquistado nos últimos 30 anos ganhos efetivos em termos de rendimentos do trabalho, confirmando a tese de que o favelado não é *pobre de renda*, salientou-se que sua remuneração ainda é visivelmente inferior à dos moradores da cidade que possuem os mesmos atributos produtivos que o seu. Esta verificação sugere a ocorrência de discriminação salarial pelo local da moradia. Além disso, embora o acesso a serviços públicos seja significativo, outros indicadores sócio-econômicos reforçam a privação dos moradores de favelas em relação à cidade formal.

Portanto, morar na favela diminui, inequivocamente, as possibilidades de escolhas dos indivíduos, interferindo na sua capacidade para realizar funcionamentos importantes. Embora estas fontes de privação não sejam exclusivas dos moradores de favela, podendo ser encontradas em outras áreas da cidade, naqueles territórios elas assumem características singulares: ocorrem simultaneamente, em maior intensidade, e resultam em um mecanismo em que um tipo de privação reforça o outro, reafirmando o estigma de *favelado*. Logo, a revisão da literatura sobre favelas permitiu-nos concluir que a pobreza do favelado não é um mito, e sim uma realidade.

A segunda etapa deste trabalho, o estudo de campo na favela do Vidigal, confirmou a maioria das afirmações apresentadas no estudo bibliográfico. Com o objetivo de aferir os funcionamentos das famílias da favela, optou-se por avaliar o grau de pobreza de uma amostra de mulheres da população do Vidigal com base no seu êxito em realizar 13 funcionamentos pré-selecionados. A partir dos questionários, foi calculado um índice de bem-estar para o Vidigal, o Índice de Liberdade (IL).

O funcionamento “morar bem” apresentou um IL igual a 0,723. Assumindo-se 0,67 como linha de pobreza e 0,5 com linha de extrema pobreza, os moradores do Vidigal não são pobres neste funcionamento, embora apresentem um certo grau de necessidades insatisfeitas. A maior deficiência neste item está associada à ausência de liberdade para se acessar o domicílio, tanto pelo impedimento de subir o morro, quanto pela impossibilidade de se voltar para casa.

“Ser saudável” revelou um IL igual a 0,622, o que classifica a população do Vidigal como pobre neste funcionamento. Os piores indicadores relacionam-se à insuficiência de postos de saúde, ao estresse vivido por mais de 60% das mulheres e à reduzida porcentagem de pessoas que praticam alguma atividade física.

O funcionamento “ter um trabalho gratificante” revelou que menos da metade das moradoras do Vidigal se julgam gratificadas pelo trabalho que desempenham. O desemprego atinge 25% das mulheres; dentre os que trabalham, apenas 48% possui carteira assinada; 51% das entrevistadas trabalham mais de oito horas por dia; 64% desejariam de ter outra ocupação ou profissão; e 85% gostariam de ter estudado mais, porém não tiveram a oportunidade.

“Ter boa escolaridade” apresentou um dos piores resultados dentre o conjunto de funcionamentos selecionados para este estudo. 30% da amostra não completou sequer o curso primário e outros 30% não concluíram o ginásio. O número de pessoas que ingressou na universidade foi desprezível e nenhuma das entrevistadas possuía nível superior completo.

O funcionamento “ter os filhos protegidos” apresentou um bom resultado. Observou-se que as famílias do Vidigal são pouco numerosas – 90% destas possuíam apenas 1 ou 2 crianças com idade até 14 anos, o que resulta em menor grau de vulnerabilidade para os filhos. Praticamente não foram encontradas crianças menores de 14 anos fora da escola ou trabalhando.

Em termos de serviços públicos a favela do Vidigal não se revelou pobre, embora tenha se situado muito próximo à linha de pobreza (0,67).

Embora 70% das entrevistadas tenham afirmado nunca ter sido vítima de preconceito, 80% nunca ter precisado omitir o endereço da moradia para conseguir um emprego e 85% nunca ter deixado de conseguir um emprego por ser moradora de favela, quase todas disseram conhecer alguém do Vidigal que já houvesse vivenciado alguma destas situações. Ou seja, verificou-se uma nítida tendência por parte das moradoras em negar o estigma de que são vítimas.

ILs iguais a 0,38 e 0,42 indicaram extrema pobreza nos funcionamentos “comer adequadamente” e “vestir-se adequadamente”, respectivamente.

Embora 71% possam contar com a ajuda de vizinhos e 72% possuam familiares na comunidade, apenas 17% delas participam de alguma atividade cultural ou de alguma associação na comunidade, o que resultou em um IL de 0,43 para o funcionamento “participar da vida da comunidade”, indicando extrema pobreza.

Os resultados relativos a “viver sem medo” foram desanimadores: 61% das moradoras disseram ter medo de sair de casa, 67% delas afirmaram ter mudado seus hábitos e rotina em função da violência, 65% já haviam perdido algum amigo ou conhecido em tiroteio e 70% declarou que a violência está destruindo as relações de amizade na favela. O IL para este funcionamento ficou em 0,57.

Embora 86% das entrevistadas tenham se declarado felizes e 73% orgulhosas por morarem no Vidigal, 64% delas trocariam sua casa na favela por outra do mesmo tamanho e preço em um bairro da cidade e 79% gostariam que seus filhos e netos deixassem a favela. Resultado controvertido, assim como aquele sobre preconceito. O IL do funcionamento “ser feliz e ter orgulho próprio” situou-se também em 0,57.

Ficou evidente ao longo desta pesquisa que a principal fonte de queixas das moradoras do Vidigal é a convivência permanente com o medo decorrente da violência. A principal fonte de satisfação, por outro lado, foi a localização da favela, próxima aos locais de trabalho, à praia e ao comércio.

O Índice de Liberdade encontrado para população do Vidigal foi de 0,52, indicando que os moradores desta favela são pobres, e praticamente atingem a extrema pobreza. Ao compararmos “pobreza de liberdade” com “pobreza de capital social” observou-se que os resultados foram coincidentes para 68% da amostra. Confirmando a afirmação anteriormente realizada no estudo bibliográfico, percebeu-se que o Vidigal é rico em capital social “pobre”, porém muito pobre em capital social rico. Logo, o capital social de que os moradores do Vidigal dispõem não contribui para ampliar sua liberdade de escolha.

Ao compararmos a “pobreza de renda” com a “pobreza de liberdade” contamos haver equivalência de resultados em apenas 36% da amostra. Este resultado confirma o pressuposto fundamental da abordagem das capacitações: a não ocorrência de correlação plena entre insuficiência de renda e falta de liberdade de escolha. Portanto, tanto a revisão da literatura sobre favelas quanto o estudo de campo

comprovaram que o morador de favela é, de fato, pobre. Mais que isto, ficou demonstrado que a favela é, por si só, um fator de empobrecimento da vida humana.

ANEXOS

ANEXO 1 - Proporção de área ocupada por favela, sobre a área total da AP - Cidade do Rio de Janeiro - 1999 e 2004.

Área de Planejamento	Área (km ²)			Proporção de área ocupada por favela	
	Favelas em 1999 (A)	Favelas em 2004 (B)	Total (C)	% (A) / (C) 1999	% (B) / (C) 2004
Cidade	41,46	42,89	1224,56	3,39	3,50
AP1 – Centro	2,26	2,28	34,4	6,58	6,62
AP2 - Zona Sul	4,11	4,10	100,43	4,10	4,09
AP3 - Zona Norte	17,36	17,75	203,49	8,53	8,72
AP4 - Barra e Jacarepaguá	6,01	6,29	293,78	2,05	2,14
AP5 - Zona Oeste	11,71	12,47	592,46	1,98	2,10

Fonte: IPP/DIG - SABREN e Cartografia Digital

ANEXO 2 - Os 10 bairros da Cidade do Rio de Janeiro com maior crescimento de área de favela, ordenado pela variação absoluta - entre 1999 e 2004

Bairro	Área m ²		Variação	
	1999	2004	Absoluta (m ²)	%
Guaratiba	1.311.824,6	1.610.075,3	298.250,7	22,7
Senador Camará	1.721.688,1	1.821.814,5	100.126,4	5,8
Santa Cruz	1.343.005,5	1.432.396,2	89.390,7	6,7
Acari	480.114,5	553.341,5	73.227,1	15,3
Jacarepaguá	1.772.479,9	1.842.472,9	69.993,0	4,0
Paciência	1.538.441,6	1.600.384,9	61.943,3	4,0
Campo Grande	1.037.380,7	1.095.227,8	57.847,2	5,6
Recreio dos Bandeirantes	466.819,5	522.082,3	55.262,8	11,8
Pavuna	910.667,3	962.398,6	51.731,3	5,7
Bangu	1.315.072,9	1.366.383,8	51.310,9	3,9

Fonte: IPP/DIG - SABREN e Cartografia Digital

ANEXO 3 - Número, área e variação da área de favelas, por Regiões Administrativas (RA), ordenado pela variação entre 1999 e 2004 na Cidade do Rio de Janeiro.

Região Administrativa	Número de favelas	Área (km ²)		Variação %
		1999	2004	
Cidade	750	41,46	42,89	3,46
XXVI – Guaratiba	25	1,378	1,681	21,99
XXIV - Barra da Tijuca	50	1,507	1,598	6,02
XIX - Santa Cruz	31	2,939	3,091	5,19
XII – Inhaúma	19	0,603	0,632	4,90
XVIII - Campo Grande	44	3,088	3,231	4,64
XXXIV - Cidade de Deus	6	0,107	0,112	4,40
XVI – Jacarepaguá	94	4,397	4,583	4,23
XXV – Pavuna	37	3,135	3,267	4,21
XXXIII – Realengo	30	0,688	0,715	3,83
XXX - Complexo da Maré	10	0,910	0,943	3,69
XVII – Bangu	43	3,618	3,748	3,58
XXI - Ilha de Paqueta	3	0,030	0,031	3,33
XX - Ilha do Governador	29	1,511	1,557	3,10
XIII – Méier	52	1,927	1,981	2,76
XV – Madureira	53	1,983	2,036	2,65
X – Ramos	19	0,955	0,973	1,88
XXVII – Rocinha	1	0,853	0,864	1,35
XXIII - Santa Teresa	17	0,314	0,318	1,35
V – Copacabana	4	0,280	0,284	1,29
I – Portuária	11	0,406	0,411	1,17
XI – Penha	16	1,106	1,117	0,99
XIV – Irajá	9	0,821	0,829	0,93
III - Rio Comprido	18	0,783	0,789	0,71
IV – Botafogo	14	0,331	0,333	0,56
XXVIII - Jacarezinho	9	0,441	0,443	0,45
VI – Lagoa	7	0,488	0,490	0,41
XXIX - Complexo do Alemão	12	1,854	1,861	0,37
XXXI - Vigário Geral	17	1,023	1,024	0,14
II – Centro	0	0,000	0,000	0,00
XXII – Anchieta	30	1,090	1,090	-0,02
VII - São Cristóvão	14	0,728	0,727	-0,15
VIII – Tijuca	16	1,219	1,211	-0,71
IX - Vila Isabel	10	0,943	0,923	-2,12

Fonte: IPP/DIG - SABREN e Cartografia Digital

ANEXO 4: QUESTIONÁRIO

PERGUNTAS GERAIS:

- 1) Qual sua idade?
- 2) Desde quando mora no Vidigal?
- 3) Por que você optou por morar na comunidade?
 - (a) proximidade dos amigos e familiares
 - (b) proximidade do trabalho
 - (c) não teve outra escolha
 - (d) Nasci aqui
 - (e) outro motivo? Qual?
- 4) Você arca com a maior parte das despesas da sua casa?
- 5) Qual a renda total da família?
- 6) Já deixou de ir trabalhar, ou de procurar trabalho, por não ter dinheiro para o transporte?
- 7) Gostaria de fazer algum curso? Qual?
- 8) O que há de melhor em morar no Vidigal?
- 9) O que há de pior em morar no Vidigal?

PERGUNTAS CLASSIFICADAS POR FUNCIONAMENTOS:

MORAR BEM

- 10) Quantas pessoas moram nesta casa?
- 11) Sua casa é própria? Caso positivo, você tem algum documento que comprove que a casa é sua?
- 12) Você paga IPTU?
- 13) A ventilação da casa é adequada?
- 14) Há algum cômodo onde dormem 4 ou mais pessoas?
- 15) Sua casa é construída de tijolo?
- 16) Possui reboco?

- 17) Já houve desabamento?
- 18) Se a casa for alugada, você já foi ameaçado de despejo pelo proprietário?
- 19) Você já foi impedido de subir o morro?
Se sim, por quem?
a. polícia
b. tráfico
c. outro
- 20) Já aconteceu de você não poder voltar casa?
Se sim, por que?
a. polícia
b. tráfico
c. outro motivo

TER BOA SAÚDE

- 21) Quantas horas você dorme por dia?
a. menos de 6
b. mais de 6
- 22) Você considera a sua vida estressante?
Se sim, por quê?
a. Muito cansaço (trabalho fora de casa e em casa)
b. Preocupação com dinheiro
c. Medo
d. Outro? Qual?
- 23) Você pratica alguma atividade física?
- 24) Já houve caso de morte de menores de 5 anos na família por motivo de doença?
- 25) Alguém já precisou de médico e não conseguiu ser atendido?
- 26) Alguém já precisou de remédio e você não pôde comprar?
- 27) As crianças com menos de 1 ano de idade vão ao médico regularmente? (caso haja crianças nessa faixa etária na família)
- 28) Você faz exame ginecológico anual?
- 29) Já fez mamografia (caso tenha mais de 40 anos)?
- 30) Faltam postos de saúde na comunidade para atender os moradores?

31) Há, ou já houve, doenças causadas por vermes na família?

32) Você sabe que indo a um posto de saúde você tem direito a receber de graça qualquer método para evitar gravidez?

33) Você sabe como prevenir doenças sexualmente transmissíveis?

TER UM TRABALHO GRATIFICANTE

34) Qual sua profissão?

35) Você se encontra empregada?

36) Você trabalha com carteira assinada?

37) Quantas horas você trabalha por dia?

- a. até 8 horas
- b. entre 8 e 10 horas
- c. mais de 10 horas

38) Você gostaria de ter estudado mais tempo, mas não teve a oportunidade?

39) O que a impediu?

- a. teve que trabalhar
- b. não tinha vaga na escola
- c. a escola não era boa
- d. teve que cuidar dos filhos

40) Você optaria por outra profissão se pudesse? Qual?

TER BOA ESCOLARIDADE

41) Você estudou até que série?

- (a) 1ª a 4ª série
- (b) 5ª a 8ª série
- (c) chegou ao segundo grau (1º, 2º ou 3º colegial)
- (d) chegou à universidade mas não concluiu
- (e) concluiu a universidade

42) Alguma pessoa na família é analfabeta (não sabe ler nem escrever)?

43) Alguém na família ingressou na universidade?

44) Faltam escolas na comunidade?

TER OS FILHOS PROTEGIDOS

- 45) Quantas crianças (até 14 anos) moram aqui?
- 46) Há crianças na família com mais de 5 anos fora da escola?
- 47) Há crianças na família que já trabalham?
- 48) Alguma criança ou adolescente na família precisou deixar a escola para trabalhar?
- 49) As crianças praticam algum esporte?
- 50) Há ou já houve adolescente grávida na família?
- 51) Caso positivo, a gravidez foi por escolha ou por acidente?
- 52) O que você mais teme para o seu filho?
 - (a) uso de drogas
 - (b) envolvimento com o crime
 - (c) ficar desempregado
 - (d)outro? Qual?

TER ACESSO A SERVIÇOS BÁSICOS

- 53) Seu domicílio possui energia elétrica?
- 54) Você tem acesso a água encanada?
- 55) Há carência de transporte público na comunidade?
- 56) Há serviço de coleta de lixo na sua casa?
- 57) Há drenagem para o esgoto na sua casa?
- 58) A pavimentação das ruas que levam a sua casa é adequada?
- 59) A iluminação das ruas à noite é adequada?
- 60) Falta policiamento na comunidade?

NÃO SOFRER PRECONCEITO

- 61) Você ou alguém na família já sofreu discriminação por morar no Vidigal?

62) Você já deixou de conseguir um emprego por ser moradora de comunidade?

63) Alguém já precisou esconder ou mudar o local da moradia para conseguir um emprego?

64) Você sente necessidade de estar bem vestida para ser respeitado na comunidade?

65) Você sente necessidade de estar bem vestida para ser respeitado fora da comunidade?

66) Você acha que os moradores da comunidade têm os seus direitos garantidos tanto quanto os outros moradores da cidade?

SER FELIZ E TER ORGULHO PRÓPRIO

67) Você sente orgulho de morar na comunidade?

68) Caso positivo, por que?

69) Você se considera uma pessoa feliz?

70) Você trocaria sua casa por outra do mesmo tamanho e preço que a sua, com escritura, que fosse situada em um bairro da cidade?

71) Caso a resposta acima tenha sido negativa:

E se você pudesse levar seus amigos e familiares com você?

72) Você gostaria que seus filhos e netos saíssem da favela e fossem morar em um bairro da cidade?

COMER ADEQUADAMENTE

73) Já precisou diminuir a quantidade de alimentos por falta de dinheiro?

74) Já precisou trocar os alimentos que você consome por outros mais baratos?

VESTIR-SE ADEQUADAMENTE

75) Faltam-lhe recursos para comprar roupas e calçados?

PARTICIPAR DA VIDA DA COMUNIDADE

76) Você pode contar com a ajuda dos vizinhos?

77) Há familiares seus na comunidade?

78) Você participa de alguma atividade cultural (escola de samba, teatro, etc.)?

79) Você participa de alguma associação na comunidade?

80) Você participa de culto religioso? Qual?

PARTICIPAR DA VIDA ASSOCIATIVA DA CIDADE

81) Você participa de alguma associação fora da comunidade?

VIVER SEM MEDO

82) Os tiroteios na comunidade são freqüentes?

83) Alguém na família já foi vítima de bala perdida no Vidigal?

84) Alguém já sofreu violência da polícia no Vidigal?

85) Você já teve sua casa invadida?

Se sim, por quem?

- (a) polícia
- (b) tráfico
- (c) outro

86) Você tem medo de sair de casa por causa da violência?

87) A violência mudou de alguma forma seus hábitos?

88) Você já perdeu algum amigo, vizinho ou parente em tiroteio no Vidigal?

89) Por que motivo alguns jovens moradores da comunidade se envolvem com o tráfico de drogas?

- a. Para ajudar a família
- b. Para conseguir dinheiro fácil
- c. Por revolta
- d. Por busca de poder
- e. outro? qual?

90) Você acha que a violência está prejudicando as relações de amizade entre os moradores da comunidade? Caso positivo, o que mudou?

Na pergunta a seguir, pedir para o informante atribuir uma nota de 1 a 3 a cada um dos itens, de acordo com o grau de importância que ele dá a cada um.

- 1- pouco importante**
- 2- importante**
- 3- muito importante**

91) Qual a importância de cada um desses itens para você?

- (1) Morar bem
- (2) Ter boa saúde
- (3) Ter um trabalho gratificante
- (4) Ter boa escolaridade
- (5) Ter os filhos protegidos
- (6) Ter acesso a serviços básicos – água, esgoto, coleta de lixo, transporte, ruas pavimentadas e iluminadas.
- (7) Não sofrer preconceito
- (8) Comer adequadamente
- (9) Vestir-se adequadamente
- (10) Participar da vida da comunidade
- (11) Participar da vida associativa da cidade
- (12) Viver sem medo
- (13) Ser feliz e ter orgulho próprio

ANEXO 5: Setores do Vidigal – relação dos nomes de ruas

Setor 286:

- Av. Presidente João Goulart (Estrada do Tambá)
- Rua Benedito Calixto
- Rua Doutor Olinto de Magalhães
- Rua Nuno Álvares Pereira

Setor 291:

- Rua Dom Eugênio Sales
- Rua Bento Rubião
- Rua Padre Ítalo Coelho
- Rua Márcia Leite
- Rua Maria Helena Noronha
- Rua Dr. José Noronha
- Rua Renato Dantas

- Av. Pres. João Goulart

Setor 292:

- Rua Dr. Sobral Pinto
- Rua Nei Mato Grosso
- Rua Sérgio Ricardo
- Rua Maria Amélia Noronha
- Rua Josué
- Rua Alves da Silva
- Rua Severino Alves da Silva
- Rua Frei Benjamim
- Rua Pres. João Goulart
- Caminho Boa Vista
- Rua Maria Helena Noronha
- Rua Márcia Leite
- Rua Filomena de Prinzio
- Rua Padre Ítalo Coelho

Setor 293:

- Rua Cristina Borges
- Rua Dr. Sobral Pinto
- Rua Dra. Vera Lúcia
- Rua João Paulo I
- Rua Dom Eugênio Sales
- Rua Paulo Roberto Munis
- Rua Felícia
- Rua Dra. Eliana Atháide
- Rua Sônia de Matos Caula
- Rua Maurício Ruiz
- Rua Seis de Janeiro

Setor 294:

- Rua Padre Artola
- Av. Pres. João Goulart
- Rua Doze de Junho
- Rua Madre Ana Coinbra
- Rua Nelson Bispo
- Rua Frei Baudélio
- Rua Treze de Maio
- Rua Eneida Veloso Brasil
- Rua Dr. Sobral Pinto

- Rua José Ferreira da Silva
- Rua Regina Pereira
- Rua Cristina Borges

Setor 295:

- Av. Pres. João Goulart
- Rua Eduardo Fraga
- Rua Deputado Delio dos Santos
- Rua Padre Ítalo Coelho
- Rua Frei Benjamim
- Rua Dr. Sobral Pinto
- Rua Fernando da Silva Cardoso
- Rua Moema Noronha
- Rua da Matriz
- Rua Tânia Lúcia da Silva

Setor 296:

- Rua São Pedro
- Rua Noronha Filho
- Rua Maria Cristina Noronha
- Rua Renato Vasconcelos
- Rua Moema Noronha
- Rua 21 de abril
- Rua Sobral Pinto
- Rua Vanderlei Ferreira
- Rua Flores da Cunha

Setor 297:

- Rua Frei Henrique
- Rua Armando de Almeida Lima
- Rua 25 de dezembro
- Rua Padre Anchieta
- Rua 31 de julho
- Rua Madre Tereza de Calcutá
- Rua Sílvio de Moraes
- Rua João XXIII
- Rua Luiz Cardoso Soares
- Rua 12 de outubro

Setor 298:

- Rua Herbert Betinho de Souza
- Luis Cláudio Lima
- Rua Carlos Duque
- Rua Carlos Pernambuco
- Rua Frei Henrique
- Beco Dom João
- Rua Dr. André Feijó

Setor 299:

- Av. Pres. João Goulart
- Rua 13 de julho
- Rua Madre Tereza de Calcutá
- Rua 25 de dezembro
- Rua Diniz
- Rua da Felicidade
- Rua Bernardo Neves
- Rua Armando Almeida de Lima
- Rua santo Antônio
- Rua 1º de maio
- Rua Joaquim Rufino
- Rua Dra. Regina de Carvalho
- Rua Major Torja Martins Filho

Setor 300:

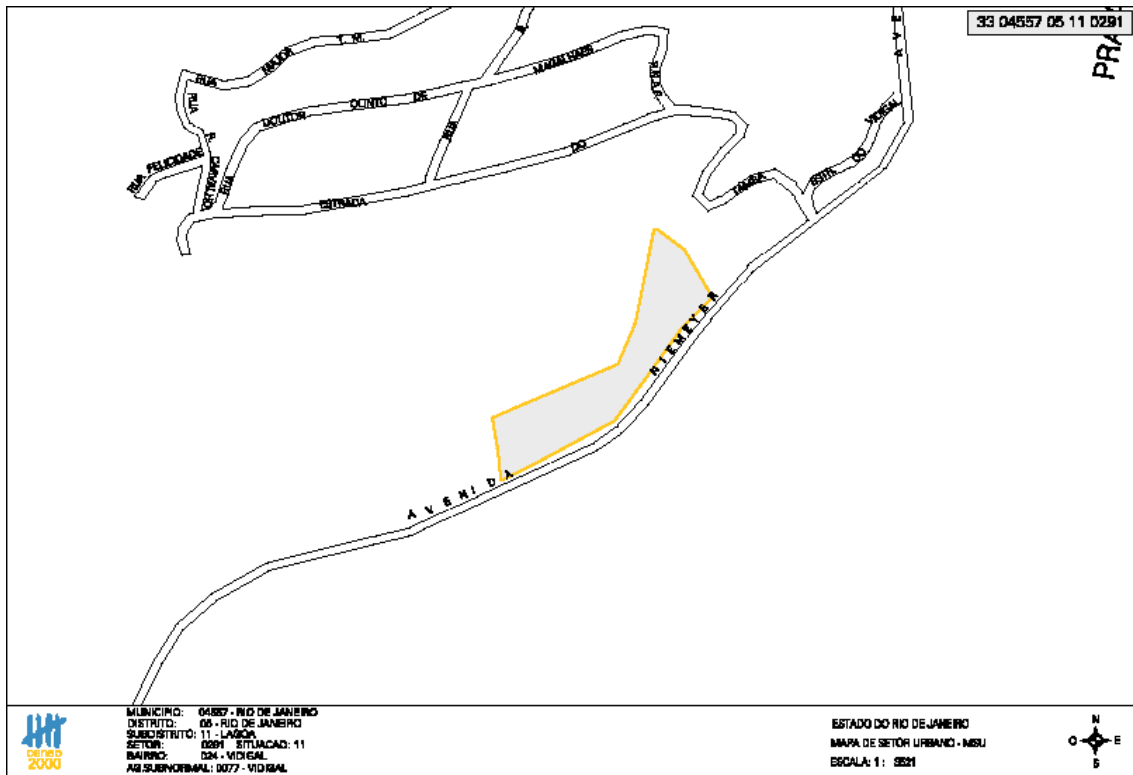
- Rua Dra. Regina de Carvalho
- Rua Dom Helder Câmara
- Rua de Fátima
- Rua da Figueira
- Rua da Felicidade
- Rua Bernardo Neves
- Rua Marlene Cardoso

Setor 301:

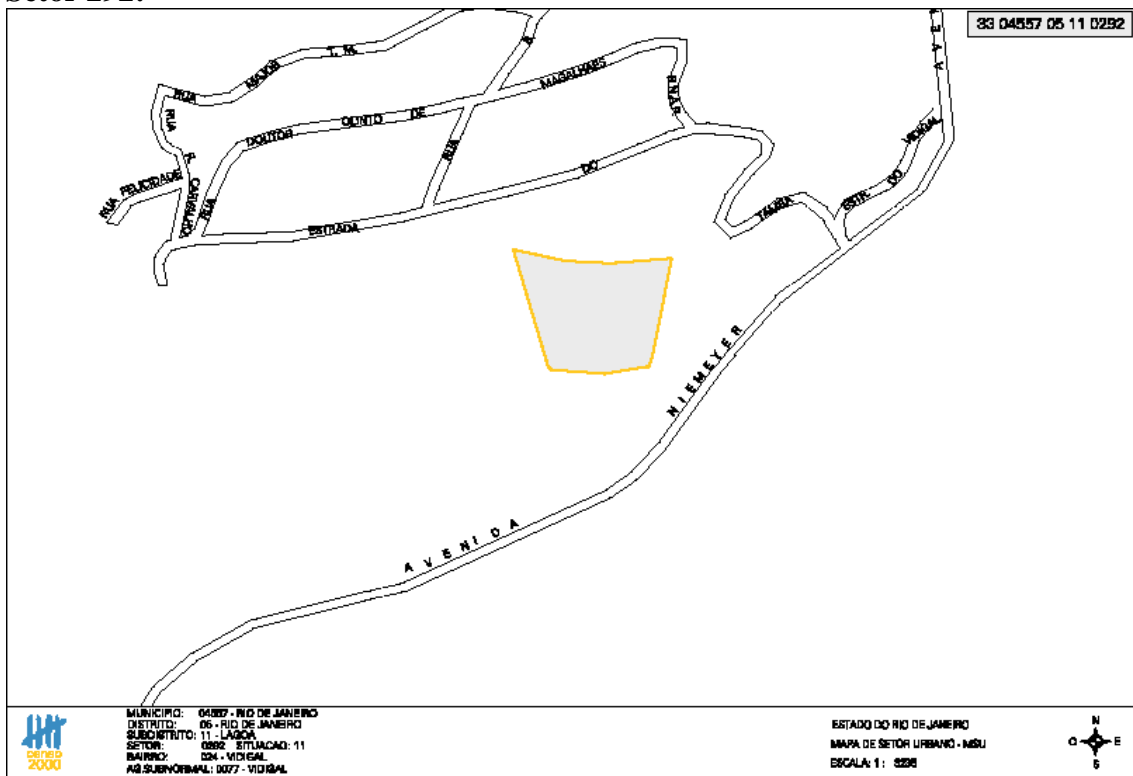
- Rua Benedito Calixto
- Av. Pres. João Goulart
- Rua Dr. Olinto de Guimarães

ANEXO 6: MAPAS DOS SETORES DO VIDIGAL

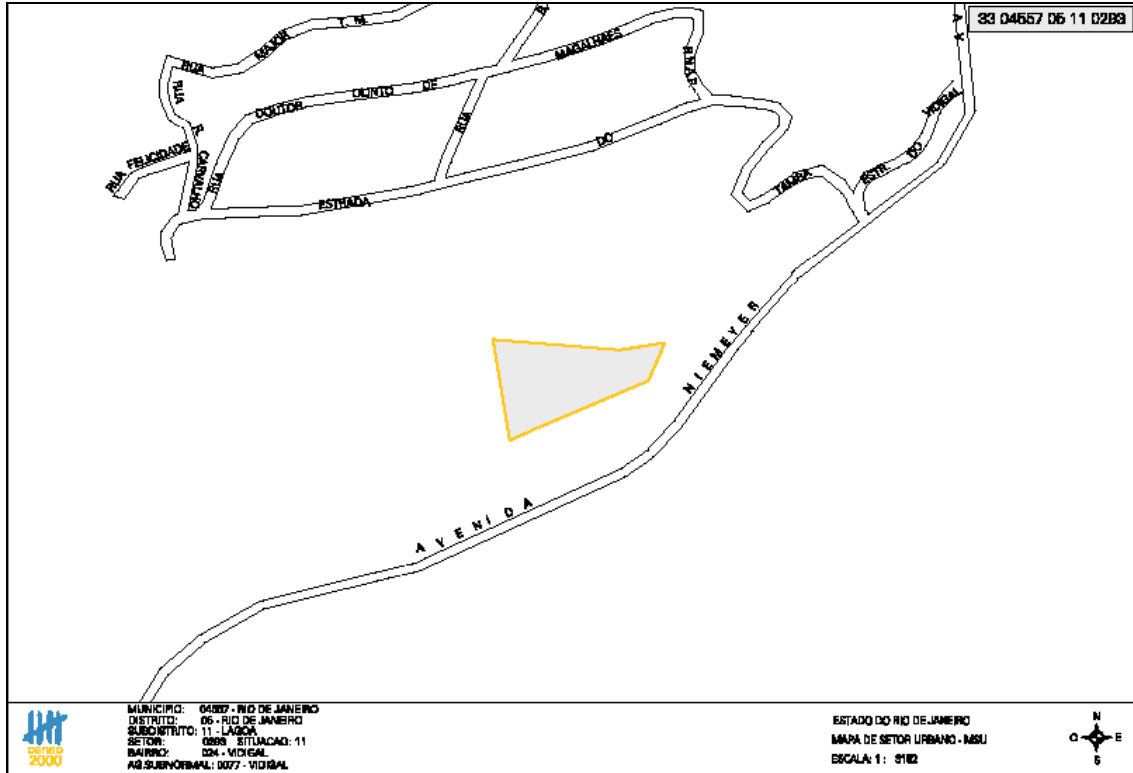
Setor 291:



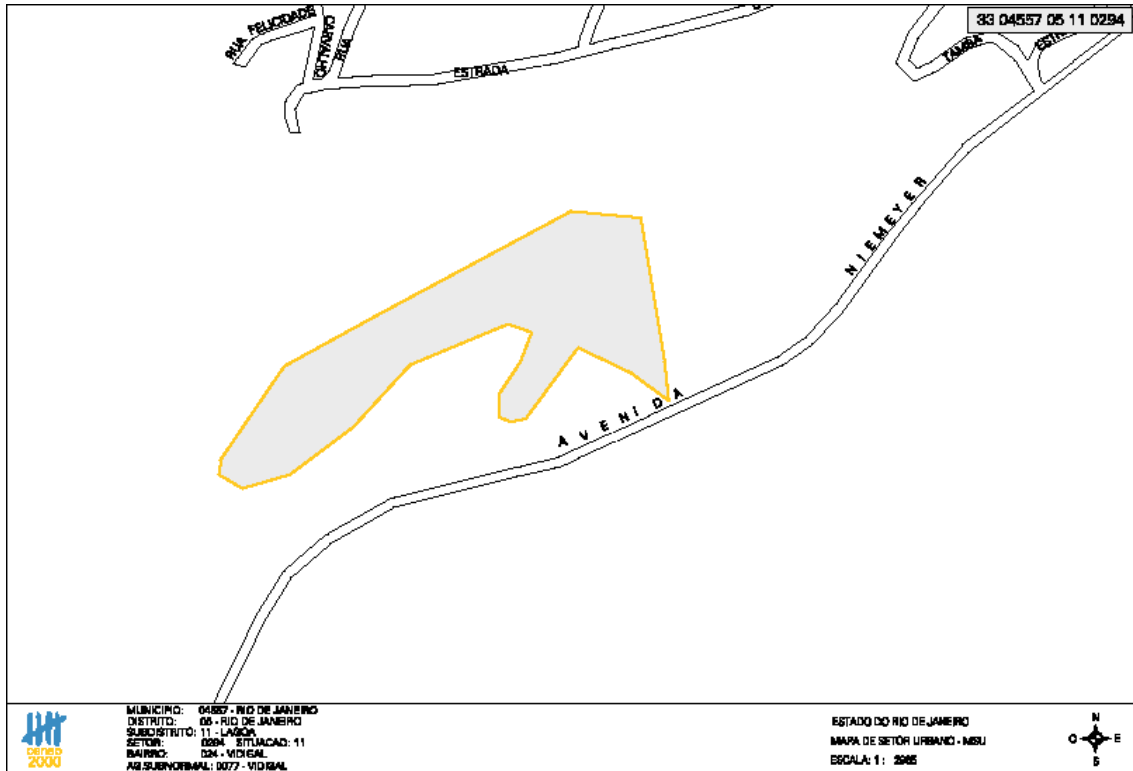
Setor 292:



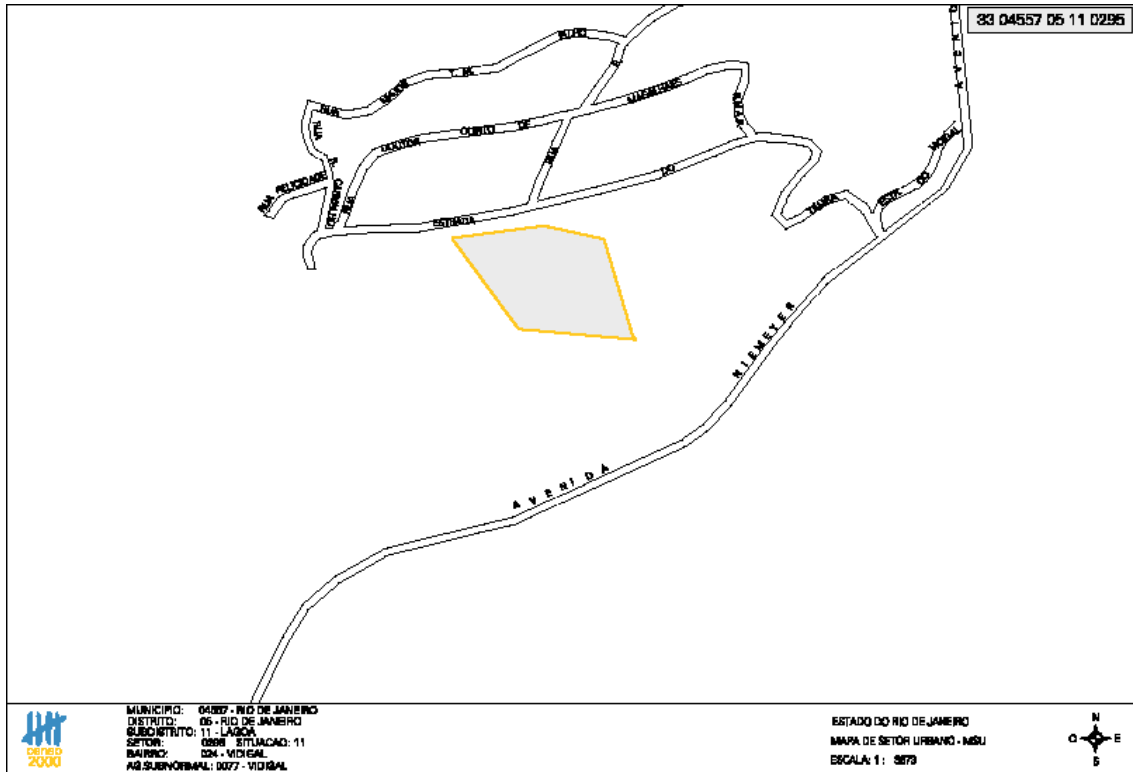
Setor 293:



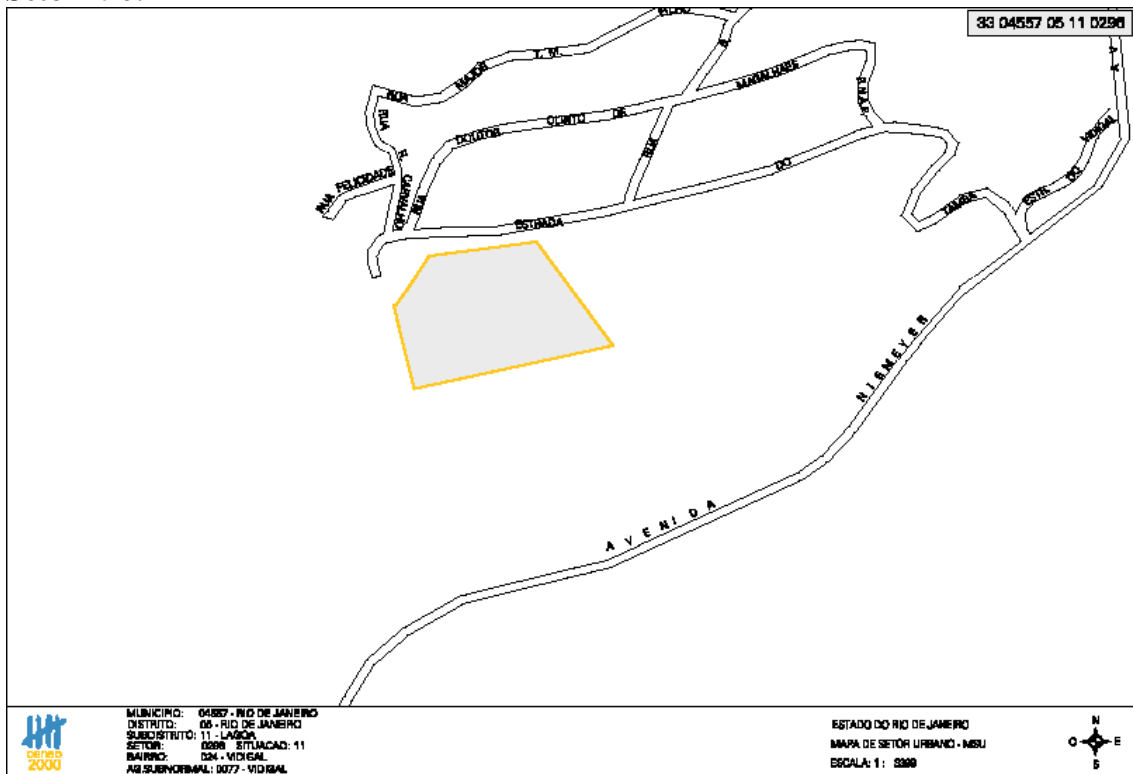
Setor 294:



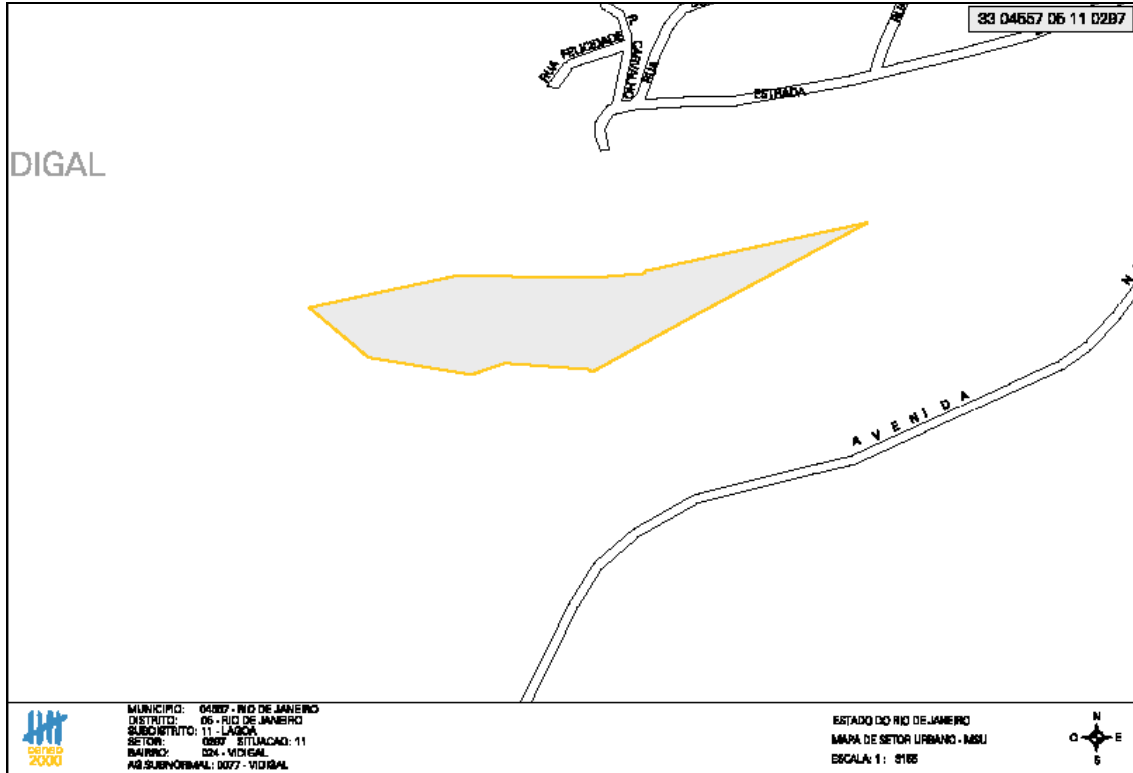
Setor 295:



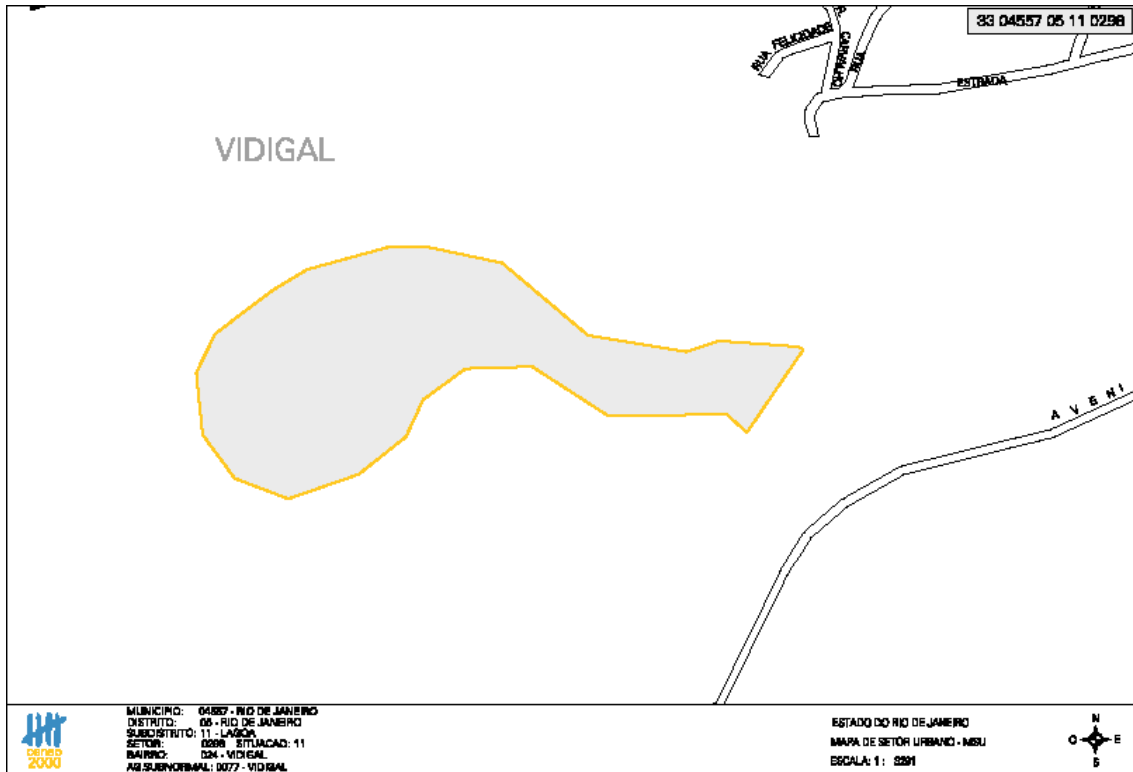
Setor 296:



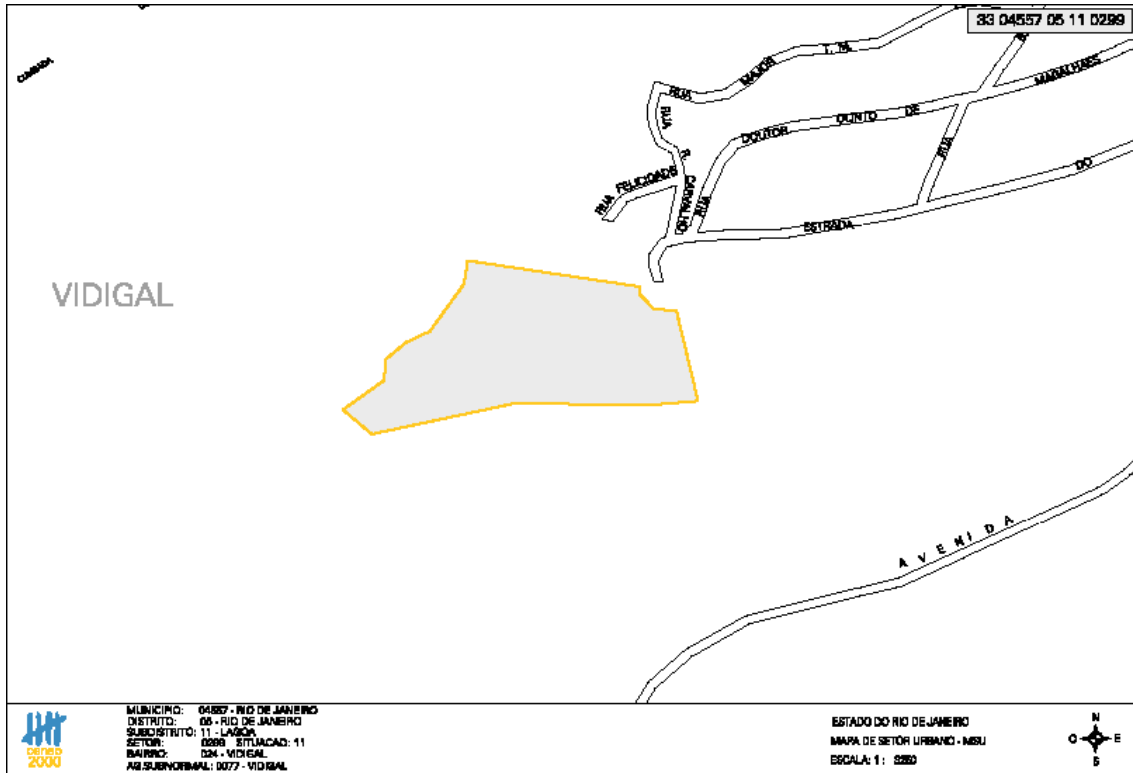
Setor 297:



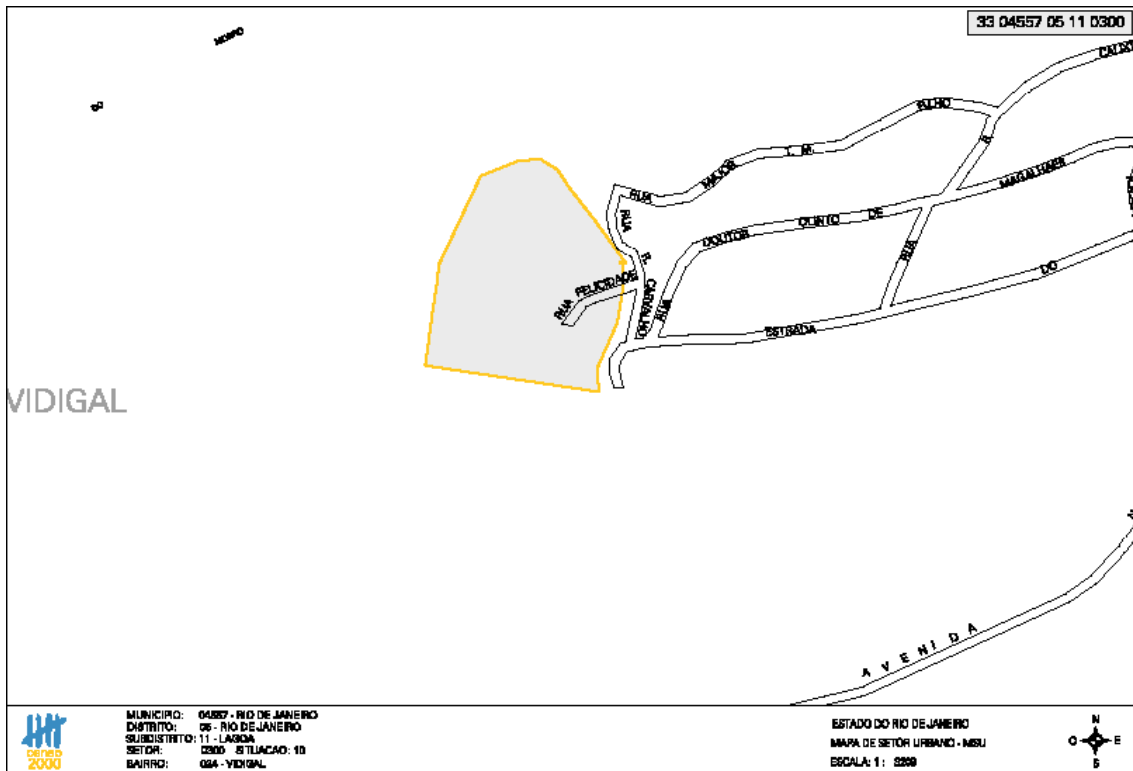
Setor 298:



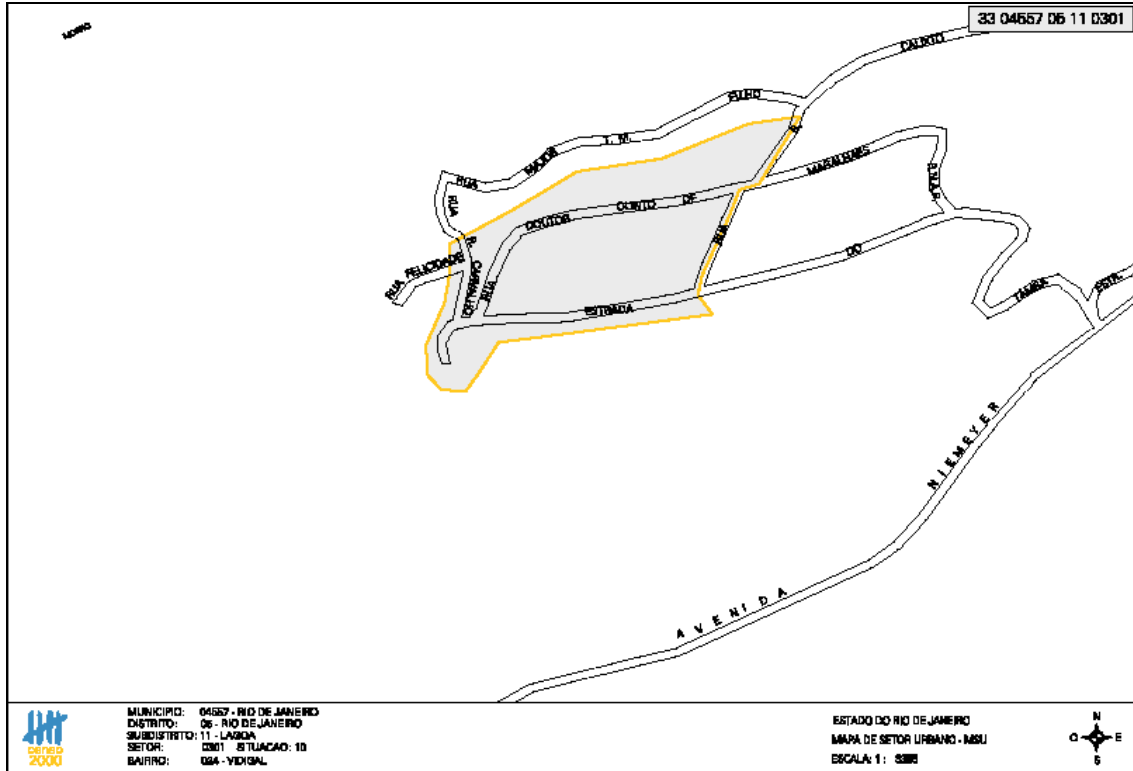
Setor 299:



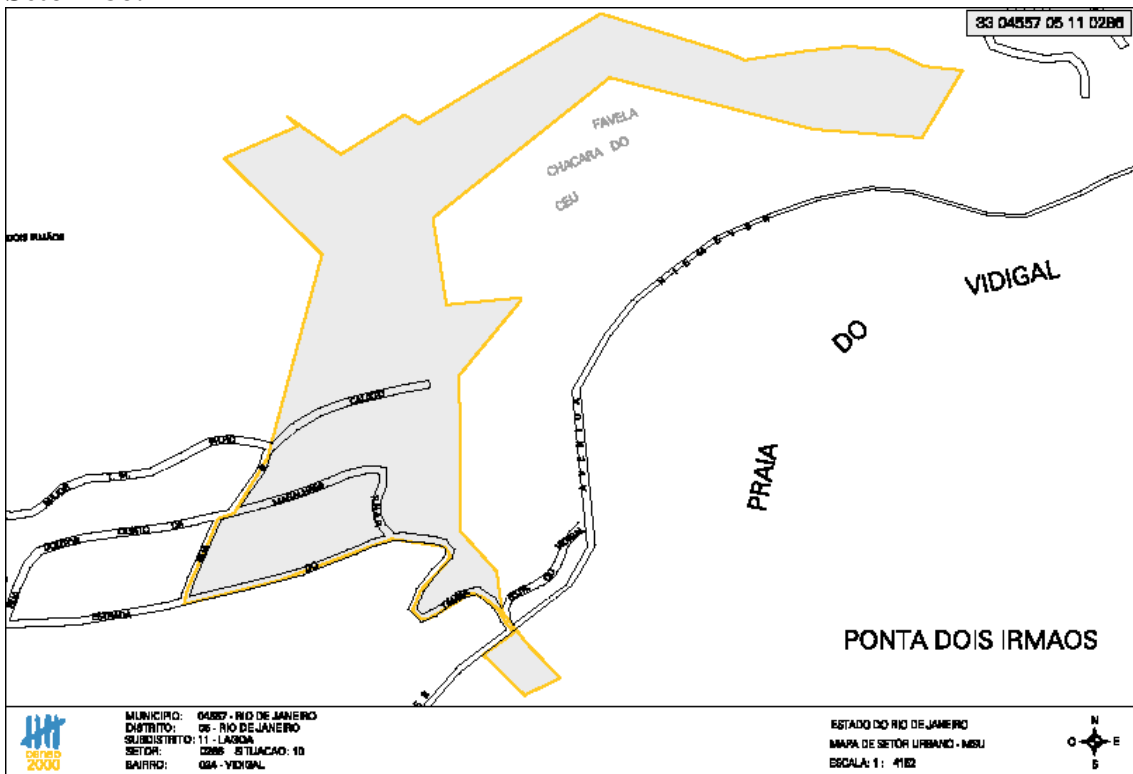
Setor 300:



Setor 301:



Setor 286:



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABIKO, A.K. *et al. Engineering of Infrastructure in Informal Urban Áreas*. São Paulo, Projeto elaborado pela Escola Politécnica da USP (Dep. de Engenharia e Construção Civil) para o Banco Mundial, set. 2003.

ABRAMO, P. *Uma teoria econômica da favela: quatro notas sobre o mercado imobiliário informal em favelas e a mobilidade residencial dos pobres*. Cadernos IPPUR, Rio de Janeiro, ano XVI, n.2, ago./dez., 2002.

ABREU, M. de A. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, IplanRIO, 1997.

ANDRADE, M. I. de T. *Direitos de Propriedade e Renda Pessoal: um estudo de caso das comunidades do Caju*. Dissertação (Mestrado em Economia) Rio de Janeiro, IE/UFRJ, 2004.

ATKINSON, A.B. *Poverty*, in EATWELL, J., M.MILGATE & P. NEWMAN (eds), *Social Economics*, New York - London, 1989.

BANCO MUNDIAL. *Relatório sobre o desenvolvimento mundial 2000/2001. Capítulo 1: Natureza e Evolução da Pobreza*. Disponível em: www.worldbank.org/poverty/portuguese/wdr/cap01.pdf Acesso em 05 abr. 2006.

BANCO MUNDIAL. *Relatório sobre o desenvolvimento Humano 1997*. Disponível em: www.worldbank.org/poverty Acesso em 05 abr. 2006.

BACILA, C. R. *Preconceitos: duas obras inacabadas sobre estigmas*. (s/d). Disponível em www.plenojuris.com.br/artigos Acesso em 21 mai. 2006.

BENETTI, P. C. *Violência e projeto urbano em Favelas*. 2004. Disponível em www.vitruvius.com.br. Acesso em: 15 mai. 2006.

BOJER, Hilde. *The capability approach to economic inequality*. Oslo, University of Oslo, Department of Economics, 2004.

BOSCHI, R. *Populações faveladas do Rio de Janeiro. Histórico de um trabalho*. Dados, n.4, p.170-187, 1970.

BRUM, M. S. *A construção da identidade de “favelado” a partir de suas relações com o Estado*. 2004. Disponível em www.klepsidra.net. Acesso em 22 mai. 2006.

BRUNDAGE, A. *The English Poor Laws, 1700-1930*: Hampshire & New York: Palgrave, 2002.

BURGOS, M. B. *Favela: acesso à habitação e cidadania territorializada*. Rio de Janeiro, Publicações do Departamento de Sociologia da PUC, 2005.

_____. *City, territories, and citizenship*. Rio de Janeiro, Dados, v. 48, n. 1, 2005.

CAETANO, K. A. *A encenação da violência: um exemplo no filme Cidade de Deus*. 2003. Disponível em <http://www.unicap.br/gtpsmid/pdf/CD-KatiCaetano.pdf> Acesso em 18 mai. 2006.

CARDOSO, A. L. *Desigualdades urbanas e políticas habitacionais*. Rio de Janeiro, Observatório IPPUR/UFRJ, sem data.

_____. *Meio ambiente e moradia: discutindo o déficit habitacional a partir do caso da Região Metropolitana do Rio de Janeiro*. In: XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP, Rio de Janeiro, 1998.

CARVALHO, Lejeune. *Um país rico e um povo pobre*. 2006. Disponível em www.vermelho.org.br Acesso em 12 abr. 2006.

COHEN, S. C. et al. *Healthy house in the Family Health Program (PSF): a strategy for the health and environment public politics*. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, 2004.

Comércio e laços afetivos atraem moradores em favela. *Folha on line*, São Paulo, 15/08/2004.

CONFEST-CONFEGE 2006. Conferência Nacional de Estatística, Geografia e Cartografia do IBGE. Rio de Janeiro, 21 a 25 de agosto de 2006.

CORRÊA, F. B. *A favela nos jornais cariocas*. Publicado em www.vivafavela.com.br em 13/07/2005. Acesso em 26 abr. 2006.

_____. *F-a-v-e-l-a: um século de diferentes leituras*. Publicado em www.vivafavela.com.br em 29/06/2005. Acesso em 26 abr. 2006

CRUZ, M. M. *A interação entre a favela e a cidade formal: processos de sociabilidade medidos pelo ciberespaço*. Minas Gerais, EME, 2005.

CUNHA, R. D. e ABREU, C. de C. R. *Discutindo o retrato socioeconômico e ambiental da favela da Chatuba*. Campos de Goytacazes, CEFET, 2000.

DE SOTO, H. *The mystery of capital*. Londres, Bantam Press, 2001.

DECCACHE-MAIA, E. *Pobreza, Crime e Trabalho*. Rio de Janeiro, Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Infância e Juventude do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, 1994.

DOWDNEY, L. *Crianças no tráfico: um estudo de caso de crianças em violência armada organizada no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 7 letras, 2003.

DYMSKI, G. *Estratégias dos bancos e exclusão financeira: delineando os caminhos da globalização*. Revista de Economia, Paraná, Departamento de Economia da Universidade Federal do Paraná, vol. 31, n.1, 2005.

FIGUEIREDO, R. *Saúde sexual e reprodutiva de mulheres de baixa renda: Favela Monte Azul – um estudo de caso*. Tese de Mestrado em Antropologia Social – FFLCH – USP. São Paulo, 2005.

FREIRE-MEDEIROS, B. e CHINELLI, F. *Favela e redes Solidárias: Formas Contemporâneas de Mobilização e Organização Popular no Rio de Janeiro*. Em “*Latin American Urbanization in The Late Twentieth Century: a Comparative Study*”. Coord. Lícia Valladares. Montevideo, agosto de 2003.

FRIDMAN, L. C., LEITE, M. P. e OLIVEIRA, P. P. *Sussurro que se torna voz: moradores de favelas falam sobre violência, justiça e ação coletiva*. In: XXIX Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, outubro de 2006.

GARRET, Jan. *Martha Nussbaum on Capabilities and Human Rights*. 2005. Disponível em www.wku.edu/~jan.garrett/ethics/nussbaum.htm Acesso em 05 abr. 2006

GESTEIRA DA SILVA, M. *As favelas no cinema*. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro Audiovisual – Escola Darcy Ribeiro, 2006.

GOMIDE, A. A. *Transporte Urbano e inclusão social: elementos para políticas públicas*. Brasília, IPEA, TD n.960, julho de 2003.

GRANOVOTTER, M., 2005, *The impact of social structure on economic outcomes*, Journal of Economic Perspectives, 19 (1), pp. 33-50.

GUARESCHI, N. M. F. *et al. Pobreza, violência e trabalho: a produção de sentidos de meninos e meninas de uma favela*. 2003. Disponível em www.scielo.br/pdf/epsic/v8n1/17234.pdf Acesso em 18 abr. 2006.

HOFFMANN, R. *Mensuração da desigualdade e da pobreza no Brasil*, in Elasticidade da Pobreza em Relação à Renda Média e à Desigualdade no Brasil e nas Unidades da Federação. Economia, v.6. n.2, Brasília (DF), ANPEC, 2005.

IETS - Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade. Dados e tabulações. 2006

IETS - Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade *Desmistificando as favelas: compartilhando os resultados de pesquisas recentes*. Rio de Janeiro, julho de 2002.

IPP- INSTITUTO PEREIRA PASSOS. Armazém de dados. 2006. www.armazemdedados.rio.rj.gov.br

IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e FJP (Fundação João Pinheiro), *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*, Rio de Janeiro, 1998. Disponível em www.ipea.gov.br Acesso em 29jun. 2006

KERSTENETZKY, C. L. *Sobre associativismo, desigualdades e democracia*. Rev. Bras. Ciências Sociais, vol.18, n.53, 2003.

_____. *Desigualdade e Pobreza: Lições de Sen*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol. 15 n. 42, fev. 2000.

KOURY, M.G. P. *Cultura da violência e o medo do outro: observações sobre medos, violência e juventude no Brasil atual*. Revista de Antropología, n. 4, Universidad de Jaén, Espanha, 2004.

LAGO, L. C. *Favela-loteamento: re-conceituando os termos da ilegalidade e da segregação urbana*. in X Encontro Nacional da ANPUR, Rio de Janeiro, 2003.

LAVINAS, L. *Pobreza e exclusão: traduções regionais de duas categorias da prática*. Econômica, v.4, junho de 2002, out. 2003.

_____. *A melhor linha de pobreza para o Brasil*. (s/d.) Disponível em www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs Acesso em 03 abr. 2006

_____. *Pobreza no Brasil: números, miradas, miragens*. Folha de São Paulo, 04 de dezembro de 2005.

LEITE, M.P. *Entre o individualismo e a solidariedade: dilemas da política e da cidadania no Rio de Janeiro*. São Paulo, Rev. Bras. Ciências Sociais, vol.15 n.44, 2000.

LIMA, A. J. *A pobreza urbana e suas multifaces: experiências e significados*. Coimbra, VII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, setembro de 2004.

LINS, P. *Cidade de Deus*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.

LOPES, G. P. e CAVALLIERI, F. *Favelas cariocas: comparação das áreas ocupadas – 1999/2004*. Rio de Janeiro, Instituto Pereira Passos, Publicado em Rio Estudos n. 233, dez. 2006.

MABSOUT, R. *From basic needs to basic capabilities: a review*. 2005. Disponível em www.fas.harvard.br Acesso em 02 fev 2006.

MAGALHÃES, P. e MIRANDA, M. *Reflexões a partir da agenda social*. Rio de Janeiro, Revista Democracia Viva, n. 8, 2000.

Maioria não quer deixar favela, diz estudo. *Folha on line*, São Paulo, 15/08/2004.

MARIÓ, E. e WOOLCOCK, M.. *Social Exclusion and Mobility in Brasil*. Brasília, IPEA / Word Bank, 2004.

MARQUES, E. C. *Equipamentos de Saneamento e desigualdades no espaço metropolitano do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Escola Nacional de Saúde Pública, artigo 181, 1996.

MARZULO, E. P. *Espaço dos Pobres – Identidade e Territorialidade na Modernidade Tardia*. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ, 2005.

MELLO, Y. B. de. *Problemas psicológicos encontrados em crianças que vivem em contato constante com a violência: um depoimento*. Natal, Estudos de Psicologia, vol.2, no.1, jan./jun. 1997.

Metodologia do IBGE para definir favela causa distorções. *Folha on line*, São Paulo, 15/08/2004.

MISSE, M. *Crime e violência no Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro, Lúmen Júris, 2006.

_____. *Violência: o que foi que aconteceu?* Rio de Janeiro, Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência da UFRJ, sem data.

MONTEIRO, M. F. G. *A exclusão à saúde em áreas de favela no município de Rio de Janeiro*. In: I Congresso da Associação Latino-Americana de População, Caxambu, 1996.

MONTEIRO, S. *Desvendando dinâmicas locais: o caso da favela Rio das Pedras*. Rio de Janeiro, Physis, v. 14, n. 2, 2004.

MORAES, G. P. de. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 4ª ed. Lumen Juris, 2006.

MOTTA, G. O. da. *Pobreza, desigualdades e heterogeneidades nas favelas do Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, UFRJ, 2000.

MULS, Leonardo. *O desenvolvimento econômico local do município de Itaguaí: o capital social e o papel das micro, pequenas e médias empresas*. Rio de Janeiro, UFRJ, 2004.

NASCIMENTO, L. F. Z. do. *Violência e criminalidade em vilas e favelas dos grandes centros urbanos: um estudo de caso da Pedreira Prado Lopes*. Belo Horizonte, Dissertação de Mestrado em Sociologia, UFMG, 2004.

NERI, M. *O mapa do fim da fome: zoom das favelas cariocas*. Rio de Janeiro, FGV, 2004.

NUSSBAUM, M. *Women and human development: the capability approach*. Cambridge, Cambridge University Press, 2000.

PAES DE BARROS, R., MENDONÇA, R., HENRIQUES, R. *A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil*. In: HENRIQUES, Ricardo (org.). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

PAES DE BARROS, R. e CARVALHO, M. *Pobreza Multidimensional no Brasil*. In: Encontro Nacional da ANPEC, Salvador, 2006.

PAES DE BARROS, R., CARVALHO, M. e FRANCO, S. *O Índice de Desenvolvimento Familiar (IDF)*. IPEA, TD n. 986, Rio de Janeiro, 2003.

PERLMAN, J. *The Myth of Marginality: Urban politics and poverty in Rio de Janeiro*. Califórnia, UC Press, 1976.

_____. *The Chronic Poor in Rio de Janeiro: What has changed in 30 Years?* Washington, The Journal of Human Development, 2006.

_____. *Marginality: From Myth to Reality in the favelas of Rio de Janeiro, 1969-2002*; In: *Urban informality: Transnational perspectives from the Middle East, Latin America, and South Asia*, ed. Ananya Roy and Nezar Alsayyad. New York: Lexington, 2004.

_____. *The Myth of Marginality Revisited: The Case of a Favela Rio de Janeiro, 1969-2003*. Washington, World Bank, 2005. www.worldbank.org/urban.urscd/papers Acesso em 02 mar. 2006

PICCOLO, F.D. *Sociabilidade e Conflito no Morro e na Rua*. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro, Museu Nacional/UFRJ, 2006.

PORRAS, R. M. *Desorden, barbárie y peligro. La construcción de la marginalidad del favelado em Brasil*. Barcelona, Gazeta de Antropologia n. 21, 2005.

PICOLOTTO, V. *Pobreza como privação de capacitações no Rio Grande do Sul*. In: Encontro Nacional da ANPEC, Fortaleza, 2005.

ROCHA, Sônia. *Pobreza no Brasil: Afinal, de que se trata?* Rio de Janeiro, FGV, 2003.

PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). *Definição e metodologia de cálculo dos indicadores e índices de desenvolvimento humano e condições de vida*. Disponível em www.undp.org.br Acesso em 03 jun. 2006.

REGINENSI, C. “*Favelas.com*”: *uma antropóloga na fronteira do virtual*. Barcelona, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, vol VIII, n. 170. Universidade de Barcelona. Agosto de 2004.

RIBEIRO, L. C. de Q. *Cidade e cidadania: inclusão urbana e justiça social*. São Paulo, Ciência e Cultura, vol.56, n.2, abril/junho 2004.

_____. *Segregação, desigualdade e Habitação: A Metrópole do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ (s/d).

RIBEIRO, L. C. de Q. e LAGO, L. C. do. *A divisão Favela-Bairro no Espaço Social do Rio de Janeiro*. In: XX Encontro Anual da ANPOCS, Rio de Janeiro, 2000.

ROCHA, S. *O que há de novo no limiar do século XXI ?* Economia, vol.2, n.1., Brasília (DF), ANPEC, 2001.

ROQUETTE, F. *Governance and the Capability Approach: Relations and Implication for Development*. Cambridge, Cambridge University Press, 2004.

SALOMON, M. H. R. *Programa Favela-Bairro: construir cidade onde havia casa. O caso de Vila Canoá*. Arqutextos, Texto Especial nº 331. São Paulo, Portal Vitruvius, set. 2005. Disponível em www.vitruvius.com.br Acesso em 11 jun. 2006.

SCHWARTZMAN, S. *Pobreza, exclusão social e modernidade: uma introdução ao mundo contemporâneo*. São Paulo, Augurium Editora, 2004.

SCHWARTZMAN, S. e REIS, E. P. *Pobreza e Exclusão Social: Aspectos Sócio-políticos*. Trabalho preparado para o Banco Mundial. (s/d). Disponível em www.schwartzman.org.br/simon Acesso em 04 mai 2006.

SEN, A. *The Standard of living*. Cambridge, Cambridge University Press, 1990.

_____. *Sobre ética e economia*. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.

_____. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

_____. *Desigualdade Reexaminada*. São Paulo / Rio de Janeiro, Record, 2001.

_____. *Social Justice and the distribution of Income*, in ATKINSON, A.B. & BOURGUIGNON, F. (ed.), *Handbook of Income Distribution*, Amsterdam, Elsevier Science B.V., 2000.

SIMÕES, S.S. *Os moradores, a “favela” e o bairro: lições de urbanidade na confecção do espaço público na zona sul do Rio de Janeiro*. In: VII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra, set. 2004.

SILVA, D. B. do N. *et al. Determinantes do desemprego em comunidades de baixa renda da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, ENCE/IBGE, 1999.

SILVA, J. S. e BARBOSA, J. L. *Favela, Alegria e Dor na Cidade*, Rio de Janeiro, Senac, 2005.

SILVA, M. L. P.da. *Favelas Cariocas, 1930-1964*. Rio de Janeiro, Contraponto, 2005.

SILVA, L. A. M. *A continuidade do “problema da favela”* In Lúcia Lippi OLIVEIRA (org). *Cidade: Histórias e desafios*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2002.

_____. *Criminalidade Violenta: por uma nova perspectiva de análise*. Curitiba, Rev. Sociologia Política n.13: p.115-124, nov. 1999.

SOARES, L. E. *Novas políticas de segurança pública*. São Paulo, Estud. av., v. 17, n. 47, 2003.

SOUTO de OLIVEIRA, J. *et al. Notas sobre a inserção socioeconômica de moradores da favela*. Rio de Janeiro, ENCE/IBGE, 2000.

SPOSATI, A. *Exclusão social abaixo da linha do Equador*. São Paulo, PUC, Seminário sobre exclusão social, abril de 1998. Disponível em www.dpi.inpe.br/geopro/exclusão/marcos.html Acesso em 08 mai. 2006.

TOCQUEVILLE, A. de. *Democracy in America*. Nova York, Doubleday, 1969.

Três estudos derrubam mito sobre favelas. *Folha on line*, São Paulo, 07/01/2006.

VALLADARES, L. *Qu'est-ce qu'une favela?* Paris, Colloque Mondialization Économique et Gouvernement des Sociétés, junho de 2000.

_____. *A Invenção da Favela. Do Mito de Origem a Favela.com*. Rio de Janeiro, Getúlio Vargas Editora, 2005.

_____. *A Gênese da Favela Carioca*. São Paulo, Rev. Bras. Ciências Sociais, vol. 15, n.44, 2000.

VALLADARES, L., PRÉTECEILLE, E., MEDEIROS, B. F. e CHINELLI, F. *O Rio de Janeiro na virada do século: mercado de trabalho, violência e formas de mobilização coletivas*. (s/d). Disponível em www.prc.utexas.edu/urbancenter/documents/PaperFinal/licia.pdf. Acesso em 14 jul.2006.

VALLADARES, L. e PRÉTECEILLE, E. *A desigualdade entre os pobres – favela, favelas*. Capítulo 16 de “Desigualdade e Pobreza”. Rio de Janeiro, IPEA, (s/d).

VAZ, L. F. *Novas Questões sobre a habitação no Rio de Janeiro – o esvaziamento da cidade formal e o adensamento da cidade informal*. Chicago, XXI International Congress of Latin American Studies, 1998.

VEIGA, A. de C. e MARTINS, D. A. *Perfil dos estabelecimentos em comunidades de baixa renda na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, IBGE/ENCE, 1999.

VENTURA, Z. *Cidade Partida*. Rio de Janeiro, Cia das Letras, 1994.

ZALUAR, A. e LEAL, M. C. *Extra and inter walls violence*. São Paulo, Rev. Bras. Ciências Sociais, v. 16, n. 45, 2001.

Outras fontes:

www.observatoriodefavelas.org.br

www.rocinha.com

www.vivafavela.com.br

www.undp.org.br

www.comciencia.br

www.bbcbrasil.com

www.cultiva.org.br/textos

www.fas.harvard.edu

www.brasildefato.com.br

